

Liraucio Girardi Júnior

**Classe Média, Meritocracia e
Situação de Trabalho:
O Sindicalismo Bancário em São Paulo
(1923 a 1944)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Armando Boito Jr.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 21/11/95

BANCA:

Prof. Angela Maria Carneiro Araújo



Prof. Thomas Patrick Dwyer



Prof. Armando Boito Jr.



novembro/1995

Índice

Apresentação	01
Capítulo 1. Classe Média e Proletarização.	
1.1. A Proletarização	12
1.2. Situações Contraditórias de Classe	15
1.3. A Estratificação	17
1.4. Ideologia e Política na Determinação das Classes	20
1.5. Crítica à Idéia de um Bloco Homogêneo	23
1.6. Trabalho Manual e Trabalho Intelectual	27
1.7. A Classe Média como <i>Categoria Prática</i>	29
Capítulo 2. A Associação.	
2.1. A Rede Bancária e o Surgimento da Associação	35
2.2. As primeiras lideranças	39
2.3. Quadros Administrativos, Situação de Trabalho e Ideologia Sindical	44
Capítulo 3. Ideologia Sindical e Ação Política.	
3.1. As Lideranças Conservadoras: 1923 a 1932/1936 a 1944	50
3.2. Os Limites da Tutela Estatal	58
3.3. Somos Todos Proletários!	60
3.3.1. Da Greve e da Ação Político-Partidária	65
Capítulo 4. Os Limites da Proletarização.	
4.1. A Situação de Trabalho	74
4.1.1. A Racionalização e a Burocratização do Trabalho nos Bancos	76
4.1.2. O Mercado da Personalidade	81
4.2. Um Sindicalismo de Base Meritocrática	89
4.2.1. O Individualismo e a Carreira	92
Conclusão.	100
Bibliografia.	116
Anexo	

Agradecimentos

A apresentação desta Dissertação de Mestrado não teria sido possível sem o apoio amigo de minha querida Ana; de Maria Elisa, minha amiga e colega de turma na graduação, de quem recebi valiosas críticas e sugestões; de Mercês, do CEDOC - Sindicato dos Bancários de São Paulo, a quem devo o grande apoio na fase de coleta de dados, e de Paula, também do CEDOC.

Meus agradecimentos à profª. Leticia Bicalho Canedo e ao profº. Ricardo Antunes pelas observações que fizeram em meu exame de qualificação, e, finalmente, meus agradecimentos ao profº. Armando Boito Jr. pela seriedade e o profissionalismo com que cuidou da minha orientação.

São Paulo, 20 de outubro de 1.995.

L.G.J.

Apresentação

O modo pelo qual o sindicalismo bancário transformou-se em um objeto de pesquisa, cujo estudo ora se apresenta na forma de uma dissertação de Mestrado, deve-se à *vivência* de seu autor, ao longo de alguns anos, em um Banco particular (iniciada na função de contínuo e concluída na de auxiliar administrativo II) e em um Banco estadual (escriturário-auxiliar administrativo). Nesse período, tive oportunidade de observar a greve de 1985, a primeira bem sucedida e com grande participação, desde o início da ditadura militar, e outras que não tiveram a mesma sorte.

A identificação de algumas particularidades dentro do movimento sindical bancário (o tipo de manifestação relativamente descontraída, associada, em alguns momentos, a um forte radicalismo; a organização dos piquetes, transformados na eufemística *comissão de esclarecimento*, a predominância de jovens, com grande participação de mulheres) levaram-me a indagar: de onde são recrutados esses indivíduos? Qual é a classe ou quais são os grupos preferenciais de onde os Bancos retiram seus funcionários? ... Que consequências isto traria para o movimento sindical bancário? ... Qual seria a fonte do *radicalismo* dessa categoria, que, em toda a sua história, sempre recorreu a um instrumento de luta típico dos trabalhadores manuais, a greve?

Dessas questões até a formulação de um *problema* bem delimitado foi um tempo relativamente longo, em que se gestou a idéia de associar o estudo teórico sobre o conceito de *classe média* à sua *eficácia* na interpretação do comportamento sindical de um certo grupo profissional (os bancários). Nessa tarefa, coríamos o risco de estabelecer uma relação mecanicista entre esses dois momentos da pesquisa, ignorando certas *mediações*, às quais, a análise deve estar atenta. Não procuramos ignorar essa hipótese.

Um detalhe importante a ser ressaltado é a quase total falta de atenção nos estudos sobre sindicalismo - particularmente até os anos 60 - para com aqueles movimentos que não eram enquadrados como *operários*. Perde-se, assim, a capacidade de interpretar a forma pela qual o sindicalismo, que através de uma organização relativamente estável - o sindicato - coordena uma ação coletiva de resistência, é assimilado por um conjunto de grupos médios que tinham o individualismo e a carreira como referência em sua vida profissional.

Ao realizarmos este estudo sobre o sindicalismo bancário, tínhamos em mente uma proposta de trabalho específica, qual seja, a de investigar se a ideologia e a ação sindical dos bancários diferenciavam-se daquelas encontradas entre os trabalhadores manuais e, uma vez existindo evidências suficientes para uma afirmação desse tipo, identificar quais seriam as suas causas e de que forma essas particularidades acabariam sendo associadas, genericamente, a um comportamento de classe média.

A nossa hipótese inicial dava como certa essa diferença; o problema, entretanto, era qualificá-la e verificar se seria adequado associá-la a um comportamento de *classe média*. Por isso, como condição preliminar, achamos necessário realizar um mapeamento teórico a respeito dessa problemática específica e dentro dela procurar avaliar as múltiplas formas pelas quais os pensadores marxistas a assimilaram. Isto se faz necessário porque esta é uma problemática particular no interior das várias correntes de esquerda, principalmente as que, direta ou indiretamente, apoiam-se no referencial marxista. A forma pela qual essas correntes (no meio acadêmico, sindical ou político) interpretam o processo de racionalização e a conseqüente perda de controle sobre o próprio exercício do trabalho, acompanhada de queda nos níveis salariais, irá definir muitas das estratégias a serem traçadas em determinadas conjunturas.

Por exemplo, a aceitação de que a racionalização ampliada do trabalho levaria um conjunto de trabalhadores de *classe média* a viverem uma espécie de *fusão* ao

proletariado tradicional, traria consequências inevitáveis no que diz respeito às estratégias a serem traçadas para o encaminhamento de reivindicações e políticas sindicais unificadas.

É, justamente, o debate travado em torno dessa questão que nos estimulou o seu mapeamento entre certas correntes marxistas e, posteriormente, uma reflexão sobre um tipo específico de sindicalismo de *classe média*: o sindicalismo bancário. A escolha de um período específico(1923-1944) busca acentuar a necessidade de se colocar o problema sob um certo controle, no que diz respeito à sua contextualização histórica, antes de partirmos para uma generalização.

Trata-se, então, em um primeiro momento, de se mapear as dificuldades impostas por essa problemática dentro de referências marxistas e das críticas a que foram submetidas. A partir daí, identificar os obstáculos para se alcançar uma clareza sobre o conceito de *classe média* e a instrumentalidade que tal conceito poderia oferecer para a compreensão de determinados comportamentos e reivindicações sindicais.

A seleção dos autores abordados obedeceu à ordem de influência que suas teorias tiveram no meio acadêmico dentro das mais variadas conjunturas, seja localizando a classe média dentro de um enquadramento original, seja recusando a sua autonomia na estrutura de classes. Embora, quase todos acentuem que a luta de classes é, em última instância, o espaço efetivo das práticas de classe, a maior parte dessas análises concentra-se na sua determinação estrutural, na sua determinação *objetiva*.

. CLASSE MÉDIA ?

Se no campo da linguagem coloquial e do discurso político a expressão tem se ajustado aos mais variados significados, é no campo do conhecimento científico (apoiando a escolha de estratégias de ação) que ela se torna de difícil definição. Como o marxismo vincula o conhecimento científico das estruturas sociais às estratégias de

ação política, notamos que o espectro de uma *categoria prática* como a da *classe média* não encontrou um enquadramento adequado nesse referencial teórico.

No fundo, a grande polêmica centra-se nas discussões em torno do grau de amadurecimento das *condições objetivas* capazes de aguçar a luta de classes na sociedade capitalista. A sua delimitação em torno de alguns autores procedeu-se de forma a ressaltar as contribuições e particularidades de cada um deles e de suas teorias.

Henry Braverman, em *Trabalho e Capital Monopolista*, procura demonstrar que, sob a lógica do capital, todas as *camadas intermediárias* da sociedade estariam sujeitas a um processo de proletarização, cujas características seriam a perda de controle e autonomia no trabalho, a queda nos níveis de renda e o aumento do exército de reserva disponível no interior das diversas *profissões* que compõem essas camadas. Nesse processo, um número cada vez maior de trabalhadores passaria a estar submetido às condições objetivas necessárias para envolverem-se na luta pela transformação da sociedade rumo ao socialismo.¹

Nicos Poulantzas aparece como um dos críticos dessa pretensa *fusão*, gerada pelo processo de proletarização, destacada em *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Para ele, as condições objetivas são efeitos tanto da esfera econômica, quanto da política e ideológica, sendo que essa pretensa proletarização não ocorreria simultaneamente em todos esses níveis. A partir disso, o autor elabora um conjunto de critérios que, em cada uma dessas esferas, qualificariam os agentes de determinadas classes.

¹ Esse na realidade é um problema marxista por natureza, uma vez que se trata de avaliar não somente as condições sócio-econômicas que levam a classe média ao sindicalismo, mas também as consequências dessa atitude nas estratégias de transição para a sociedade socialista. As particularidades das direções sindicais socialistas no sindicalismo de classe média serão analisadas no caso dos bancários, no período de 1923 a 1944.

Cabe a Décio Saes, em um artigo para a Revista Contraponto em 1977 e em *Classe Média e Sistema Político no Brasil* de 1985, uma adaptação da formulação poulantziana, quando concentra-se de maneira particular na análise das *barreiras ideológicas* levantadas pela distinção, presente na sociedade capitalista, entre trabalho manual e não-manual. Essas barreiras acentuariam-se ou não de acordo com a *situação de trabalho* específica vivida pelos mais heterogêneos *grupos médios*, interferindo na sua percepção dos conflitos conjunturais.

Erik Olin Wright, em *Classe, Crise e o Estado*, é um dos autores utilizados que vem revendo continuamente a concepção original de sua análise sobre os agentes em *situações contraditórias de classe*, ou seja, aqueles que apesar de serem assalariados, exercem funções delegadas do capital ou possuem uma relativa autonomia e controle sobre seu trabalho. No entanto, encontramos em sua formulação algumas hipóteses significativas para avaliarmos a particularidade do comportamento sindical de algumas diretorias da Associação dos Bancários.

É inegável que essas correntes estavam travando uma luta teórica contra as concepções neoweberianas que se propagaram a partir dos anos 50 e que, de seu lado, investiam contra a teoria das classes marxista. Nos E.U.A. e Inglaterra a expressão que acabou por definir um amplo conjunto de trabalhadores de *classe média* foi a de *colarinhos brancos*, difundida por Charles Wright Mills em *A Nova Classe Média*.

O que, entretanto, nos chamou atenção nos estudos de Mills não foi propriamente o caráter descritivo da expressão *colarinhos brancos*, nem mesmo a sua ênfase na *camada social* (e suas variáveis como a renda, a profissão e o *status*), como determinante do comportamento dos vários grupos que os compõem. Um dos aspectos mais interessantes de seu trabalho resulta da avaliação dos impactos que a racionalização capitalista gera ao invadir o campo da *personalidade* de um conjunto significativo

de assalariados. Esses assalariados não venderiam apenas a sua força de trabalho mas, também, traços específicos de sua personalidade.

Ao final desse mapeamento teórico chegamos à conclusão de que a apropriação intelectual dessa categoria prática, conhecida como *classe média*, torna-se muito delicada e complexa para o referencial marxista.

As tentativas de enquadrá-la às práticas do conhecimento científico dependeram, diretamente, da fidelidade a uma ou outra corrente de pensamento específica e das consequências estratégicas que os resultados obtidos teriam na sustentação de uma luta política e ideológica.

Delas podem resultar, por exemplo, hipóteses sobre a fraqueza ou a resistência de uma força autônoma, que busca sua unificação a partir de caracteres distintivos tanto do proletariado quanto dos grandes capitalistas, sustentados pelo capital financeiro. É o que Bernard Lacroix, *A la Recherche d'une Definition*, chama de *estratégias discursivas* usadas em determinadas conjunturas para pequenos proprietários (de estabelecimentos comerciais, de propriedade rurais, etc.), artesãos, profissionais liberais e assalariados não-manuais em um bloco. Essas *estratégias* acabam lançando ao trabalho científico a árdua tarefa de identificar as condições sob as quais tal unificação pôde encontrar sustentação ou não, e que consequências históricas isso trouxe.

Nesta linha, percebemos que a constituição da classe média enquanto categoria prática surge associada a circunstâncias conjunturais. Os interesses práticos de determinadas forças sociais encontram, na luta ideológica, o meio particular através do qual seus representantes tentarão fundar a base de uma força política alternativa e autônoma. Tentativas, diga-se de passagem, nem sempre bem sucedidas.

Se observarmos o caso dos bancários, vamos verificar a existência de certos condicionantes *estruturais* que acabam por orientar a sua *visão de mundo* e, conseqüentemente, a sua ação.

Esses condicionantes podem ser encontrados nas mais variadas combinações em um conjunto heterogêneo de trabalhadores aos quais convencionou-se denominar *classe média*. No entanto, a tentativa de agregá-los como força política ou *bloco* político, depende sensivelmente da natureza dos conflitos e das forças que efetivamente entram em disputa pela hegemonia em determinada conjuntura histórica.

A adesão imediata ao populismo, da parte das primeiras diretorias da Associação, indicou a alternativa que lhes restava para enfrentar a sua fraqueza diante dos patrões e a sua *sub-politização*. Isto, no momento em que se agravava o conflito em torno do que se chamou na época de *problema social*, acentuando as iniciativas de intervenção estatal, para a integração dos trabalhadores a um campo político mais amplo fosse forçada e direcionada pelo Estado.

. IDEOLOGIA E AÇÃO SINDICAL

Para os bancários, o período de 1923 a 1944 é marcado por alguns acontecimentos que ora redirecionam a ação de suas lideranças rumo a linhas conservadoras e populistas de ação, ora pretendem criar as condições para uma ruptura com antigas práticas sindicais.

As legislações sindicais, a representação classista na Constituição de 1934, o controle que o Ministério do Trabalho exerce sobre o processo de reconhecimento dos sindicatos, tudo isso reorienta suas estratégias, leva a baixas no quadro sindical, facilitam a cooptação, etc... Nas próprias legislações sindicais que se sucedem, por exemplo, a classificação dos agentes que estariam potencialmente em conflito é alterado de forma a descaracterizá-los e inseri-los em um nova *ordem* ideológica. Os que, em um primeiro momento, foram reconhecidos como *patrões* e *classe operária* (decreto nº 19.770, de 19.03.1931), passam a ser representados, em outro momento, sob a forma de *empregadores* e *empregados* (decreto nº 24.694, de 12.07.1934).

Nesse contexto, a imagem que as lideranças bancárias tinham de si mesmas, e que se reflete em seus jornais, oscilava de acordo com a conjuntura, ora enfatizando a sua proximidade dos trabalhadores manuais, ora distanciando-se deles.

Entre 1923 e 1930, as lideranças bancárias, formadas pelo quadros administrativos dos Bancos, procuravam o entendimento direto com os diretores dos Bancos e não apresentavam qualquer reivindicação de reconhecimento ou garantias por parte do Estado. A vitória da Aliança Liberal(1930), redireciona sua ação para a esfera estatal, tendo sido uma das primeiras Associações do Estado de São Paulo a ser reconhecida.

Suas expectativas principais giravam em torno da regulamentação da jornada de trabalho, do salário-profissional, da previdência, da estabilidade, da jornada diária de seis horas etc. e sua atuação concentrava-se na ampliação do quadro de sindicalizados como um fim em si mesmo, impulsionados pelos apelos do Governo Provisório, através do Ministério do Trabalho.

A partir de 1933, os limites da ação sindical tutelada e as diretorias de esquerda (comunistas, trotskistas e anarco--sindicalistas) levaram os bancários a tomar a iniciativa de construir organizações horizontais para que se aproximassem das lutas dos demais trabalhadores.

Se observássemos apenas essas iniciativas do sindicalismo bancário, poderíamos até imaginar que esses trabalhadores, ou se quisermos, essas lideranças, fossem capazes de romper com seus interesses corporativos, fundindo-se em suas perspectivas e métodos de ação aos trabalhadores manuais. Entretanto, no campo das lutas corporativas para a consolidação dos direitos sociais particulares dos bancários vamos encontrar a *estratégia da diferença* como um meio legítimo de luta.

As lideranças bancárias do período não são apenas portadoras passivas de uma ideologia de classe, sustentada sobre noções ambíguas de distinção social. Elas tem

interesse em sua difusão, principalmente quando se faz necessária a defesa de seus interesses corporativos.²

. *SITUAÇÃO DE TRABALHO*

Salários baixos para as exigências *morais* e sociais associadas à profissão, um grande volume de trabalho rotineiro e monótono - aprendido no próprio exercício da função - para um nível de escolaridade relativamente alto, entre outras características, constituem a *situação de trabalho* particular desses trabalhadores. Esta situação é um dos elementos chaves para identificar a sua particularidade no movimento sindical, pois dá sustentação a um radicalismo de base meritocrática, onde as lutas coletivas tem por finalidade não apenas garantir aumentos de salários, mas garantindo, também, a existência de uma *hierarquia salarial*. Esta hierarquia assume duas faces: primeiro, deve prevalecer dentro da própria profissão, através da carreira, de forma a premiar de maneira diferenciada os vários *dons e méritos* individuais e, segundo, deve demarcar um complexo quadro de *estratificações* entre trabalhos *não-manuais* e *manuais* para garantir a *dignidade* e a *justa* posição social da profissão.

Assim, na sua *situação de trabalho* são reforçados, de maneira complexa, as *marcas* do que podemos associar a um comportamento típico de *classe média*, que se manifesta em suas expectativas de ascensão social e identificação dos obstáculos que os impedem de alcançá-la.

É preciso observar que as crises conjunturais agravam, ou melhor, reforçam determinadas insatisfações peculiares ligadas diretamente à situação de trabalho, fragmentando essa *classe média*. Essa fragmentação é explorada pelo Estado e pelas diversas forças em luta que passam a acenar com um programa de reformas que aten-

²Os banqueiros e o governo procuram explorar, amiúde, a ambiguidade desses discursos, que ora aproximam ora distanciam os bancários dos demais trabalhadores (principalmente, os manuais).

da minimamente, quando não apenas retoricamente, aos interesses corporativos desses grupos, atraindo-os para a consolidação de um projeto hegemônico.

. *ALGUMAS INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA*

O levantamento bibliográfico da parte conceitual prende-se a debates, discussões, polêmicas travadas entre as teorias marxistas das classes e as teorias da estratificação - ou ainda, polêmicas surgidas no interior de cada um desses blocos - que encontraram o seu auge entre o início dos anos 50 e o final dos anos 70.

Sobre o sindicalismo bancário brasileiro do período, encontramos o estudo de Leticia B. Canedo, *O Sindicalismo Bancário em São Paulo*. Sobre as experiências internacionais, encontramos algumas referências em David Lockwood, *El Trabajador de la Clase Media*, e em algumas teses de doutorado norte-americanas e inglesas, tais como, *White Collor Politics*, de Martin Oppenheimer, e *Capitalism, Class Conflict and the New Middle Class*, de Bob Carter.

O levantamento de informações junto aos jornais, no período de 1932 a 1935, concentraram-se basicamente em *A Platéia* e o *Diário de São Paulo*. O primeiro foi por um bom tempo o porta-voz dos movimentos de esquerda, publicando convocações, manifestos e propagandas eleitorais dessas variadas agremiações e suas coligações. O segundo foi destacado por ter sido o porta-voz dos patrões nas duas grandes campanhas dos bancários, a do Instituto de Aposentadorias e Pensões(I.A.P.B.), em 1934, e a do Salário Mínimo, entre 1934 e 1935. Os jornais puderam ser encontrados no Arquivo do Estado.

O levantamento de dados sobre a rede bancária na época da fundação da Associação(1923) mostrou-se extremamente trabalhoso, sendo que tivemos que recorrer a dados fragmentados encontrados nos Anuários Estatísticos de São Paulo, no Censo Nacional e no quadro de sindicalização dos bancários por Bancos, publicados no jornal *Vida Bancária*.

Para avaliar o grau de racionalização e mecanização do serviço bancário recorreremos às raras referências feitas a esse respeito no jornal *Vida Bancária*, em propagandas e publicações da Revista do Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT), da *Revista dos Bancários* (publicada pelo Syn-dike, sindicato de bancários criado em 1934, em virtude do pluralismo sindical) e nos boletins do Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria

Para construir um quadro das diversas funções exercidas nos Bancos, o nível de escolaridade, o estado civil, a idade, etc. predominantes nos Bancos usamos um levantamento de dados realizado pelo sindicato em 1.934, para a campanha do salário-mínimo. Em termos estatísticos, nada garante a sua representatividade, mas, mesmo assim, procuramos utilizá-los para tentar compor a situação de trabalho dos bancários, contrapondo-os a informações encontradas no jornal *Vida Bancária*.

Capítulo 1 .

Classe Média e Proletarização

1.1. A Proletarização.

A maior parte dos trabalhos que analisam o processo de proletarização da *classe média* não pode deixar de tocar no nome de Braverman e sua obra clássica³, onde o autor procura levantar algumas *evidências*, segundo as quais se confirmaria a tese da proletarização das classes médias e do aguçamento da luta de classes em um conflito bipolar.

A proletarização seria uma consequência da necessidade que os capitalistas têm de manter a taxa de acumulação, valendo-se para isso de novas tecnologias, novos métodos de organização do trabalho e forçando a produção de exércitos de reserva capazes de pôr em queda os níveis de remuneração da força de trabalho. O avanço desse processo romperia com todas aquelas condições favoráveis que alguns trabalhadores ainda conseguem conservar, quando da venda de sua força de trabalho. Através dele, certas funções deixam de existir ou são totalmente reformuladas, enquanto outras são criadas para atender às exigências de uma nova organização do processo de trabalho.

Pela tese de Braverman, esse movimento aparece na forma de uma lei tendencial que obedece à lógica particular da acumulação capitalista, onde as condições vantajosas de venda da força de trabalho podem ser alteradas, desencadeando o processo de proletarização e, conseqüentemente, eliminação de todos aqueles *privilégios* que certos trabalhadores ainda conservariam.

³ Henry Braverman. Trabalho e Capital Monopolista. 3a. ed., Rio de Janeiro, 1981.

Tocamos aqui em um ponto importante da discussão a respeito das classes sociais: Como tratar esses agentes que dispõem de condições favoráveis no mercado de trabalho? A que classe pertencem? Não pertenceriam a classe alguma, constituindo-se, antes, como camadas ou grupos transitórios? Que critérios utilizar para defini-los? Que consequências poderia trazer sua posição particular no mercado para o conjunto das práticas sociais dos trabalhadores?

Em Braverman, o caminho utilizado para responder a essas perguntas poderia ser o que se chama de *economicista*, por privilegiar apenas aqueles aspectos que acentuam a deteriorização da força de trabalho no mercado.

Condições desvantajosas de venda da força de trabalho e a desqualificação que a acompanha, criariam as condições objetivas necessárias a uma ação sindical e política similar, ou seja, uma vez barradas as saídas individuais, a ação coletiva transformar-se-ia em uma forte necessidade capaz de aparar qualquer possível aresta. O vínculo com o proletariado estaria consolidado entre esses trabalhadores quando:

Sentindo as inseguranças de seu papel como vendedores da força de trabalho e as frustrações de uma oficina controlada e mecanicamente organizada, começam, a despeito dos privilégios que restam, a conhecer aqueles sintomas de dissociação popularmente chamados de alienação com que tem vivido a classe trabalhadora por tanto tempo que se tornaram parte de sua segunda natureza.⁴

O estatuto daqueles que ocupam uma posição *privilegiada* no mercado de trabalho é o de uma camada transitória à qual não pode ser conferida uma posição de classe.

O proletariado como classe encontra-se entre os não proprietários dos meios de produção que acabam sendo obrigados a vender a sua força de trabalho para sobreviver. Entre estes, excluem-se todos os que ocupam posições privilegiadas na venda de sua força de trabalho.

⁴ Ibidem, p.345

A condição proletária sustenta-se no tripé: assalariamento, insegurança no mercado de trabalho e sujeição a um despotismo técnico e disciplinar sobre o qual se tem muito pouco controle. Os *privilégios* seriam, portanto, dependentes de uma situação favorável que o assalariado é capaz de desfrutar por um período transitório.

A constituição do proletariado como um grande grupo antagônico à minoria detentora dos meios de produção afirmar-se-ia como um processo guiado tendencialmente para a desqualificação, insegurança e queda nos níveis salariais, capaz de gerar condições objetivas de identificação por parte da grande massa excluída. A idéia de processo qualifica a natureza dinâmica das transformações na esfera do trabalho e conseqüentemente na organização dos trabalhadores.

Braverman, entretanto, é acusado de se deixar envolver demais pelas próprias conclusões de Taylor e seus discípulos, os quais acabou tomando como fonte de referência, deixando à margem uma análise mais profunda sobre a resistência dos trabalhadores e o impacto dos novos métodos de organização na diversificação cada vez maior do proletariado.⁵Pela sua avaliação a maioria dos bancários estaria enfrentando *condições objetivas* muito próximas das dos operários, gerando uma plena identificação de interesses. Restariam a alguns gerentes de departamento, de agência e dos altos escalões do Banco a situação de *privilegiados* que os distanciariam por um bom tempo de seus subordinados, estes sim, identificados com o proletariado.

Apesar de tudo o que é exposto por Braverman torna-se difícil sustentar que o processo de proletarização seja um processo linear, mesmo que seja aceito como tendencial. A suposta queda no proletariado (desqualificação e crescimento do exército de reserva/ baixos salários e perda de controle sobre o processo de trabalho) nunca

⁵ Richard C. Edwards. "The Social Relations of Production at the Point of Production!" *The Insurgent Sociologist*, vol. VIII, no. 02 e 03, 1978. pp.109-125 e Michael Burawoy. "Toward a Marxist Theory of the Labor Process: Braverman and Beyond." *Politics & Society*, vol. 8, nº 3-4, 1978. pp.247-311.

é aceita com *resignação* e os que estão *caindo* não se identificam com aqueles que nele já se encontram.

Como veremos a seguir, Wright é um dos que se mostrava propenso a aceitar a desqualificação como argumento satisfatório para a análise das práticas dos trabalhadores, embora, tenha estabelecido uma problemática particular.

1.2. Situações Contraditórias de Classe.

Quanto mais intensificado o ritmo da perda de controle sobre o próprio trabalho e quanto mais observada uma queda nos níveis salariais, mais facilmente encontraríamos situações homogêneas definidoras da ação coletiva diante dos conflitos.

O que se torna particular na argumentação de Wright é a constatação de que o advento do capitalismo monopolista traz consigo um número cada vez maior de funções a serviço da reprodução do capital, funções estas exercidas por assalariados. Aquele conflito de classes principal que se daria entre os que têm a propriedade dos meios de produção e os que dela são excluídos, enfrenta agora uma situação particular: um conjunto de agentes passou a encontrar-se em *situações contraditórias de classe* diante do antagonismo de classes principal.⁶

Se é o assalariamento e a perda de controle sobre o trabalho o que marca a condição do não proprietário dos meios de produção e faz dele um membro do proletariado; a delegação a esses trabalhadores de funções de natural competência do capital, vai gerar um conjunto situações contraditórias de classe: são assalariados, podem ser demitidos, são muitas vezes tão explorados quanto os demais trabalhadores e, no entanto, devem assumir o controle do processo de subordinação e coordenação dos trabalhadores, colocando-os efetivamente a serviço do capital. Nesse aspecto, não

⁶ Erik O. Wright. Classe, Crise e o Estado. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

podemos ignorar que é conferido a esses agentes um grau de liberdade relativamente grande, sendo que raramente acabam imperando mecanismos verdadeiramente impessoais de controle, típicos de uma administração racional.

O controle que se exerce sobre os meios de produção e sobre a força de trabalho encontra-se separado do controle sobre os investimentos e alocação de recursos. A posse, a capacidade efetiva de organizar a produção, gera uma heterogeneidade particular entre os assalariados sob o capitalismo monopolista. Dissociada da propriedade, do controle sobre a alocação de recursos e investimentos, é nela que encontraremos as mais variadas situações contraditórias de classe. Entre o proletariado e a burguesia, Wright demarca três situações específicas: *a-*) a dos altos postos da administração, dos gerentes de alto nível, dos executivos, que associariam de maneira direta os seus interesses aos da burguesia, *b-*) a dos gerentes intermediários, os quadros técnicos e as profissões liberais exercidas no interior da empresa, que no meio bancário, dentro do período estudado, englobaria a figura do contador e, *c-*) a dos contramestres e chefes de montagem, que entre os bancários corresponderia aos chefes de seção, e que, para ocuparem uma situação contraditória, precisariam deter um mínimo de autoridade para aplicar sanções ou exercer seu poder com relativa autonomia. Estes últimos, com o avanço da normatização da conduta no interior da organização burocrática, tenderiam a perder cada vez mais essa característica que os diferenciaria dos demais.

A crítica que se costuma fazer a Wright é a de que sua teoria não leva em consideração os critérios de ordem política e ideológica que poderiam alterar significativamente a composição do proletariado. Com a tentativa de prender-se às *condições objetivas* na determinação das classes, julga permanecer com maior coerência no campo marxista, principalmente porque os critérios políticos e ideológicos que

contesta são aqueles estabelecidos de maneira precipitada por Poulantzas(os que unem a pequena burguesia tradicional à nova pequena burguesia).⁷

1.3. A Estratificação.

A teoria das classes sociais não passou incólume pelos estudos de correntes funcionalistas norte-americanas na área da estratificação social. Foram os trabalhos elaborados por alguns sociólogos radicais norte-americanos que influenciaram, direta ou indiretamente, esse novo direcionamento. A base dessas novas teorias voltava-se para Max Weber e sua clássica formulação a respeito das determinações econômicas das classes(situação de classe), das *perturbações* geradas pela busca de *status* e pela busca de poder político.

Basicamente, Weber sustentava que a situação de classe tinha uma relação direta com o poder de adquirir bens e serviços no mercado e que isto desenvolveria uma desvantagem básica entre aqueles que são proprietários (capazes de exercer uma espécie de monopólio sobre certos tipos de bens e serviços) e os que não o são. Esta situação, entretanto, não faria da sociedade capitalista a portadora de um conflito bipolar de classes, pois a capacidade de aquisição de bens e serviços no mercado é extremamente diversificada.

Além disso, o acesso ao mercado está sujeito a influências extra-econômicas que envolvem não somente o nível de consumo, mas um determinado modo de consumo de produtos caracterizados como legítimos para a classe. O *status* apareceria como elemento perturbador da distribuição racional de bens e serviços no mercado.⁸

⁷ É certo que Wright tem alterado a sua visão a respeito das classes sociais e suas determinações. O que interessa particularmente ao nosso estudo é a idéia da existência de situações contraditórias de classe e a sua influência sobre a ação sindical.

⁸ Max Weber."Classe, Estamento, Partido." In: Ensaio de Sociologia, Rio de Janeiro, Zahar, 1971.

Vários autores influenciados pela teoria weberiana procuraram enfatizar o baixo poder explicativo da teoria das classes marxista, apostando muito mais na diversificação das situações de classe encontradas na sociedade. Seguindo a observação de Ferreira de Almeida, podemos dizer que:

De um modo geral, a análise da estratificação parece organizar-se em torno de quatro temáticas principais, articuladas entre si: a temática das necessidades e dos imperativos funcionais; a das motivações; a da seleção social e das desigualdades; a temática, por fim, da ordem social, do equilíbrio e do consenso.⁹

É assim que Kingsley e Moore¹⁰, ao desenvolverem seus argumentos sobre a estratificação, enquanto um fenômeno universal, procuram demonstrar justamente que toda sociedade tem a necessidade de *estimular* seus membros a produzirem. Para esses autores, as bases das diferentes posições sociais decorrem da relação entre a *necessidade* que se tem de certos trabalhadores (a sua importância funcional) e a exigência de indivíduos com *capacidade* e *talento* para exercê-las (variando entre a escassez e a abundância).

Tratava-se, então, de encontrar nos determinantes da desigualdade um princípio de hierarquia legítima capaz de recompensar o esforço dos mais aptos e desestimular a revolta dos demais. Entre os seus componentes encontraríamos não apenas recompensas materiais, mas também subjetivas, materializadas no *status* social, variável destacada na maioria dos modelos das teorias da estratificação. Sendo assim:

O que estaria em causa, no momento, era saber se seria possível isolar de entre elas uma variável independente caracterizando, ou, pelo menos, aproximando-se de um modelo monocausal, ou se se teria de ter em conta uma rede complexa de variáveis, estruturadora dessas desigualdades e das diversas ações sociais (...) A este propósito, os autores, ao procurarem definir um sistema de estra-

⁹ João Ferreira de Almeida. "Temas e Conceitos nas Teorias da Estratificação Social." *Análise Social*. 3ª série, vol. XX, nº81-82, 1984. p.176.

¹⁰ Kingsley Davis & Wilbert E. Moore. "Alguns Princípios de Estratificação." In: *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. org. por Otávio Guilherme Velho et ali. 7a. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1977. pp.114-132.

*tos sociais, partem, separada ou articuladamente, do status objetivo, do status atribuído (accorded) ou do status subjetivo.*¹¹

Mills foi um dos que definiu a *camada social* como instrumento conceitual dotado de forte poder explicativo para a compreensão de comportamentos homogêneos entre os assalariados. Determinadas variáveis como a ocupação, o prestígio e a renda, quando agrupados, forneceriam um quadro explicativo muito mais claro e objetivo que as noções de classe social.

*A probabilidade de que homens tenham uma mentalidade e uma ideologia semelhantes, e uma certa unidade de ação, aumenta com o grau de homogeneidade em relação à classe, profissão e prestígio... os fatores psicológicos tendem a estar associados à noção de camada social, que se caracteriza por uma interseção das diferentes dimensões que viemos usando até agora: classe, ocupação, status e poder. O problema é separar sistematicamente essas diferentes dimensões da estratificação, estudar cada uma delas de per si, e em suas relações com as outras.*¹²

O autor observa que o prestígio conferido ou reivindicado é de extrema importância para a análise dos comportamentos frente aos objetivos traçados, individual ou coletivamente, pelos membros de uma camada social. O prestígio adquirido, reivindicado ou conferido contrasta, muitas vezes, com níveis de renda inadequados para tais pretensões, interferindo de maneira particular na forma pela qual os componentes de uma camada social vêem as suas desvantagens econômicas.

¹¹ João Ferreira de Almeida. "Temas e Conceitos..." p.180

O autor descreve mais adiante os três métodos de avaliação do status:

O método objetivo repousa na utilização exclusiva das categorias e dos critérios do investigador, sem recurso de princípio às opiniões dos indivíduos e grupos que se trata de classificar. (...) Sempre que se solicita aos membros que ordenem as várias posições sociais segundo uma escala e nela distribuam os indivíduos dessa mesma coletividade, é ao método do status atribuído que se está a recorrer. (...) - no método do status subjetivo - confia-se a cada membro da coletividade da qual se pretende restituir a hierarquia dos grupos de status a sua própria classificação nessa hierarquia. A técnica de auto-identificação, associada ao nome de Centers, propõe ao entrevistado um certo número de estratos, entre os quais deverá escolher aquele em que julga incluir-se. pp.181-182

¹² C. Wright Mills. A Nova Classe Média. Rio de Janeiro, Zahar, 1969. p.313

Esta identificação cada vez maior dos *colarinhos brancos* na sua busca e expectativa de prestígio não passou despercebida por algumas correntes marxistas que procuraram desenvolver a sua reelaboração crítica. As alternativas voltavam-se cada vez mais para o estudo da esfera ideológica e política na delimitação das classes sociais.

1.4. Ideologia e Política na Determinação das Classes

Ao desenvolver a hipótese de que as classes sociais seriam determinadas tanto ao nível das relações de produção, quanto ao nível das relações ideológicas e políticas, Poulantzas não estava sendo guiado, certamente, pela ortodoxia marxista.¹³

Se a dominação econômica encontra-se na desvantagem que os não proprietários dos meios de produção enfrentam na sua relação com o capital, esses agentes são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver. A relação do produtor direto com os meios de produção seria caracterizada, então, por: *a-*) uma forma específica de apropriação da natureza (homem → natureza) e *b-*) uma relação social sob a qual essa apropriação é efetivada (homem : homem → natureza). É esta relação social específica que traz em si as formas de dominação econômica, política e ideológica.¹⁴

As relações sociais de produção de tipo capitalista teriam, entretanto, seu fundamento econômico na produção da mais-valia. A criação de um valor excedente pela força de trabalho (que é apropriado pelo capitalista) qualificaria um determinado conjunto de trabalhadores como trabalhadores produtivos, mas o caráter produtivo

¹³ Nicos Poulantzas. As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

¹⁴ Étienne Balibar. "Sobre os Conceitos Fundamentais do Materialismo Histórico!" In: Ler o Capital, vol.II. Rio de Janeiro, Zahar, 1.980.

que Poulantzas encontra nas obras maduras de Marx envolveria a criação de valor, gerado na produção de bens materiais e não sob a simples condição de assalariamento.¹⁵

A extração do sobre-trabalho - a quantidade de trabalho não pago - exercida sobre um bancário, por exemplo, não autorizaria a sua inclusão entre os produtivos, pois não se encontraria na esfera da produção de mercadorias e, sim, na esfera da realização da mais-valia.

Os trabalhadores produtivos representariam, por este motivo, o pólo antagonista principal no modo de produção capitalista, pois é sobre ele que se funda a dominação econômica particular deste modo de produção.

Se o marxismo defende o primado do econômico na determinação dos processos sociais, poderíamos dizer que Poulantzas enfrentará um sério problema neste sentido, quando tratar dos engenheiros, técnicos e supervisores. A noção de trabalhador coletivo presente nas obras de Marx comportaria, devido à socialização e divisão do trabalho no ato da produção, desde o simples montador até o engenheiro de produção, capaz de coordenar o movimento em conjunto dos trabalhadores parcelares. A produção de mais-valia envolveria todos nesse processo, o que, do ponto de vista econômico, os qualificaria como trabalhadores produtivos. No entanto, a sua localização específica será dada pela divisão social do trabalho.

As relações políticas de dominação envolvem a necessidade de controle do capital sobre o trabalho ou, como observa Offe, a compra da força de trabalho envolve a transformação deste em trabalho vivo, colocando em ação esta mercadoria singular adquirida no mercado pelo contrato.

¹⁵ Algumas interpretações a respeito da noção de trabalho produtivo presentes nas obras de Marx podem ser encontradas em: André Villalobos(org.). Classes Sociais e Trabalho Produtivo. Rio de Janeiro, Paz e Terra:CEDEC, 1.978.

*... a força de trabalho difere das mercadorias convencionais devido à sua marcante variabilidade e flexibilidade. O que o agenciador de mão-de-obra compra no mercado de trabalho não é trabalho, mas força de trabalho. A questão é sempre em que medida a força de trabalho é transformada com êxito em trabalho de fato realizado.*¹⁶

Coordenar o processo coletivo de trabalho envolve disciplina e obediência a cadências impostas sem qualquer controle por parte dos trabalhadores diretos, sendo necessário conformá-los às necessidades de um planejamento exterior a ele e a objetivos que muitas vezes desconhece, mas que percebe como exteriores aos seus. O poder de controle e vigilância deve, portanto, ser delegado para cobrir as diversas fases do processo de produção. As máquinas, embora tenham tirado o controle do trabalhador sobre o ritmo do trabalho, não bastam para garantir a efetiva realização do processo produtivo.

Poulantzas não adota aqui a saída de Wright, ou seja, não vê nesse poder delegado de vigilância e coordenação da produção o responsável pelas situações contraditórias de classe entre os assalariados. Este poder delegado embora não seja suficiente o bastante para qualificá-los como membros da burguesia, os constitui, entretanto, como representantes da *nova pequena burguesia*.

A pequena burguesia tradicional seria aquela classe que se desenvolveu na fase de transição para o capitalismo, marcada pela pequena propriedade e pela manufatura. Sob um aspecto que poderíamos chamar de *econômico*, não poderia haver qualquer aproximação entre assalariados da esfera da circulação e os pequenos proprietários. Poulantzas não ignora o problema, mas, ao lançar mão das determinações ideológicas e políticas para englobar esses mais diferenciados agentes assalariados em uma *nova*

¹⁶ Claus Offe. "O Futuro do Mercado de Trabalho" In: Capitalismo Desorganizado. São Paulo, brasiliense, 1989. Sobre o tema ver ainda, do mesmo autor. "Duas Lógicas da Ação Coletiva: Notas Teóricas sobre a Classe Social e a Forma de Organização." In: Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984, pp.63-64.

pequena burguesia, acaba por desviar-se sensivelmente do marxismo ortodoxo, para não dizer do próprio marxismo.¹⁷

Uma análise das relações ideológicas poderia nos remeter à tradicional distinção taylorista entre trabalhos de concepção e trabalhos de execução, mas em Poulantzas ela assume um significado mais amplo de distinção entre trabalho intelectual e trabalho manual, capaz de criar uma verdadeira barreira ideológica entre eles. A especificidade da nova pequena burguesia reside neste ponto, na influência que as barreiras ideológicas exercem sobre esses agentes, na resistência ao processo de proletarização, a uma *fusão* ao proletariado e a suas associações.

A visão dessa *nova pequena burguesia* como um bloco tem sido apontado como um grande equívoco da análise de Poulantzas.

1.5. Crítica à Idéia de um Bloco Homogêneo.

A concepção de nova pequena burguesia adotada por Poulantzas foi proposta como alternativa ao uso já consagrado na sociologia do termo *classe média*. Entretanto,

¹⁷ Saes, em um artigo de 1977, para a revista *Contraponto*, observa que os motivos que levam a pequena burguesia tradicional a buscar uma distinção frente ao proletariado é gerada pela pressão que o capital monopolista exerce sobre esses pequenos proprietários, no sentido de lançá-los na condição de assalariados. Para os assalariados que compõem o que Poulantzas chama de nova pequena burguesia, o trabalho manual aparece, muito mais, como um estigma sobre o qual se funda uma distinção social frente ao proletariado tradicional. Décio Saes. "Classe Média e Políticas de Classe - Uma Nota teórica." *Revista Contraponto*. Ano II, nº 2, nov./1977.

Wright também aponta alguns grandes equívocos na construção poulantziana. Em primeiro lugar, a pequena burguesia tradicional (p.b.t.) enfrentaria uma ameaça constante do grande capital, enquanto a nova pequena burguesia (n.p.b.) cresce justamente nesse meio. Em segundo lugar, a p.b.t. opõe-se à burocratização do Estado, aos grandes orçamentos estatais, enquanto a n.p.b. tem interesse na sua expansão. Por último, o individualismo da p.b.t. acentua a autonomia do indivíduo que deseja tornar-se patrão e controlar seu próprio destino, enquanto que na n.p.b., ela assume a forma do individualismo carreirista (meritocrático), de defesa da hierarquia salarial e voltado para a mobilidade no interior da estrutura organizacional da grande empresa. Erik O. Wright. "op. cit."

to, a sua conversão em um bloco homogêneo, determinado estruturalmente por barreiras ideológicas de classe, foi duramente criticada.

Saes, por exemplo, incorpora a idéia das barreiras ideológicas e do papel da divisão social do trabalho na determinação da ação coletiva, no entanto, despreza a idéia de um bloco ideológico e a de uma coesão ideológica da nova pequena burguesia. O autor observa que esses *grupos médios* têm uma prática social muito fragmentada e dependente da maneira particular pela qual seus interesses específicos são reconhecidos nos conflitos conjunturais. A maneira particular pela qual a conjuntura é percebida pelos *grupos médios* da sociedade, dependeria sensivelmente da *situação de trabalho* vivida pelos trabalhadores.

É preciso, portanto, ir além dos efeitos sociais da divisão entre o trabalho manual e o trabalho não-manual e tentar encontrar, na maneira pela qual a conjuntura política (nível de desenvolvimento do capitalismo industrial e da oposição entre as classes) se combina com as particularidades de cada grupo médio, a chave de suas orientações políticas... É preciso, por conseguinte, examinar como a conjuntura política, já filtrada pela consciência média, combina-se com a situação de trabalho de cada grupo médio... Por situação de trabalho entendemos o conjunto de elementos capazes de introduzir diferenciações ideológicas no mundo dos trabalhadores não-manuais.¹⁸

O principal erro de Poulantzas consistiria em querer conferir um estatuto de classe a esses grupos médios, classe essa que seria marcada por uma barreira ideológica levantada pela divisão entre o trabalho intelectual e o manual. O que poderíamos considerar importante naquele argumento poulantziano reside na advertência feita sobre as particularidades que envolvem os interesses e as práticas de certos grupos sociais.

Ver, ainda: Erik O. Wright. "O que é neo e o que é marxista na análise neo-marxista das classes?" Revista Crítica de Ciências Sociais, nº 12, out./1983. pp.09-40.

¹⁸ Décio Saes. "Tema" Classe Média e Sistema Político no Brasil. São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1985, p.20.

Se algumas frações da nova pequena burguesia podem alinhar-se ao lado das lutas operárias, isso não deve ocultar os limites dessa aproximação. Esta classe polariza-se entre as classes antagônicas principais de acordo com certas conjunturas específicas, mas a sua aproximação da classe operária não chegará a representar de forma alguma uma *fusão* entre ambas. Pelo contrário, qualquer tentativa de ultrapassar esses limites será alvo de forte resistência.

Stavenhagen também aponta a impossibilidade de se tratar esses grupos médios como uma classe. Em sua concepção, as classes surgiriam na forma dicotômica e em estreita relação com os modos de produção e suas contradições. Suas observações aproximam-se muito das desenvolvidas por Braverman, e até mesmo por Wright, uma vez que: *a-*) as classes são a expressão de um certo tipo de modo de produção, ou seja, a estrutura econômica delimita as contradições entre as classes antagônicas principais e *b-*) todas as demais posições encontradas entre esses extremos encontrar-se-iam em situação transitória e, no caso específico de Stavenhagen, como representações residuais da superestrutura.

Existiria, portanto, uma sobreposição entre a estratificação (sistema de valores aos quais se conferiria um caráter universal) e a estrutura de classes (sistema de valores em conflito):

... as estratificações pertencem à superestrutura, enquanto as relações entre as classes são determinadas diretamente pelas relações de produção da sociedade e pertencem, portanto, à base... Se as estratificações representam sistemas de valores aos quais se pretende dar uma validade universal, as oposições entre as classes, pelo contrário, criam sistemas de valores em conflito.¹⁹

¹⁹ Rodolfo Stavenhagen. "Estratificação Social e Estrutura de Classe" In: Estrutura de Classes e Estratificação Social. org. por Otávio G. Velho, et alli., 7a. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1977. pp.165-169.

A estrutura de classes impediria, assim, a livre ocorrência da estratificação como um *continuum* hierarquizado de valores definidos por variáveis como renda, *status*, poder, etc..

Existem, ainda, outros argumentos contrários à idéia de que esses grupos médios fossem capazes de representar um bloco ideologicamente homogêneo, mas uma crítica importante pode ser encontrada em um artigo de Glucksmann para a revista *Les Temps Modernes*(jan/fev.1.974):

*As classes médias sucedem-se, parecem-se, mas não são idênticas. Elas se inserem no modo de produção capitalista em um momento preciso de sua evolução histórica: sua posição média entre a burguesia dominante e o proletariado é sempre original, a contradição que todas elas encarnam inserem-se em uma luta de classes situada e datada.*²⁰

Nesse caso, a *classe média* dificilmente se posicionaria como um bloco, já que seu surgimento depende de circunstâncias conjunturais trazidas por um determinado estágio de desenvolvimento do capitalismo. Exemplos disso, são as várias estratégias ideológicas buscadas em cada momento histórico e em cada país particular para encontrar um ponto de união entre esse conjunto fragmentado de assalariados, pequenos proprietários, prestadores de serviços e profissionais liberais, entre outros. Glucksmann observa, então, que:

*O problema que se coloca para qualquer movimento popular não é o de ameaçar a uma classe média tomada em bloco, mas quebrá-la, fazendo suas forças principais passarem para o campo do povo... Os conflitos sociais, quando se exprimem sem intermediários, dissipam a unidade fictícia dos assalariados e trazem à tona as clivagens de classe. Não que as lutas oponham em bloco os operários manuais aos trabalhadores intelectuais. Pelo contrário, à medida em que aparecem as diferenças, precisam-se igualmente os projetos de aliança entre classes e frações de classes.*²¹

²⁰ A versão utilizada neste estudo é: André Glucksmann."Nem todos somos proletários." *Ensaio de Opinião*, 1977. p. 100

²¹ *Ibidem*," p.86-89

Determinados conflitos são capazes de expor as múltiplas clivagens no interior daquele presumido bloco. Daí a possibilidade de alianças que consigam apresentar suas diferenças como aspectos secundários diante de um inimigo maior de classe, evitando, também, que esses grupos procurem apresentar-se como um terceira via²².

1.6. Trabalho Manual e Trabalho Intelectual.

A opção feita neste estudo foi justamente a de explorar as consequências que a divisão entre trabalho manual e intelectual trazem para o comportamento sindical. No entanto, ela será assimilada nos termos expostos por Saes e não mais naqueles expostos, até então, por Poulantzas. A expressão trabalho intelectual cede lugar à de trabalho não-manual, pois:

*O abandono da expressão trabalho intelectual tem por alvo afastar-nos do problema mais particular dos intelectuais enquanto categoria social. Permanecemos ainda num nível de análise bastante geral; trata-se antes de examinar o corte ideológico que separa os manuais dos não-manuais que estudar o grupo intelectual.*²³

A tradicional distinção entre trabalho manual e não-manual (que sempre encontrou correspondência no senso comum) surgiu como uma variável importante para a identificação certas *marcas sociais de distinção*. Essa expressão assimilada de um artigo de Bourdieu, de 1966, merece atenção:

²² Uma análise dos argumentos ideológicos levantados para a construção de uma nova taxionomia política, ou seja, para a identificação e o reconhecimento uma terceira via alternativa ao grande capital e ao proletariado na França, em 1936, pode ser encontrada em: Luc Boltanski. "Taxionomies sociales et luttes de classes: la mobilisation de 'la classe moyenne' et l'invention des 'cadres'." Actes de la Recherche en sciences sociales, n° 29, septembre/1979. pp.75-105 e "Une Réussite: La Mobilization des 'cadres'." L'Univers Politique des Classes Moyennes. (George Lavau et alli.-orgs.). Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1.983. pp. 156-169.

²³ Décio Saes. "op.cit.";1985. p.11(nota de rodapé). Sobre o grupo intelectual enquanto categoria social, ver: Nicos Poulantzas. "As Classes Sociais." Estudos CEBRAP, no. 3, São Paulo, janeiro/73.

Uma classe social nunca é definida somente por sua situação e por sua posição numa estrutura social, isto é, pelas relações que elas mantêm objetivamente com as outras classes sociais; ela deve também muitas de suas propriedades ao fato de que os indivíduos que a compõem entram deliberadamente ou objetivamente em relações simbólicas que, expressando as diferenças de situação e de posição segundo uma lógica sistemática, tendem a transmutá-las em distinções significantes.²⁴

Através dela, o seu autor retoma uma problemática weberiana vinculada aos papéis dos grupos de *status* e à forma pela qual interferem na esfera puramente econômica, gerando *estilos de vida* e fazendo com que diferenças econômicas manifestem-se duplicadas por distinções simbólicas.

No caso dos bancários, certos estilos de vida passam a fazer parte de seu mundo, na forma de exigências e regras de comportamento necessárias para o exercício da profissão, apresentando-se de maneira *naturalizada*, ou seja, aceitas como legítimas.

Isto não significa, entretanto, que diante de um processo de crise conjuntural, os assalariados em ocupações *não-manuais* sejam incapazes de aliar-se aos trabalhadores manuais. Essa aliança pode ocorrer sem que isto represente uma *fusão* tal como supõe Braverman, pois as barreiras ou limites ideológicos são bastante fortes para impedir a sua efetivação.

É certo que a elaboração de critérios empíricos capazes de delimitar com suficiente clareza o que se entende por trabalho manual ou não-manual provoca, geralmente, uma onda de malabarismos teóricos ou o reconhecimento das limitações teóricas que tal opção envolve. Guilhon Albuquerque travou uma polêmica com

²⁴Pierre Bourdieu. "Condição de Classe e Posição de Classe." In: Neuma Aguiar(org.). Hierarquia em Classes. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974. p.63. Embora não estejamos trabalhando com o referencial teórico ou com os métodos de análise do autor, realizando uma apropriação que pode parecer um tanto deslocada de seu contexto, acreditamos que ela indica um caminho fecundo em indagações sobre o campo ideológico.

Glucksman, quando da publicação de *Nem Todos Somos Proletários*, que explicita bem os termos do debate:

Seria preciso sujar as mãos para ser operários ? Qual o nível de transpiração necessário para não se cair na categoria dos improdutivos ? Precisa-se deixar traços materiais sobre um objeto para produzir valor ? ... não é o esforço físico que caracteriza o trabalho industrial.²⁵

Se aceitamos tal divisão como critério relevante para a análise dos bancários enquanto membros da *classe média*, isto é feito com a devida cautela, procurando reter o seu valor instrumental para a abordagem do tema. O trabalho manual não seria *medido* tanto por sua relação com o esforço físico exigido no processo de trabalho mas sim pelo que representa ideologicamente, enquanto uma desqualificação social dentro de uma hierarquia de *prestígio* determinada historicamente e sujeita a *ambiguidades*. Da mesma forma, o trabalho não-manual não é qualificado necessariamente pelo uso do intelecto, mas pelo conjunto de símbolos aos quais está associado.

Um motorista de ônibus, um trabalhador da construção civil e um torneiro mecânico, embora exerçam atividades distintas, sofrem um processo de desqualificação social particular. Do mesmo modo e de maneira também problemática, um vendedor de uma loja de sapatos, um bancário e um engenheiro, embora exerçam atividades distintas, experimentarão de maneira ambígua as barreiras ideológicas às quais estão submetidos.

1.7. A Classe Média como Categoria Prática.

Ao identificar algumas particularidades que condicionariam o comportamento sindical da classe média - para tê-las como referência no estudo do sindicalismo ban-

²⁵ J.A. Guilhon Albuquerque. "Classe Média: Caráter, Posição e Consciência de Classe" In: Classes Médias e Política no Brasil, coord. por J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. p.14 (Publicado originalmente em Debate e Crítica no.4).

cário - chegamos à conclusão de que a apropriação intelectual de uma *categoria prática* como a da *classe média* encontra-se sensivelmente fragmentada e incompleta.

Diante disso, a alternativa que nos propusemos, foi a de construir um quadro *típico* dos fatores *condicionantes* de seu comportamento sindical, sem enquadrá-la coerentemente à problemática da determinação de classe de seus agentes.²⁶

Em primeiro lugar, o que se convencionou chamar de *classe média* ou *classes médias* é, antes de mais nada, uma *categoria prática* construída sobre associações genéricas, que levam em consideração a situação de trabalho e certas representações ideológicas sobre o trabalho manual, agindo como uma espécie de *afiliação simbólica*.²⁷

Chegamos, então, à seguinte conclusão quanto ao conceito de *classe média*: ele aparece em primeiro lugar como uma *categoria prática* construída dentro de es-

²⁶ A expressão típico, no caso, está associada aquilo que reúne as características distintivas do nosso objeto de estudo.

²⁷ Luc Boltansky. "Une Réussite: La Mobilisation des Cadres." L'Univers Politique des Classes Moyennes. org. por George Lavau et alli. Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1983. p.157

A princípio, como observa o autor, o eixo aglutinador da classe média estava vinculada à posse de um patrimônio pessoal que os distinguiu da oligarquia e da plutocracia representadas pelo grande capital, pelas sociedades anônimas. Se esse critério tinha a finalidade de unificar simbolicamente a classe média nos anos 30, ele passa a se tornar inadequado para representar um novo foco de dispersão em seu interior, ou seja, o surgimento de assalariados dotados de uma competência técnica e, frequentemente, de um título escolar (o caso dos engenheiros e dos cadres). O acirramento do conflito entre operários e patrões, em 1936, a tendência do governo da Frente Popular para a criação de instâncias oficiais de negociação, estimulam esses novos assalariados a buscar sua representação, buscando para isso o fortalecimento de sua identidade própria. Essa conjuntura específica onde se definiu um determinado quadro da luta de classes na França, marca a necessidade de unificação simbólica dessa heterogênea classe média, desenvolvida e estimulada fortemente pelas visões de mundo construídas pelo catolicismo social. A determinação estrutural que delimitaria as frações ou grupos heterogêneos que compõem a classe média não teriam por si só a capacidade de definir estratégias políticas, uma vez que, estaria subordinada à maneira pela qual a luta de classes estabelece os termos do conflito e a sua necessidade de representação. No entanto, seria inadequado afirmar que esses agentes estariam totalmente livres para escolher suas estratégias, em momentos de crise. É o que tentamos mostrar em nosso estudo.

estratégias discursivas de forças sociais que procuram agrupar ou fragmentar esse conjunto heterogêneo de trabalhadores assalariados e não-manuais.²⁸

Entre os autores que aceitam a pertinência do conceito de *classe média* para a compreensão do comportamento sindical de determinados trabalhadores, o objetivo maior de suas sistematizações, principalmente entre os marxistas, consiste na *apropriação intelectual* dessa categoria prática para que sirva de orientação na escolha de alianças para a definição e encaminhamento de suas estratégias políticas.

Essas tentativas de construir sobre seus múltiplos usos um conceito não contraditório correm o risco de serem conduzidas a um formalismo estéril, uma vez que:

As definições não têm significação a não ser no exame das análises empíricas às quais servem de suporte. (...) Ao sistematizar uma categoria prática, ao tentar tornar não contraditórios seus múltiplos usos (por definição, não harmonizados, pois que, criados sobre um modo prático, em circunstâncias e situações diferentes), ao inventar algo suscetível de ser transportado pelo pensamento a contextos históricos distintos, o sociólogo arrisca-se, em primeiro lugar, a definir por definir e seu trabalho a encerrar-se nas virtualidades formais do termo²⁹

Sem dúvida que uma afirmação deste tipo poderia jogar por terra toda a tentativa de *apropriação intelectual* do termo, pois as *classes médias* apresentariam-se sempre inseridas em lutas de classe situadas e datadas. Não é por outro motivo que já se chegou a afirmar que:

...uma das poucas coisas que podem ser ditas a respeito dessa classe, como um todo, é que nada pode ser dito com certeza a respeito de seu comportamento político (...) Empiricamente eles fizeram muitas coisas diferentes em termos políticos.³⁰

²⁸ Bernardo Lacroix. "A la Recherche d'une definition." In: L'Univers Politique des Classes Moyennes. org. por George Lavau et all., Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1983. p.174

²⁹ Bernardo Lacroix. "op.cit.",p.173 e 176. Sobre a elaboração de conceitos em estado prático, ver: Nicos Poulantzas. Poder Político e Classes Sociais - VOL. I. Porto, Portucalense Editora, 1971. pp.5-32

³⁰ Martin Oppenheimer. White Collar Politics. New York, Monthly Review Press, 1985. p.183

O próprio levantamento das *condições objetivas* sob as quais a classe média se movimenta têm se revelado insuficiente para compreender o seu comportamento. As advertências lançadas por Przeworski a respeito da determinação dos lugares ocupados pelos agentes nas relações de produção (com seus interesses correspondentes) e a sua manifestação na luta de classes merecem atenção, uma vez que as classes:

...precisam ser organizadas como agentes políticos. Novamente, a luta de classes política é uma luta a respeito de classes antes de ser uma luta entre classes(...) As classes não são mais vistas como sujeitos históricos contínuos. As lutas de classes, no sentido de lutas sobre formação de classes e de lutas entre forças de classes organizadas, sempre ocorrem em conjunturas específicas. Sua forma altera-se com a mudança nas conjunturas, como por exemplo com a introdução do sufrágio universal ou dos dissídios coletivos amparados por lei, com o declínio dos efeitos legitimadores do mercado e, particularmente, com as mudanças na forma do Estado capitalista.³¹

Por constituírem-se através de um agregado muito heterogêneo, os grupos que compõem essa categoria estão sujeitos às *estratégias discursivas* das forças sociais que procuram atraí-los como aliados.

Essas forças sociais procuram reforçar, ora a sua condição singular, sustentada sobre representações a respeito do trabalho não-manual, ora a sua aproximação com os demais trabalhadores, estabelecendo sucessivos processos de reconstrução de uma imagem *média* que atenda às particularidades de uma luta ideológica conjuntural.

Uma observação de Monjardet indica a particularidade desses processo que é criado pelos próprios grupos médios e assimilado pelas forças em luta em determinada conjuntura:

...as classes médias recusam uma alternativa que, em todo o caso, as ignore ou dissolva, recusando-se, portanto, a decidir entre a unidade e a divisão, rejeitando esses termos e inventando outra imagem, um outro sistema de representação(...) Não há nem unidade, nem divisão, mas um sistema complexo que conhece a

³¹ Adam Przeworski. Capitalismo e Social-Democracia. São Paulo, Companhia das Letras, 1991. pp.91 e 99. Ver, especialmente, o capítulo 2.

*unidade e a divisão, a permanência e o movimento, pois elas constituem seu centro de gravidade.*³²

Embora encontrem-se fragmentados em determinadas conjunturas, vinculando-se em alguns casos à luta dos trabalhadores manuais, isso não impede que adquiram consciência dessas contradições de uma maneira particular e distinta. Assim, independentemente do processo de reconstruções ideológicas sucessivas, às quais esses grupos ou frações da *classe média* estão sujeitos, pudemos identificar um quadro típico de fatores condicionantes que, no período estudado, vão criar as condições para um comportamento sindical particular e diferenciado do dos demais trabalhadores.

Um dos condicionantes encontrados está vinculado à barreira ideológica fundamental que se estabelece entre os trabalhadores manuais e os não-manuais, barreira essa interiorizada de maneira ambígua e representada nos mais diversos aspectos do trabalho bancário. Como vimos anteriormente, a delimitação do que é manual e não-manual reflete muito mais uma imagem de desqualificação social, do que o gasto de energia física propriamente dita.

Essas barreiras ideológicas induzem as lideranças bancárias a adotarem um discurso ambíguo quanto a unificação de suas lutas com a dos demais trabalhadores.

Os efeitos ideológicos dessa divisão serão reforçados pela *situação de trabalho* vivida pelos bancários, fornecendo algumas informações importantes sobre o conteúdo de suas reivindicações como, por exemplo:

1-) a defesa de um **salário relacional** que, devido às exigências sociais da profissão, deve ser superior ao dos trabalhadores manuais, representando a justa expressão de uma posição na hierarquia social; ou seja, uma hierarquia fundada sobre

³² Dominique Monjardet. "La Pensée Utopique et les Couches Moyennes: quelques hypothèses." *Sociologie du Travail*, n° 1, 20^a année, janvier/fevrier/mars/84. p.52

dons e méritos individuais e não sobre a força coletiva da categoria, que pode manifestar-se na forma de um **radicalismo meritocrático**;³³

2-) de um **salário-profissional**, com a divisão dos salários de acordo com a função exercida, formando um quadro de carreira com os respectivos critérios de ascensão.

No interior da organização sindical bancária merece atenção a análise dos efeitos gerados pela presença de agentes em situações contraditórias de classe no sindicato. Como a Associação dos bancários foi fundada por quadros administrativos dos Bancos, foi-nos possível identificar a orientação particular que esses agentes lhe conferem. A sua constituição enquanto grupo autônomo diante dos patrões reforça a ambiguidade de sua situação, marcada pelo exercício de funções delegadas do capital e ao mesmo tempo atuando como líderes sindicais, sujeitos, portanto, às pressões dos diretores dos Bancos.

Para esses agentes em situações contraditórias de classe o exercício da dominação delegada não lhes aparecia como um problema, mas, antes, como uma das necessidades inerentes à profissão.

Finalmente, cabe ressaltar que a análise de certas *condições objetivas* às quais estão submetidos os bancários (e a ideologia reforçada pela sua situação de trabalho é uma delas) deve levar em consideração o contexto de uma luta de classes específica, principalmente, os momentos de crises conjunturais.

³³Essa conclusão pode ser encontrada em Décio Saes, "op. cit.", 1985 e também em Armando Boito Jr. "Classe Média e Sindicalismo: Uma Nota Teórica." IX Congresso Nacional dos Sociólogos. mimeo. Uma análise semelhante, centrada na categoria dos engenheiros e médicos, também é desenvolvida por Sônia M.G. Larangeira. "Classes Médias e Movimento Sindical: o caso dos profissionais de nível superior no Rio Grande do Sul." São Paulo em Perspectiva: questões sociais, jan./mar. 1991, vol. 5, nº 1, SEADE, pp.64-71. Essa questão será retomada no cap. 4.

Capítulo 2. Nasce a Associação

No processo de construção da identidade do trabalhador bancário, capaz de levá-lo ao reconhecimento de um interesse coletivo e, conseqüentemente, a um movimento associativo de tipo sindical, encontramos as formas particulares pelas quais esses trabalhadores inserem-se no contexto geral do sindicalismo. O seu aparecimento tardio no movimento sindical se dá na forma de uma associação mutualista que, na ausência de legislação ou mecanismos de proteção, procurava atender às necessidades dos bancários e suas famílias em caso de doença, morte, invalidez, etc.. Esse foi o objetivo que orientou a criação da Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo em 16 de abril de 1923, devendo-se, quase que exclusivamente, aos esforços de Francisco Silva Pinto, contador do CityBank.

2.1. A Rede Bancária e o Surgimento da Associação.

Alguns dados de 1925 sobre a rede bancária do Estado de São Paulo levantados junto aos Anuários Estatísticos do Estado, balancetes publicados nos jornais da Associação e a discriminação de associados por Bancos, nos dá o seguinte quadro³⁴:

1. BANK OF LONDON & SOUTH AMERICA (Sede:Londres; filiais: Rio de Janeiro, Manaus, Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Santos, São Paulo, Curitiba,Rio Grande do Sul Pelotas, Porto Alegre- *sic fac-simile* de propaganda do Banco.)

2. BANCA FRANCESE E ITALIANA PER L'AMERICA DEL SUD (Sede: Paris; Filiais: São Paulo, Rio de Janeiro, Santos, Curitiba, Porto Alegre, Recife, Rio Grande, Araraquara, Barretos, Bebedouro, Botucatu, Caxias, Espírito Santo do Pinhal, Jaú, Mococa, Ourinhos, Paranaguá, Ponta Grossa, Ribeirão Preto, São Carlos, São José do Rio Pardo, São Manoel)

³⁴ Vida Bancária, no. 9, de junho de 1925(discriminação dos associados por Bancos); Anuário Estatístico de São Paulo (1922-1926), balancetes dos Bancos publicados no VB. É bem provável a existência de um número maior de Bancos e Casas Bancárias.

3. BANCO BRASILEIRO ALEMÃO (Sede: Rio de Janeiro; Filiais: São Paulo, Santos, Porto Alegre, Bahia e Recife)
4. THE NATIONAL CITY BANK OF NEW YORK
5. BANCO NACIONAL ULTRAMARINO
6. BANCO PORTUGUÊS DO BRASIL (Sede: Rio de Janeiro; Filiais: São Paulo e Santos)
7. BANCO ÍTALO-BELGA
8. BANCO ALEMÃO TRANSATLÂNTICO
9. ROYAL BANK OF CANADA
10. BANCO GERMÂNICO DA AMÉRICA DO SUL
11. BANCA POPOLARE IATALIANA (Sede: São Paulo; Filiais: Jaboticabal e Pirassununga)
12. THE BRITISH BANK OF SOUTH AMERICA (Sede: Londres; Filial: São Paulo)
13. BANCO DE ESPANHA E BRASIL (Sede: RJ; Filial: São Paulo)
14. BANCO COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
15. BANCO DO BRASIL
16. BANCO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE SÃO PAULO (Sede: São Paulo; Filiais: Santos, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru, São Carlos, Taquaritinga, Bebedouro, Jaboticabal, Araraquara, Amparo, Rio Preto, Olímpia, Poços de Caldas, Rio de Janeiro)
17. BANCO NOROESTE DO ESTADO DE SÃO PAULO (Sede: São Paulo; Filiais: Santos, Araçatuba, Birigui, Cafelândia, Campinas, Jundiá, Lins, Penápolis, Pirajui, Presidente Alves, Rio Claro)
18. BANCO HIPOTECÁRIO E AGRÍCOLA DO ESTADO DE MINAS
19. BANCO DE SÃO PAULO (Sede: São Paulo; Filiais: Santos, São Carlos, Ribeirão Preto)
20. BANCO DE CRÉDITO POPULAR
21. BANCO DE CRÉDITO HIPOTECÁRIO E AGRÍCOLA DO ESTADO DE SÃO PAULO
22. BANCO CAMPINEIRO
23. I.R.F. MATARAZZO (Seção Bancária)
24. CIA. PUGLISI (Seção Bancária)
25. SOCIEDADE ANÔNIMA MARTINELLI

A maioria dos Bancos atuava junto ao mercado agrário-exportador, resultando, daí, a concentração dos Bancos nas cidades de São Paulo e Santos. Os grandes Bancos estrangeiros foram responsáveis por um grande número de empréstimos ao governo federal, estadual e municipal, pelo financiamento de atividades comerciais e manufatureiras ligadas de uma forma ou de outra aos mercados estrangeiros. De modo geral, esses Bancos cuidavam dos financiamentos a curto prazo do comércio exterior, vinculado às exportações do café, e do mercado de câmbio.

Esse é o caso do Banco Francês e Brasileiro para a América do Sul:

*Rodolfo Crespi, fabricante de tecidos de algodão; Henrich Trost, importador; e Egidio Falchi, fabricante de biscoitos figuravam entre os diretores e havia ainda ligações secundárias com e.Dell'Acqua & Cia, Alexandre Siciliano, o famoso fabricante de máquinas e Edward Wysard, representante da Société Commerciale. Por volta de 1912, mantinha o Banco, evidentemente, boas conexões políticas. Obteve o direito de emprestar à municipalidade de São Paulo dez mil contos(três milhões de dólares) a juros rendosos de 7%, com opção sobre todos os empréstimos futuros, até ser reembolsado.*³⁵

As Casas Bancárias estavam ligadas a algumas indústrias ou ao comércio importador, geralmente, dirigidos por imigrantes. Segundo o decreto Nº. 14.728 de 16 de março de 1921 eram consideradas Casas Bancárias a pessoa *natural* ou jurídica com capital igual ou inferior a 500.000\$000.

No momento da fundação da Associação, a única lei que regulamentava o registro e a formação de sindicatos era a lei no. 1.637 de 05.01.1907 e os motivos que poderiam ter levado ao seu surgimento podem ser de várias ordens.

Canedo identifica nos trabalhadores gráficos uma das referências para os bancários, uma vez que o dia nacional dos gráficos é comemorado em 07.02.1923, data da vitoriosa greve de 42 dias, sustentada por esses trabalhadores. É o próprio João Costa Pimenta, um dos fundadores da UTG (União dos Trabalhadores Gráficos), que faz um depoimento nesse sentido(embora, não se referindo diretamente aos bancários.)³⁶

O sucesso dos gráficos pode ter estimulado o surgimento da Associação, que já vinha sendo tentado desde dezembro de 1922, segundo depoimentos de F. Silva Pinto, mas não o uso de métodos de ação semelhantes.

³⁵ Warren Dean. A Industrialização de São Paulo(1880-1945). 2a.ed., São Paulo, DIFEL, 1971. p.66

³⁶ Leticia Bicalho Canedo. O Sindicalismo Bancário em São Paulo. São Paulo, Símbolo, 1978. p.84

Souza Martins aponta o governo de Artur Bernardes (1922-1926) como um dos que mais atuaram na República Velha, no que diz respeito à legislação social, o que poderia ter estimulado iniciativas deste tipo. Porém, na época da fundação do sindicato este presidente havia renovado o estado de sítio, que se estendia desde o governo anterior, e ampliado o controle sobre os meios de comunicação com uma Lei de Imprensa. Sob o estado de sítio ocorreram o levante tenentista no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul entre outros estados, o levante de 1924, em São Paulo e a formação da Coluna Prestes.³⁷

Embora o clima de agitação política tenha tomado conta de São Paulo (e não conseguimos identificar as suas consequências diretas sobre os fundadores da Associação), não podemos ignorar, também, a boa dose de voluntarismo sustentada por F. Silva Pinto, que já havia realizado cinco tentativas de constituição da Associação, frustradas por pressões dos diretores de alguns bancos e pela consequente falta de bancários dispostos a assumir os cargos de diretoria. O papel que vislumbrava para si mesmo na história do sindicalismo bancário, como se verá em seus manuscritos posteriores, é reforçado pelo que chegou a chamar de seu *espírito de luta* (em alguns momentos vinculado à sua condição de maçom.)

De fato, o sindicalismo bancário está inserido em um período posterior à Primeira Guerra Mundial e ao Tratado de Versailles, que já vinha observando o crescimento do nacionalismo e do fluxo da militância operária. Mas, como observa Lockwood, a ação coletiva e organizada, por si só, não representaria necessariamente uma *consciência de classe*. Ela poderia levar os membros de um grupo profissional a perceberem a existência de interesses comuns, gerando uma *consciência de grupo*. A

³⁷ Heloisa H. de Souza Martins. O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1979. p.21-23

sua passagem para uma consciência de classe dependeria da capacidade de associar os seus interesses aos dos demais trabalhadores ou, ainda, da:

*...mudança de nome e de propósitos de uma associação de empregados, quando se transforma uma simples associação em um autêntico sindicato; na aceitação e emprego, para alcançar seus fins, de certos tipos de sanção como a greve; na união da associação ao movimento sindical mais amplo, a sua identificação com o ramo político do movimento; na atitude adotada em situações críticas de classe, como uma greve geral e, por último, as aspirações sociais e políticas gerais dos membros e dirigentes da associação.*³⁸

Entre esses dois tipos de *consciência* não haveria uma conexão direta, nem uma evolução necessária, ou seja, uma ação coletiva e organizada não refletiria necessariamente a existência de uma consciência de classe.

Embora não estejamos trabalhando com o conceito de *consciência de classe*, a proposta de Lockwood nos permite observar a existência de dois níveis de análise do sindicalismo bancário: a-) o de sua ação e ideologia voltada para a luta e justificação de seus interesses de grupo, corporativos e b-) o de sua ação e ideologia vinculando-se às lutas dos demais trabalhadores ou grupos profissionais.

2.2. As Primeiras Lideranças.

Entre 1923 e 1929, não encontramos qualquer proposta de intervenção estatal sustentada pelas lideranças bancárias. A busca de entendimento direto com as diretorias dos Bancos e a crença na construção de uma associação mutualista forte é a marca do movimento.

Um ano e meio após a sua fundação, a Associação já contava com um *Fundo de Pecúlios*, assistência médica (emissão de guias para consultas, farmácias, internação hospitalar, etc.) e assistência jurídica. A experiência, a exemplo dos casos operári-

³⁸ David Lockwood. El Trabajador de la Clase Media. Madri, Aguilar, 1962. p.135

os, enfrentou sérios problemas de continuidade devido aos constantes problemas de ordem financeira.³⁹

Outro *benefício* que a Associação procurou oferecer a seus associados foi a organização de um *Departamento de Colocações*, inspirada, segundo seus idealizadores, em *experiências inglesas e americanas*, ignorando que os gráficos já a haviam efetivamente conquistado a formação de uma Bolsa de Trabalho, onde só seriam admitidos pelos patrões os trabalhadores sindicalizados. A proposta de organização desse Departamento aparecia nos seguintes termos:

... todos os Bancos só tomarão empregados por seu intermédio ... Sem pretender ser espírito de imitação, tão ao feitio de nossa gente, acho que devemos aprender com os estrangeiros, principalmente ingleses e americanos, as muitas coisas boas que eles têm para nos ensinar, e entre elas o seu admirável espírito de cooperação
.40

A exemplo de intenções similares no movimento operário, o Departamento não passou de uma única publicação no jornal *O Estado de São Paulo*, onde oferecia os seus serviços de contabilidade.

A imprensa sindical bancária tornou-se conhecida pelo seu jornal *Vida Bancária*, cujo primeiro número é de setembro de 1924. Nele já estão traçados o que os recentes diretores julgam ser os verdadeiros objetivos da Associação, quais sejam, procurar servir como instrumento de conciliação de interesses não só entre os bancários e os Bancos, mas, atendendo em seus artigos a tudo o que seja de interesse dos Bancos, do Comércio e das Indústrias de São Paulo.⁴¹

O aspecto mais importante do período é a centralização do discurso de suas lideranças no papel conciliador da Associação e a total ausência de uma referência ao

39 Ver: Leticia Bicalho Canedo."op. cit."p.46

40 V.B. no. 77, março de 1931. Sobre o surgimento das bolsas de trabalho em 1901, sob iniciativa dos anarquistas, ver ainda: Azis Simão. *Estado e Sindicato*. São Paulo, Ática, 1981.

41 No jornal são publicados os balancetes de diversos Bancos, propagandas de lojas do comércio e serviços vários.

Estado, enquanto mediador desse processo. Podemos dizer que, até o advento da lei de sindicalização de 1931, os bancários ignoram qualquer perspectiva de intervenção estatal sistemática na relação entre patrões e empregados. Um dos fatores que estimulariam essa atitude seria a crença, manifestada pelos líderes bancários, de que representariam efetivamente o interesse comum de bancários e Bancos. A sua não intervenção em *assuntos de ordem interna* dos Bancos, tais como o exercício regular de horas extras, condições de trabalho insalubres, baixos salários, etc., demonstra a identificação daquele espaço como espaço de dominação legítima da direção dos Bancos e os males dele provenientes como males inerentes ao exercício da profissão, devendo ser atacados em seus efeitos, através de uma compensação posterior.

A Associação, na opinião das lideranças bancárias, representava um órgão de engrandecimento moral do indivíduo, que justificava-se por si mesmo, desde que cumprisse a sua tarefa de conciliação e de assistência material ao bancário. Essa ênfase no assistencialismo e na visão da Associação como um fim elevado em si mesmo, acabou por colocar as direções deste período em posição defensiva, lamentando constantemente a visão *atrasada* dos diretores de Bancos que deveriam *amparar a Associação, patrociná-la*.

Na sua proposta de desconto obrigatório direto ao ordenado dos bancários, realizados todos os meses, no valor correspondente ao das mensalidades, constatam que isso *viria a ensinar o caminho do dever a muita gente*.⁴²

Apesar dos esforços para conciliar os interesses dos bancários e dos diretores dos Bancos, a imagem desses diretores era a de representantes de uma mentalidade *atrasada*, como pode ser melhor conferida após uma referência feita a Henry Ford, afirmando que:

⁴² V.B. no. 27, dezembro de 1926.

*Hoje em dia deve-se cuidar mais do bem estar do empregado, não tanto por espírito de humanidade, se bem que esse ponto, principalmente a nós brasileiros, bondosos por índole, não nos possa ser de todo indiferente, mas pelo melhor aproveitamento da máquina humana, que quanto melhor cuidada maior rendimento dará ... Nenhum patrão moderno, adiantado, inteligente, pensa hoje em obter lucros à custa da desgraça ou do mal estar alheio, o que seria mesmo vil.*⁴³

Não podemos ignorar as observações de Wright a respeito das situações contraditórias de classe e a sua influência nas organizações sindicais. Quando as lideranças bancárias fazem o que chamaríamos de uma crítica *administrativa* ao tratamento dado aos bancários (onde os males da profissão são apontados como resultado da ausência de uma administração racional e que ignora os métodos e técnicas do que poderíamos chamar de *recursos humanos*, como será visto adiante), eles demonstram um desejo de construir uma imagem diferenciada da categoria, deixando claro que não se valem dos mesmos meios, nem dos mesmos objetivos que as *classes mal conduzidas*.

Como determinadas formas de conceber a relação entre patrões e empregados orientam a escolha dos meios mais adequados para tratá-la, observamos que a crença em argumentos técnicos e racionais, acompanhada de reivindicações que obedeçam ao *princípio da justiça*, levam a Associação a ignorar qualquer tentativa de ação direta. Bancários e diretores de Bancos fariam parte de um mesmo grupo profissional, sujeitos a uma ordem profissional legítima que precisaria de algumas reformas:

*Sem estardalhaço, sem atitudes irritantes que, geralmente as classes numerosas e mal dirigidas costumam tomar, a Associação dos Funcionários de Bancos vai realizando um programa humanitário que muito a engrandece.*⁴⁴

Ou, ainda:

Nada procuraremos obter por meio de exigências ou imposições, caminho certo para nada conseguirmos. As nossas pretensões, quando chegamos a levá-las a quem de direito, serão, antes de mais nada, produto de um estudo sereno, serão, clara e insofismada-

⁴³ V.B. no. 78, abril de 1931.

⁴⁴ V.B. no. 66/67, 04 de maio de 1930.

*velmente, uma necessidade que se impõe pelo reconhecimento que se deve ao princípio da justiça.*⁴⁵

No entanto, algumas vozes dissonantes aparecem no período. Em 04 de abril de 1925, temos uma primeira experiência de pluralismo sindical no meio bancário com o surgimento da Associação dos Empregados da Banca Francesa e Italiana per l'America del Sud, uma espécie de associação de empresa, que tem como secretário-geral Raymundo Schnorrenberg.

Sua participação na revisão dos estatutos da Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo (A.F.B.E.S.P.), uma vez que os funcionários daquele Banco continuavam a participar da antiga Associação, colocou pela primeira vez em discussão qual deveria ser o seu caráter. Seus artigos continham um forte apelo à organização horizontal dos trabalhadores:

*Se se quizesse fazer da Associação um Sindicato, não seria o suficiente proceder-se a uma reforma nos seus estatutos. Seria necessário dissolvê-la e refazê-la de novo, e criar antes a consciência de classe ... Dizer que seria irrisório comparar os bancários e os do comércio não basta. Que o seu trabalho é diferente, é certo, mas a diferença de trabalhos não é suficiente para determinar duas classes de trabalhadores. Se assim fosse, os correspondentes formariam uma classe, os guarda-livros, outra; os empregados de câmbio e os do desconto, outra; e assim por diante. As suas necessidades são diferentes? ... A idéia que defendo não é senão a amplificação dessa organização, a sua extensão à classe inteira dos empregados.*⁴⁶

Pelo que se percebe, tratava-se de uma voz isolada que sofreu diversas críticas e acabou por desaparecer das páginas do jornal *Vida Bancária*. A Associação seguiu seu caminho isolada, como um fim em si mesma; um órgão de conciliação, de educação moral da classe e de assistência material aos seus associados. Reconhecê-la era reconhecer a superioridade do coletivo frente ao indivíduo na tarefa de conciliação.

⁴⁵ V.B. no. 77, março de 1931

⁴⁶ Artigo de Raymundo Schnorrenberg para o V.B. no.11, agosto de 1925.

Sendo assim, não é de se estranhar a recepção calorosa que os bancários dariam à intervenção do Estado na relação entre patrões e empregados.

2.3. Quadros Administrativos, Situação de Trabalho e Ideologia Sindical.

Como pudemos observar, determinadas funções delegadas pelo capital eram exercidas nos Bancos pelo chamado quadro administrativo (gerentes, sub-gerentes, contadores, procuradores, chefes de seção, sub-chefes), tendo sido justamente esses agentes que acabaram por organizar as bases da Associação bancária, dando-lhe uma orientação característica.⁴⁷

A sua presença em organizações sindicais tende a reproduzir aquelas formas ideológicas típicas da sua situação na divisão social do trabalho, ignorando as diversas formas de exploração e dominação exercidas no interior dos Bancos.

Em artigo publicado na revista do Instituto de Organização Racional do Trabalho (I.D.O.R.T.), encontramos algumas concepções a respeito da relação entre o *Capital* e o *Trabalho* que bem poderiam resumir a imagem que esses agentes em *situações contraditórias de classe* atribuíam a si mesmos.

Em primeiro lugar, constata-se que no mundo moderno o *Capital despersonaliza-se* em virtude da aplicação de métodos racionais de organização do trabalho e pela própria composição do capital (fato apontado em vários estudos sobre sociologia do trabalho do pós-guerra), de forma que o poder pessoal do chefe ou do dono da empresa é substituído pela norma, pela regra impessoal, pela figura do acionista. A impessoalidade da norma assenta a legitimação da exploração do trabalho sobre novas

⁴⁷ Segundo Leticia B. Canedo, "op.cit.", p. 94, nota de rodapé no.25, de 1923 a 1931, apenas dois membros da diretoria não pertenciam aos quadros administrativos dos Bancos.

bases e seduz um conjunto considerável de trabalhadores que julgam deter nesse processo uma relativa autonomia frente aos capitalistas.

Em um mundo que já conhece a existência de *sociedades anônimas*, noções como a de *Capital e Trabalho* passam a assumir uma nova forma, uma nova construção ideológica. A vida da empresa dependeria da conjugação funcional desses elementos gerida por um quadro de funcionários capazes de coordenar esse processo. Portanto:

*A evolução das atividades humanas, pelo emprego de métodos científicos que lhes proporcionaram rumo seguro e definido, o estudo hoje apaixonante da organização racional do trabalho, da produção e da sua distribuição, patentearam a necessidade de se distinguir, nos elementos essenciais das atividades econômicas, funções bem caracterizadas que **despersonalizaram** integralmente aqueles elementos (O Capital e o Trabalho)... A função de Diretor, de Gerente ou de Chefe de Serviço não pode ser confundida com a de Capitalista, nem com a de Patrão na concepção tradicional desses termos. O Diretor ou Administrador de uma empresa exerce uma função profissional como outra qualquer, para a qual também são exigidas certas qualidades características conhecidas sem as quais ele fracassará.⁴⁸*

A relativa autonomia que julgam desfrutar e que vinculam à impessoalidade gerada pelos métodos racionais de organização do trabalho gera uma utopia modernizante capaz de sustentar a crença na solução racional dos conflitos de interesses entre o *Capital e o Trabalho*. Essa visão própria do mundo do trabalho pode ser encontrada em diversos períodos da vida da Associação, estendendo-se de 1923 a 1932 e de 1936 a 1944, passando pelo surgimento do SYN-DIKE (outro sindicato de bancários criado na vigência do pluralismo sindical).

Esses agentes lastimam a visão atrasada dos diretores de Bancos que são incapazes de perceber que, no mundo moderno em que viviam, já existiam as experiências do fordismo americano, os estudos sobre psicologia, higiene e métodos de organiza-

⁴⁸ *Revista do I.D.O.R.T.* no. 33, setembro de 1934. Palestra proferida no Rotary Club de São Paulo por Aldo Mário de Azevedo.

ção racional do trabalho. Em um artigo de 1932, com o título *Como obter uma melhor cooperação dos funcionários*, o jornal *Vida Bancária* apresenta a proposta de organização de um Departamento de Pessoal nos Bancos. Funcionando como uma espécie de consultoria de Recursos Humanos, o artigo enumera as seguintes vantagens desse Departamento: 1o.) aliviaria outros chefes de estarem preocupados com os pedidos de emprego, admissão de novos funcionários, etc., 2o.) os funcionários novos seriam escolhidos mais cuidadosamente, evitando a admissão daqueles incapazes, 3o.) promoveria a boa disposição para com o Banco daqueles que dele se desligassem, 4o.) promoveria a organização de eventos esportivos, cursos de educação e aperfeiçoamento, assegurando convênios pró-saúde e seguro coletivo, 5o.) cuidaria da publicação de um jornal interno e 6o.) contribuiria para manter boas relações e uma moral elevada entre chefes e funcionários.⁴⁹

É importante notar que a Associação estimulava o surgimento de um Departamento no interior da estrutura organizacional dos Bancos que competiria com ela própria. Esta postura, é bom lembrar, estava plenamente de acordo com os fins propostos no item 4o. do primeiro estatuto da Associação: *contribuir para o aperfeiçoamento e unificação dos processos de trabalho bancário*. No mesmo VB onde vemos a defesa do Departamento de Pessoal nos Bancos, encontramos o seguinte comentário sobre o excesso de horas extras noturnas:

Achamos que o principal aqui não é o de horas, mas de métodos e organização. Bons métodos, bons serviços e eficiência. Horas longas e extraordinárias para contrapeso conduzem à neurastenia e ao uso de injeções tônicas, simples paliativos.

Alguns chefes, sub-gerentes e contadores sindicalizados ou simpatizantes do sindicato, estavam preocupados com o melhor aproveitamento do trabalho dos funcionários subalternos, apresentando-se como os porta-vozes das modernas técnicas de

⁴⁹ V.B. no.82, agosto de 1932.

administração de pessoal, juntamente com o estudo de tempos e métodos na empresa. Eram os porta-vozes de uma utopia modernizante para os padrões nacionais de organização do trabalho. Como representantes daqueles que tiveram sucesso na carreira, esses agentes apresentavam-se como um exemplo a ser seguido pelos demais bancários.

Em um espaço reservado para entrevistas no jornal da Associação, intitulado *O Nosso Maior Mal*, os diretores procuravam avaliar a razão da pouca participação dos bancários nos assuntos do sindicato. Em uma dessas entrevistas foi ouvido o contador do Citybank, Paulo Buarque, que definiu os males da categoria da seguinte maneira: *a-) ausência de valor próprio, b-) descrença na abnegação dos sindicalistas e c-) visão errônea sobre seus superiores. A solução vinha na forma de um conselho:*

... que cada um de nós vale muito e muito mais valerá se mais nos dedicarmos e procurarmos aperfeiçoar nossos conhecimentos: estimulemo-nos para depois exigir e galgar os postos superiores. Todos os postos nos Bancos estão abertos aos esforçados e estudiosos (...) tomemos nossos superiores como amigos e procuremos aumentar cada vez mais os vínculos dessa amizade para na força dela, melhor podermos fazê-los confidentes de nossas apreensões e conhecedores dos nossos desejos de progresso.⁵⁰

Entretanto, para a maioria dos bancários, um de seus grandes problemas concentrava-se em seus baixos salários e a falta de expectativas quanto às promoções (que representariam diretamente um aumento de salário).

Dentro do sindicalismo bancário podemos dizer que essa divisão interna complica um pouco a análise desse sindicalismo como um todo homogêneo. Isto não altera de maneira alguma a proposta deste estudo, que é a de identificar as particularidades da ação sindical bancária, seus possíveis condicionantes e a sua manifestação em determinada conjuntura. Como já dissemos anteriormente, o período estudado nos fornece um quadro relativamente heterogêneo da categoria bancária, dividida entre

⁵⁰ V.B. no.92, outubro de 1932.

bancos estrangeiros e nacionais, grandes e pequenos, além das chamadas *situações contraditórias de classe* presentes no quadro organizacional dos Bancos, com atuação direta na Associação até 1932.

Capítulo 3. Ideologia Sindical e Ação Política

O decreto no. 19.770 de 19 de março de 1931, a chamada *lei de sindicalização*, vem ao encontro das aspirações dos bancários. Com ela resolvia-se o constante dilema enfrentado pela Associação, de não ser reconhecida efetivamente pelas diretorias dos Bancos. Surgia, agora, um árbitro capaz de superar o impasse gerado por uma Associação que não tinha como perspectiva a utilização de instrumentos de ação direta na luta por seus interesses. Como observa Saes:

Esta esperança renovada na ação justa do Estado tende a paralisar toda a iniciativa propriamente política, embora se acomode a todo tipo de ação reivindicativa: a reivindicação seria uma forma de suscitar, e mesmo facilitar, a intervenção justa do Estado, dificultada pela resistência do patronato à promoção do bem estar material do povo.⁵¹

As reivindicações assentadas no *princípio da justiça*, que não sensibilizaram a mentalidade *atrasada* dos banqueiros, encontrariam eco, para as lideranças bancárias, em uma figura neutra materializada no novo papel conferido ao Estado e nas bandeiras da Aliança Liberal.

Essa ideologia particular encontrada não somente entre os bancários, mas em todos os grupos que poderiam ser enquadrados como *baixa classe média e pequena burguesia*, é classificada por Boito Jr. como uma forma particular de *ideologia estatista*.⁵² Tais grupos, que diante de sua incapacidade de manutenção de uma organização constante e coesa de resistência aos patrões, apelam para a figura do *Estado protetor*, que intercederia a seu favor e lhes estimularia a organização.

51 Ver: Décio Saes. "Tendências do Sindicalismo de Classe Média no Brasil(1930-1964)" Trabalhadores, Sindicatos e Política. São Paulo, CEDEC:global, 1979. p. 36

52 Ver, ainda: Armando Boito Jr. O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical. Campinas/SP, Editora da Unicamp : São Paulo, Hucitec, 1991. Ver, especialmente, o capítulo II.

A forma pela qual incorporam um discurso *legalista*, vindo na legislação trabalhista a concretização do *princípio da justiça*, em que o *árbitro* estatal está construído em conformidade com o *espírito da época* (corporativista), demonstra a existência de algo mais, no populismo, do que o predomínio de uma relação direta construída entre o líder, o chefe político e as massas .

A implantação de uma estrutura sindical atrelada ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, encontrará grupos socialmente predispostos a aceitá-la. No caso da *baixa classe média* e nas origens do seu sindicalismo, o *legalismo sindical* é reforçado por uma ambígua ideologia meritocrática, que tende a substituir o princípio do poder de organização coletiva da categoria, como forma de pressão direta sobre os patrões, pelo princípio do poder impessoal da lei e da *justiça*, diferenciando-os das práticas típicas de trabalhadores manuais.

3.1. As Lideranças Conservadoras: 1923 a 1932/ 1936 a 1944.

Os bancários buscavam a conciliação, lutavam por ela. A lei de sindicalização de 1931 era vista, então, como o caminho para tornar a Associação forte e buscar a conciliação. O *justo* deveria prevalecer e como os banqueiros se recusassem a reconhecê-lo, um árbitro neutro seria capaz de mediar a relação. Referindo-se ao Ministro do Trabalho, Lindolfo Collor, como o *mago das classes trabalhadoras*, encontramos uma entrevista com o tesoureiro da Associação, Carlos Migueis, onde afirma categoricamente que:

*Os sindicatos têm por fim a defesa de seus associados dentro da ordem e com a ordem; com a justiça e pela justiça.*⁵³

Sua declaração era a extensão de um editorial de abril de 1931, onde as lideranças bancárias deixavam clara a sua interpretação da lei de sindicalização :

⁵³ V.B. no. 82, agosto de 1931.

*Não nos esqueçamos, porém, de interpretar como deve ser interpretado, o espírito da lei, que não é, e nem poderia ser, o de levantar, uma contra outra, duas classes intimamente ligadas e indissoluvelmente dependentes uma da outra para efeito da sua própria razão de existir.*⁵⁴

Já que os bancários tinham como parâmetro para a luta dos trabalhadores a história de sua Associação, a lei de sindicalização aparece como *marco zero* do movimento sindical brasileiro, como se pode observar na referida entrevista com Carlos Migueis:

*O Brasil é um dos países onde as questões sociais não existem. Só agora é que se está tentando a formação de associações sindicadas com o fito de defesa e regulamentação das relações entre patrões e empregados que até aqui têm vivido ao bel prazer da vontade daqueles.*⁵⁵

No mesmo número do jornal *Vida Bancária*, o ex-presidente da Associação, Júlio Bella, demonstra grande afinidade com a ideologia sindical oficial. Atacando o liberalismo, como representante do individualismo egoísta e da democracia representativa que pouca tradição encontrava em nossa terra, resume o espírito corporativo que dominou as lideranças bancárias do período:

*A nossa época não é a da política, no sentido restrito e usual da palavra; é a nossa época a da economia. Da economia social, da organização jurídica, da interdependência econômica e social das classes. A política como veio até os nossos dias, coloca o indivíduo isolado e fraco em face do Estado onisciente e todo poderoso. A doutrina individualista só conhece o indivíduo e o Estado. O indivíduo só em presença do Estado, nada pode. Foi sobre esta verdade transparente e clara que se iniciou a organização sindical das classes trabalhadoras ... O pensamento político e social dos nossos dias, tem como fora de dúvida que o sistema representativo puro e simples é uma ficção malograda. Ao lado do sufrágio universal que considera os indivíduos pelo número e não pela sua função social, deve erigir-se outro processo de repartição no governo, através do qual os grupos, os sindicatos, as classe sociais intervenham diretamente nas responsabilidades da direção do Estado.*⁵⁶

⁵⁴ V.B. no. 78, abril de 1931.

⁵⁵ V.B. no.82; agosto de 1931

⁵⁶ A aproximação com o pensamento de Oliveira Vianna é explícito, como podemos ver nesta citação:

As lideranças bancárias do período, como podemos ver, foram verdadeiros porta-vozes da nova ordem política e a sua integração à ação sindical tutelada foi recebida com grande euforia. A A.F.B.E.S.P. (Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo) foi a segunda associação bancária a pedir o reconhecimento junto ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e a segunda entre os trabalhadores do Estado de São Paulo. No Estado de São Paulo, os gráficos tiveram sua União reconhecida em 04 de julho de 1931 e os bancários em 20 de agosto do mesmo ano. A *Federação dos Bancários do Brasil - Órgão Sindical*, do Rio de Janeiro, notifica o seu reconhecimento em 18 de abril de 1931 (Essa associação também adotou a denominação de *Sindicato Brasileiro de Bancários* e o seu jornal sindical chamava-se *Ação Sindical*, cujos artigos eram constantemente reproduzidos no *Vida Bancária*).

À tradicional denominação *Associação dos Funcionários de Bancos do Estado de São Paulo*, acrescentou-se a de *Órgão Sindical*. No entanto, tomados ainda pela euforia, esses líderes bancários vêem acontecer em 18 de abril de 1932, no Banco do Estado de São Paulo, a primeira greve de bancários de que se teve notícia no país. Organizada independentemente de qualquer orientação ou participação da Diretoria, a greve iniciou-se na filial de Santos e alastrou-se no mesmo dia para a matriz na capi-

Esta fórmula funcionalista significa, com efeito, ao mesmo tempo, que a descentralização e a centralização se podem articular num sistema administrativo de sábia e fecunda conciliação. Nele há, sem dúvida, centralização - porque o controle é federal; mas este regime é, antes de tudo, um regime de descentralização, não mais de natureza territorial - como ocorria no sistema federativo ou municipalista da Constituição de 1.891; mas sim, de natureza funcional (...) é a centralização do poder conjugada com a descentralização de funções.

Oliveira Vianna. Problemas de Organização e Problemas de Direção. Rio de Janeiro, José Olímpio Editora, 1.952. p.141 . Ver, ainda: Jarbas Medeiros."Introdução ao Estudo do Pensamento Político Autoritário Brasileiro - 1.914/1.945 - II - Oliveira Vianna" Revista de Ciência Política, vol. 17, nº 2, abr.-jun./1974.

tal, onde protestavam contra os cortes de pessoal, nos benefícios existentes, além da redução do valor pago pelas horas extraordinárias prestadas.

A mobilização dos funcionários do Banco do Estado de São Paulo reafirmou a necessidade, já apontada por alguns funcionários do Banco Comercial de São Paulo, de transformar a Associação em um efetivo órgão de luta e resistência. Mais adiante, veremos como o primeiro manifesto lançado pelo *Partido Sindicalista*, célula da primeira chapa de oposição, já demonstrava a disposição de tirar a Associação do controle dos quadros administrativos dos Bancos.⁵⁷

Em alguns momentos críticos do período que se estende de 1931 a 1935, observamos como a legislação sindical no Brasil foi aplicada de maneira discricionária, obedecendo às exigências do momento. Dispositivos *duros*, regulamentando a atuação dos sindicatos, são muitas vezes relevados, como no caso da participação da Associação no Movimento Constitucionalista de 1932, quando foram organizados batalhões bancários e exigida a estabilidade no exercício das mesmas funções aos combatentes ou organizadas campanhas como a do *Capacete de Aço*, *Campanha do Ouro para o bem de São Paulo* e o *Instituto de Assistência aos Órfãos da Revolução*. Esse tipo de participação era vedada pela legislação sindical. Sendo assim, terminado o conflito, o 2o. secretário da Associação telegrafou ao Ministro do Trabalho, Salgado Filho, pedindo a cassação da diretoria devido à transgressão do decreto no. 19.770, no seu art. 1o., letra f.⁵⁸ Essa estratégia *golpista* é respondida, entretanto, com um recado: *o momento exige confraternização*.

⁵⁷ Leticia Bicalho Canêdo."op. cit"; pp.54, 55 e 95.

⁵⁸ No artigo f da lei de sindicalização encontramos a seguinte restrição:

f-) abstenção, no seio das organizações sindicais, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou religioso, bem como candidaturas a cargos eletivos, estranhos à natureza e finalidade das associações. Evaristo de Moraes Filho. O Problema do Sindicato Único no Brasil 2a. ed.(rev.e ampl.), São Paulo, Alfa-Omega, 1978, p.220. Ver, ainda: Sérgio Amad Costa. Estado e Controle Sindical no Brasil. São Paulo, T.A. Queiroz, 1986, p.11 e

Confiantes na aplicação da legislação contra as lideranças *derrotados* de 1932 (o que não aconteceu) foram cassados além do 2o. secretário, o 3o. secretário e um suplente da diretoria por terem se solidarizado com o telegrama.⁵⁹ A orientação oficial do Ministério do Trabalho indicava um período de relativa tolerância quanto à presença de tendências ideológicas e políticas nos sindicatos, procurando intervir no movimento de maneira a estimular a formação de sindicatos fiéis ao Ministério.

É entre 1936 e 1944 que o modelo corporativo vai encontrar a sua forma definitiva dentro das organizações sindicais. A repressão desencadeada no final de 1935, com o fracasso do levante da ANL (Aliança Nacional Libertadora), lançou o Sindicato dos Bancários em um processo no qual ele perde totalmente a sua relativa autonomia. Sempre oscilando entre a estrutura legal e a paralela, os líderes bancários cedem às pressões do Departamento Estadual do Trabalho, que não aprova os seus estatutos, ameaçando com o fechamento do Sindicato. Em 1934, o D.E.T. já havia obrigado as lideranças bancárias a realizarem novas eleições, alegando, também, problemas com os estatutos.

Desta vez, os bancários cedem e em 21.02.1936 toma posse a Junta Governativa Provisória que não mede esforços para garantir a sua adequação à nova ordem. Essa nova Junta Governativa, com o objetivo de garantir a continuação das atividades do Sindicato, entrega a lista de seus associados ao D.O.P.S.(Departamento de Ordem Política e Social) e cala-se diante da demissão sumária de 26 bancários, entre diretores e militantes.⁶⁰

Se observamos o Gráfico nº 1, com o número de sindicalizados da Associação entre 1929 e 1943, veremos uma queda acentuada em 1935 . Essa queda deve-se em

Heloísa Souza Martins. O Estado e a Burocratização dos Sindicatos no Brasil. São Paulo, Hucitec, 1979.

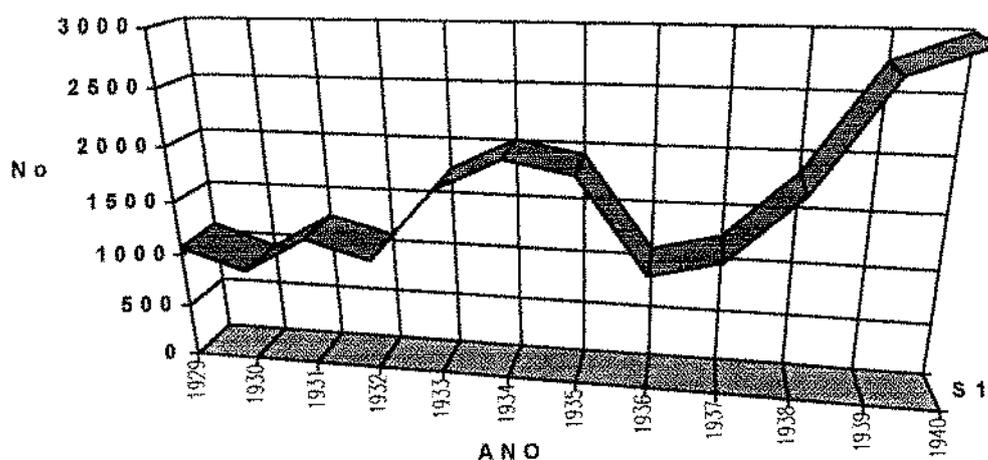
⁵⁹ V.B. no. 93, novembro de 1932.

⁶⁰ Leticia B.Canedo. *op.cit.* pp. 102-105.

grande parte à aprovação da Lei de Segurança Nacional, Lei nº 38 de 04.04.1935, e ao conseqüente aumento da repressão às lideranças e sindicatos suspeitos de apoiarem a ANL (Aliança Nacional Libertadora) e a Confederação Sindical Unitária do Brasil (SUB), justamente no momento em que os bancários organizavam a Campanha do Salário Profissional para a categoria.

O Jornal *Vida Bancária* passa a ser produzido sob censura prévia, 50 obras da seção *Sociologia* da Biblioteca do Sindicato (a maioria sobre marxismo-leninismo, história do socialismo e biografias de líderes comunistas) são recolhidas pela polícia da capital.

GRÁFICO 1. NÚMERO DE BANCÁRIOS SINDICALIZADOS DA ASSOCIAÇÃO - 1929 A 1940.



Fonte: *Vida Bancária* no. 113 e *Folha Bancária* no. 04 e 17.

Se tomarmos os sindicalizados por diversos Bancos vamos perceber que a queda geral da sindicalização iniciada a partir de 1935 é extremamente seletiva. O número de sindicalizados do Banco Comercial, que em janeiro de 1935 chegava a 340 sócios, entre os quais, importantes lideranças na diretoria, cai em janeiro de 1937 para 70.

Como podemos ver no Gráfico nº 1; a partir de 1935 o número de sindicalizados passa a cair sensivelmente, chegando a um de seus níveis históricos mais baixos. Observando atentamente a Tabela A, vemos que a repressão foi seletiva atingindo, provavelmente, os Bancos onde a participação e militância eram maiores. Sendo assim, de janeiro de 1935 a janeiro de 1937 o Banco Comercial e o Banco de São Paulo chegaram a perder, aproximadamente, 80% de seus quadros sindicalizados, sendo acompanhado pelo Banco do Comércio e Indústria com 67%. O que se pode deduzir é que repressão foi muito maior entre os Bancos privados nacionais.

TABELA A. A VARIAÇÃO DO NÚMERO DE SINDICALIZADOS APÓS 1.935, NOS SETE MAIORES BANCOS.

Bancos	jan/35	jan/37	jan/39
Comercial	340	70	50
Francês Italiano	171	150	187
do Estado	164	126	124
do Brasil	157	87	100
Comércio e Indústria	128	42	114
São Paulo	126	26	28
London	106	85	127

Fonte: V.B.nº 135, 166 e 175.

O período de 1933 a 1935, passou a ser considerado um desvio de rumo do Sindicato que, agora sanado, daria lugar ao seu curso natural, à sua evolução sob a tutela estatal. Frederico R. Hellmeister, presidente da Junta Governativa Provisória, em artigo intitulado *Restauração da Ordem Social*, faz a apologia das Encíclicas *Rerum Novarum*, de Leão XIII, e da *Quadragesimo Anno*, de Pio XI, terminando por defender a evolução da legislação social nos moldes cristãos. Hellmeister, que já havia participado de diretorias anteriores a 1933, procura retomar a antiga orientação desenvolvida entre 1931 e 1932.

No campo das lutas sindicais, a Carta de 1937 não representou grandes alterações, uma vez que a maioria das lideranças radicais estavam afastadas dos Sindicatos.

A regulamentação da Justiça do Trabalho, através do decreto-lei no. 1.237, de 1º. de maio de 1939, procura canalizar os conflitos sociais para seu enquadramento à

estrutura normativa do Direito. Nem o poder de pressão dos sindicatos, nem o livre jogo do mercado serão mais parâmetros para a fixação do valor da força de trabalho, devendo submeterem-se ao interesse público.

Dois meses depois, o decreto-lei nº. 1.402, de 05 de julho de 1939, altera sensivelmente a estrutura sindical herdada de 1934 e 1937. Delegando funções assistenciais aos seus intermediários, os sindicatos, o Estado chegaria às *classes produtoras* via corporações submetidas ao interesse público, consolidando-se o que se poderia chamar de *cidadania regulada*.⁶¹ Se tomarmos a Tabela A, vamos notar que a queda no número de sindicalizados do Banco Comercial continua, no dos sindicalizados do Banco de São Paulo se estabiliza e no do Banco do Comércio e Indústria não só cessa como tem um aumento de 171% entre janeiro de 1937 a janeiro de 1939.

Para dotar os sindicatos de meios para exercer a sua nova função é baixado o decreto-lei nº. 2.377, de 08 de julho de 1940, instituindo o imposto sindical. Se observamos o gráfico acima o número de bancários sindicalizados cresce sensivelmente a partir de 1940.

No período de 1936 a 1944, as lideranças bancárias procuravam garantir as conquistas de períodos anteriores que em alguns momentos viram seriamente ameaçadas, como a proposta do D.A.S.P. (Departamento Administrativo do Serviço Público)⁶², de fusão do Instituto de Aposentadoria dos Bancários e dos Comerciantes. Uma grande derrota ocorre no caso da estabilidade aos 02 anos - criada pelo decreto

⁶¹ Essa expressão é encontrada em: Wanderley G. dos Santos. "A Pós-Revolução Brasileira." In: Brasil, Sociedade Democrática.org. por Hélio Jaguaribe et. all., Rio de Janeiro, José Olímpio, 1985.

⁶² O DASP foi criado em 1938 com o objetivo de aumentar a eficiência do sistema administrativo do país, devendo funcionar como um corpo legislativo de caráter técnico, considerado imune a pressões clientelistas. Sobre este aspecto, ver: Maria do Carmo C. de Souza. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo, alfa-omega, 1983. Especialmente o Capítulo IV.

nº. 54, de 12 de setembro de 1934 - que é ampliada para 10 anos com o advento da C.L.T. (decreto-lei nº. 5.452, de 1º. de maio de 1943).

Outro grave problema enfrentado foi a intervenção do governo federal nos Bancos ligados às forças do Eixo, determinando seu fechamento. O Sindicato, vinculado aos esforços de Guerra através do decreto-lei nº. 4.638, de 31 de agosto de 1942, quase nada pode fazer a respeito.

Um acontecimento marcante no meio bancário foi a fusão, em junho de 1939, entre o Sindicato dos Bancários e o Syn-dike. Este último criado em 1º. de outubro de 1934 a partir da pluridade sindical estabelecida pelo decreto nº. 24.694. Seu surgimento foi influenciado diretamente pelo D.E.T. (Departamento Estadual do Trabalho) e pelos diretores do Banco Comercial, que buscavam combater as correntes de esquerda dominantes na Associação, garantindo um grande número de associados desse Banco em seus quadros.

Com a fusão, o jornal do Sindicato passa a ser denominado *Folha Bancária* e em 1941, após receber a Carta de Reconhecimento do Ministério do Trabalho, o Sindicato passa a adotar a denominação de Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários.

3.2. Os Limites da Tutela Estatal

Entre esses dois períodos de forte submissão das lideranças bancárias às orientações do Ministério do Trabalho encontramos um intervalo, que se estende de 1933 a 1935 e que é caracterizado como um período de radicalização do movimento sindical bancário, marcado por variadas estratégias de ruptura com a tutela estatal, mas, ao mesmo tempo, marcado por uma luta corporativa capaz de consolidar uma legislação específica de proteção à categoria.

O ano de 1933, já com a oposição na diretoria da Associação, demonstrará a inviabilidade da convivência entre uma direção sindical radical e a ação sindical tutelada. Na realidade, a Associação passará a adotar uma posição ambígua, ou melhor, adotará como estratégia a atuação tanto dentro quanto fora da estrutura sindical oficial.

Embora o decreto nº. 19.770, de 19.03.1931, a Lei de Sindicalização, não tivesse tornado obrigatório o reconhecimento do sindicato pelo Ministério do Trabalho, o fato é que foram criados diversos canais de participação institucional, que exigiam a presença de sindicatos reconhecidos. Um exemplo que reorientou a posição dos comunistas e trotskistas quanto a atuação em sindicatos oficiais foi o Decreto-Lei nº. 22.696, de 11.05.1933, garantindo a representação das classes profissionais, através de seus órgãos de classe devidamente reconhecidos, na Assembléia Constituinte.

A participação sob a ação sindical tutelada e sob a politização institucional⁶³ da representação classista na Assembléia Constituinte demonstrou rapidamente os seus limites e o isolamento das orientações mais radicais do movimento sindical.

A desconfiança que os bancários tinham do Ministério do Trabalho aumentou quando foi aprovado o decreto nº. 23.322, de 03.11.1933, conhecida como a *lei de 6 horas*, que regulamentava o horário de trabalho dos bancários. Essa *vitória* teve um sabor amargo para a diretoria.

Após todo o trabalho para se chegar a um regulamento de consenso sobre a *lei de 6 horas* na comissão mista de bancários e banqueiros, com a colaboração de

⁶³ José Albertino Rodrigues. Sindicato e Desenvolvimento no Brasil. 2a.ed., São Paulo, Símbolo, 1979. p.73. No caso dos bancários, as eleições para a Assembléia Constituinte obedeceram à manipulação do Ministério do Trabalho, que reconhecendo vários sindicatos de carimbo, negou tal reconhecimento ao Sindicato dos Bancários de Campinas e o de Ribeirão Preto. (cf. Leticia B.Canêdo."op.cit"p.159.) Os sindicatos de carimbo eram criados sob orientação direta do Ministério do Trabalho e cumpriam funções eminentemente burocráticas, servindo de base de apoio do governo através da representação classista.

técnicos do Ministério do Trabalho, os líderes sindicais vêm aprovado um outro regulamento. Enquanto o projeto original previa 33 horas semanais, o Governo Provisório estabeleceu a jornada semanal de 36 horas (com a perda da semana inglesa já instituída na maioria dos Bancos), a divisão do período de trabalho diário em duas partes e excluindo da regulamentação aqueles que exerciam cargos de confiança e os de portaria. Os líderes mais radicais viram-se sujeitos às mais diversas críticas, e procuraram responder ao Governo Provisório apontando a verdadeira intenção contida na tutela estatal:

Não arrefeceremos na luta. A nossa diretriz será traçada e as consecuições a que nos propusemos far-se-ão realidade mais cedo ou mais tarde. A carta sindical, que nenhum valor parece ter, cederá lugar à força de nossas atitudes.⁶⁴

Ou ainda, transcrito do Boletim do Sindicato dos Bancários de Santos:

A Coligação das Associações Proletárias de Santos é um exemplo que merece ser imitado pelos núcleos trabalhistas brasileiros; urge arrancar a estranguladora vestimenta, asfixiadora da finalidade dos sindicatos que só será alcançada através de constante labor, longe de esperanças ilusórias, com uma orientação clara, definida e, sobretudo, eminentemente proletária.⁶⁵

3.2.1. Somos Todos Proletários !

Como vimos anteriormente, a euforia advinda com a *lei de sindicalização* acabou por transformar-se em profunda decepção com os limites da tutela imposta pelo Estado, o que acabou alçando à direção do sindicato novos grupos com orientações mais radicais, no que diz respeito à forma de conceber a natureza do conflito entre patrões e empregados e aos meios mais adequados para enfrentá-lo.

⁶⁴ V.B. no. 104, 10 de novembro de 1933.

⁶⁵ V.B. no. 105, 25 de novembro de 1933. Sobre o tipo de relação estabelecida entre o Ministério do Trabalho e os empresários, no que diz respeito à legislação trabalhista, ver: Luiz Werneck Vianna. Liberalismo e Sindicato no Brasil. op. cit., pp.172-178.

Uma vez submetidos ao enquadramento sindical, os sindicatos, e entre eles o dos bancários, criaram espaços para novos tipos de organização que oscilavam entre a submissão ao texto legal dos decretos e a necessidade de sua superação. A institucionalização da representação classista para a Assembléia Constituinte envolverá as camadas médias e o operariado em um processo de politização crescente, que culminará em novo desgaste, frente aos mecanismos de controle exercidos pelos órgãos oficiais na escolha dos delegados classistas.

Nesse ponto, é importante lembrar o papel que os líderes bancários exerceram na organização de estruturas horizontais de representação dos trabalhadores, em um momento em que o Governo Provisório ensaiava ainda seus primeiros passos rumo à integração dos sindicatos nos moldes de um Estado Corporativo. As experiências com os mecanismos de controle exercido pelo Ministério do Trabalho, levaram os líderes bancários a procurarem alternativas como, por exemplo, a criação da *Coligação dos Sindicatos Proletários de Santos* (junho de 1933) e a *Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo* (agosto de 1933). Essas *Coligações* foram criadas para abrangerem os sindicatos não reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, tendo sido registradas como sociedade civil. Em uma circular da *Coligação das Associações Proletárias de Santos* temos os seguintes dados: dos 26 sindicatos proletários de Santos, 23 eram filiados à Coligação, sendo 20 deles reconhecidos pelo Ministério do Trabalho.⁶⁶

A partir do final de 1933, os artigos enviados ao jornal *Vida Bancária* começam a adotar certas expressões até então pouco comuns no meio bancário. Críticas à *Imprensa Burguesa*, ao Estado, a ênfase na experiência proletária internacional, na luta de classes, passam a ser referências constantes nesses artigos. Propunha-se, nesse

⁶⁶ V.B. no.113, março de 1934.

momento, uma ruptura definitiva com tudo o que a Associação havia representado até então:

*Não. Acabemos com essa antiquada e desprezível fôrma(sic) amoral de, indiretamente, esmolarmos a benevolência dos patrões. Temos conseguido por lei ou pela imposição de nossa força, ótimas conquistas no terreno social - com a viseira sempre erguida. Batamo-nos com lealdade e inteligência, para que o adversário poderoso não venha escarnecendo dessa atitude de choramingos, só admissível aos fracassados.*⁶⁷

Em 09 de junho de 1934, a Associação passa a adotar uma nova denominação, a de *Sindicato dos Bancários de São Paulo*.

Sob um conjunto heterogêneo de influências, variando do anarco-sindicalismo⁶⁸ ao trotyskismo, o Sindicato esteve sempre presente na luta contra o integralismo e o fascismo. No período que se estende de 1933 a 1935, o Sindicato teve a iniciativa de fundar ou organizar as seguintes organizações horizontais: a *Coligação dos Sindicatos Proletários de São Paulo* (organização paralela à estrutura oficial, de agosto de 1933 a dezembro de 1934); a *Federação do Trabalho do Estado de São Paulo* (oficial, de janeiro de 1934 a julho de 1934, extinta devido ao decreto n.º 24.694, de 12.07.1934); a *Frente Única Sindical* (paralela, de março de 1935 a 1.º de maio de 1935, quando foi criada a Confederação Sindical Unitária do Brasil); a *Fede-*

⁶⁷ V.B. no. 110, 10 de fevereiro de 1934

⁶⁸ Alguns livros que influenciaram esses anarco-sindicalistas foram apontados na V.B. no. 116, de 14 de maio de 1934: *Syndicalism*, de J.Ramsay MacDonald; *L'Action Syndicaliste*, de Jayme Boyle; *Trial of New Society*, de J.Ebert; *La Confédération Générale du Travail e Sabotage*, de Emilio Pouget; *Les Nouveaux Aspects du Socialisme*, de Ed. Berth e *Réflexions sur la Violence e la Décomposition du Marxisme*, de J.Sorel. *Los Sindicatos*, de Enrico Leone, também é citado na V.B. no. 126, 29 de outubro de 1934. É bem pouco provável que entre as lideranças bancárias tenha existido uma corrente anarco-sindicalista que, no período, já havia perdido seu espaço no movimento sindical. O que se percebe é uma opção individual, baseada na influência exercida pela leitura de algumas obras importantes das várias concepções anarco-sindicalistas e assimilada de maneira eclética. A experiência anarco-sindicalista concreta que poderia ter aparecido como referência naquele momento poderia ser encontrada na Espanha. Ver: Val R. Lorwin. "Syndicalism." *International Encyclopedia of the Social Sciences*. vol 15, David L.Sills-editor, The macmillan Company&The Free Press.pp.447-452.

ração dos Sindicatos Bancários do Brasil (oficial, de junho de 1935 a novembro de 1935) e a *União dos Sindicatos Proletários de São Paulo* (paralela, de abril de 1935 a novembro de 1935).⁶⁹

Este período foi dominado por forte apelo doutrinário. Era preciso convencer o bancário da sua condição proletária e das vantagens que a união com os demais trabalhadores representaria, não só para os bancários, mas para o proletariado como um todo. A existência de diferentes concepções a respeito do papel do sindicato na luta de classes podia ser identificada pelo uso de determinadas expressões, pelos exemplos de experiências proletárias internacionais consideradas bem sucedidas e por críticas à aproximação ou não com partidos políticos, embora todas as correntes concordassem com a unificação das lutas do proletariado. Por questões táticas, o jornal *Vida Bancária* reafirmava constantemente a sua desvinculação com a luta político-partidária, mas em alguns casos a descrença com relação à luta partidária tinha suas raízes em uma forte influência anarco-sindicalista que encontrava, como vimos, em Enrico Leone, um teórico expressivo.⁷⁰

Assim, entre os exemplos de organização proletária bem sucedida que aparecem no *Vida Bancária*, foi apresentado o caso dos trabalhadores de Bancos da Espanha. Com a instauração da República, os bancários espanhóis passam a participar de uma Federação Nacional, contando com cerca de 70 associações na Espanha e na África, 19.000 federados, caixa de subsídios aos desempregados e um montepio, am-

⁶⁹ Leticia B. Canêdo. "op. cit.", parte III. Ver, ainda: *A Platéia*, de 01 de outubro de 1934 e 21 de fevereiro de 1935

⁷⁰ Um fato curioso deve ser registrado, no que diz respeito à obra *El Sindicalismo*, de Enrico Leone. O exemplar encontrado na biblioteca do sindicato foi doado em 1934 por Carlos Migueis, tesoureiro da Associação e ardoroso defensor da lei de sindicalização de 1931. Mantemos, então, a nossa hipótese de que o anarco-sindicalismo no movimento sindical bancário não se constituía como uma corrente dentro do movimento sindical, mas como um conjunto fragmentário de idéias e ideais anarco-sindicalistas assimilado por alguns líderes bancários.

parando cerca de 2.350 empregados. Essa experiência é apontada como uma conquista da consciência de classe:

*...suas reivindicações devem ser aquelas que tendam a purificar sua composição social, dando-lhe um verdadeiro cunho de classe, limpando-a de velhos preceitos, para que, assim, uma vez desembaraçada de todos, possa caminhar com segurança em união com todo o proletariado.*⁷¹

Nas páginas do *Vida Bancária*, vamos encontrar referências à inelutável destruição do capitalismo que, em sua fase imperialista, levará ao acirramento das contradições das quais é portador. Esse processo traria a proletarização inevitável dos bancários conforme a previsão dos *pais do socialismo científico*.

Com relação à Imprensa, as novas lideranças mudam radicalmente a forma de tratamento que predominava até aquele momento na Associação, qualificando-a como *Imprensa Burguesa*, a serviço dos interesses capitalistas e tratando-a como mais um dos instrumentos que os inimigos do proletariado utilizam na luta de classes. A Coligação das Associações Proletárias de Santos, em circular reproduzida pelos bancários de São Paulo, justifica o lançamento do jornal *Ação Proletária* para enfrentar os jornais burgueses que:

*...na sua totalidade, negam-se a qualquer auxílio aos operários, quer dando notícias falsas sobre os acontecimentos relativos à classe, quer deixando de publicar os fatos que possam ferir os melindres capitalistas.*⁷²

Essa imagem da Imprensa burguesa é acentuada pela campanha feita pelos Diários Associados contra a Campanha pró-IAPB, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Bancários, tendo como porta-voz o próprio Assis Chateaubriand.

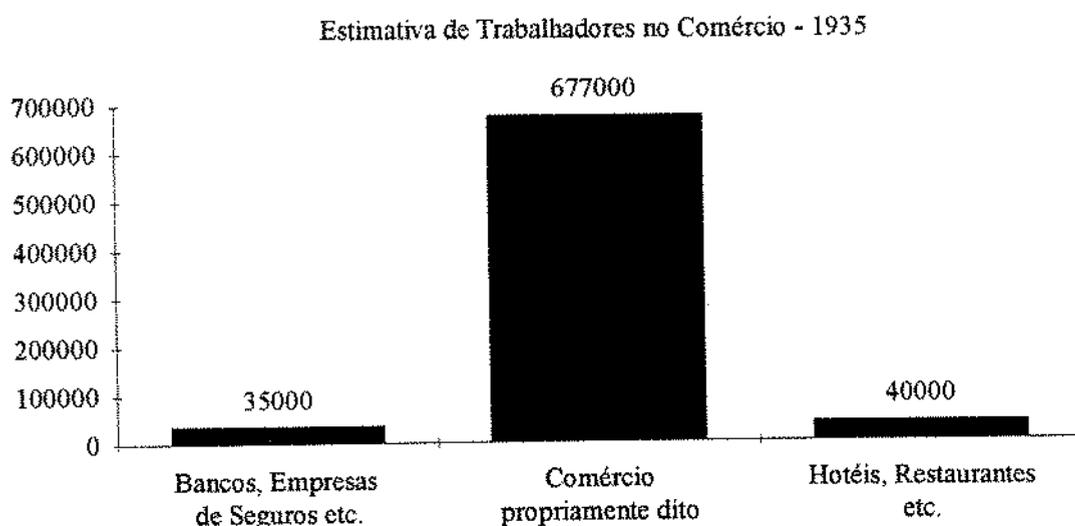
⁷¹ V.B. no. 109, 25 de janeiro de 1934.

⁷² V.B. no. 11, março de 1934

3.3. Da Greve e da Ação Político-Partidária.

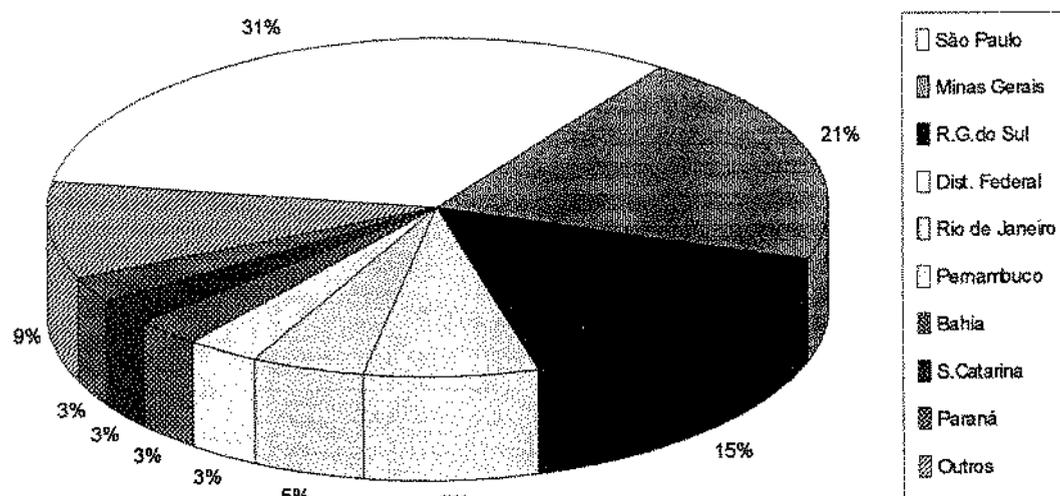
Em 1935, 74,5% dos 11.888.000 trabalhadores brasileiros trabalhavam na Agricultura, pecuária e indústrias rurais; 14,1% nos variados tipos de indústrias urbanas; 6,3% no Comércio; 3,1% no setor de Transportes e 2% como profissionais liberais. Entre os trabalhadores do comércio, 90,2% encontravam-se localizados no que foi denominado *comércio, propriamente dito* e 5,31% em Hotéis, restaurantes, casas de diversão, etc.. Os bancários representavam 4,6% do total de trabalhadores no Comércio, concentrados quase que exclusivamente na região Sudeste, onde São Paulo e Minas destacavam-se quanto ao número de Bancos, como podemos ver nos gráficos abaixo:

GRÁFICO 2.



Fonte : Anuário Estatístico do Brasil - 1937

GRÁFICO 3. Número de Bancos Segundo Unidades Federadas - 1.936



Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - 1.937

É bem provável que São Paulo contasse com aproximadamente 50% do total de bancários do país e pelo que podemos observar, a maioria das campanhas eram organizadas a partir desse estado, devido ao peso de sua economia no país, e do Rio de Janeiro, onde se encontrava o Distrito Federal.

A primeira greve nacional dos bancários foi deflagrada em 05 de julho de 1934, após decisão tomada em Assembléia no Rio de Janeiro, e através dela foi conquistada a aprovação do Decreto-Lei no. 54, em 12 de setembro de 1934, criando o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários (IAPB).⁷³

O recurso à greve para a conquista de suas reivindicações deixava de ser um estigma para os bancários para se tornar o principal instrumento de pressão sobre os banqueiros e o Governo Provisório. As divergências ocorriam, frequentemente, sobre o envolvimento do Sindicato na ação político-partidária. As eleições de 14 de outubro de 1934 para a Câmara Federal e Câmaras Estaduais acentuam-nas a tal ponto, que levarão o Sindicato dos Bancários e o Sindicato dos Empregados do Comércio a se

⁷³Para se ter uma idéia, em 1936 o quadro da Previdência e Assistência Social brasileira contava com 495.363 associados, 13.759 aposentados e 17.102 pensionistas distribuídos entre os Institutos e Caixas de Pensões discriminados na Tabela abaixo:

**CAIXAS OU INSTITUTOS DE APOSENTADORIAS E PENSÕES
SEGUNDO AS CATEGORIAS FAVORECIDAS - 1936***

CATEGORIAS PROFISSIONAIS	No
Comerciários (Instituto)	01
Bancários (Instituto)	01
Marítimos (Instituto)	01
Ferrovários (Caixas)	40
Portuários (Caixa)	01
Aeroviários (Caixa)	01
Estivadores (Caixa)	01
Trabalhadores em Trapiches e Armazéns (Caixa)	01
Trabalhadores de Empresas de Saneamento, Água, Esgoto e Melhoramentos (Caixas)	20
Trabalhadores de Empresas de Energia Elétrica, Transportes, Gás, Telefones e Comunicações (Caixas)	102
Diversos (Caixas)	04
TOTAL	183

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil - 1937.

* Caixa de Aposentadorias e Pensões do Ferrovários- Lei nº. 4.682, de 24.02.23; IAP Marítimos - decreto nº 22.872, de 29.06.33; IAP Comerciários - decreto nº 24.273, de 22.05.34; Caixas de Aposentadorias e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Estivadores - decreto nº 24.274 e 24.275 de 22.05.34; IAP Bancários - decreto nº 24.615 de 08.07.34; IAP Industriários, lei nº 367 de 30.12.36.

desligarem da Coligação dos Sindicatos Proletários, devido ao apoio desta à Coligação das Esquerdas.

A Coligação das Esquerdas - formada por: Partido Socialista Brasileiro, Liga Comunista Internacionalista(trotskista), Grupo dos Sargentos, Liga Anti-Clerical, Frente Única dos Proletários de Santos e Coligação dos Sindicatos Proletários - concorreria com dois candidatos bancários, entre outros.⁷⁴

O P.C.B. lançaria candidatos próprios pela Chapa *União Operária e Camponesa*, recusando uma aliança com partidos *criados unicamente para fins eleitorais*. Em seu manifesto *A Posição do P.C.B. frente às Eleições* o partido procura esclarecer o seu posicionamento:

Mas, ao mesmo tempo em que se dispõe a disputar cada voto do povo laborioso, às forças da reação, a todos os demagogos de esquerda e que utiliza a tribuna eleitoral para difundir o seu programa entre as massas, luta também energicamente contra qualquer tentativa de iludi-la sobre o resultado das eleições ... Só a pressão da massa, greves políticas, manifestações de rua, poderão romper o círculo de ilegalidade em que se pretende aprisionar a vanguarda do proletariado ... O proletariado das fábricas, os ferroviários, os marítimos, os metalúrgicos e os tecelões dirigidos pelo seu partido, o P.C.B., são justamente os que têm maior experiência de luta e percebem com maior clareza qual o caminho a seguir...⁷⁵

Como vemos na Tabela abaixo, o resultado das eleições de 14 de outubro de 1934 foi extremamente desfavorável ao P.C.B., que concorria como *União Operária e Camponesa* (uma variação do *Bloco Operário Camponês*) no Estado de São Paulo. A

⁷⁴ Os candidatos eram Osvaldo Villalva de Araújo, para deputado estadual e Antonio Freitas Guimarães, para estadual e federal. Cf. *A Platéia*, 01/10/1934.

⁷⁵ Edgard Carone. *O P.C.B. : 1922 - 1943 / Vol. I*. São Paulo, Difel, 1982. Sobre as oscilações do P.C.B. na sua atuação sindical, ver, entre outros: Paulo Sérgio Piniheiro *Política e Trabalho no Brasil*, 2a. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. e Ricardo Antunes. *Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil*. 2a. ed., São Paulo, Cortez-Ensaio:Editores Associados, 1988.

Coligação das Esquerdas (ou Coligação Proletária) e a Ação Integralista conseguiram eleger um deputado estadual cada uma.⁷⁶

**TABELA B: ELEIÇÕES PARA DEPUTADO FEDERAL E ESTADUAL
14 DE OUTUBRO DE 1934 - N°. VOTOS.**

PARTIDOS	DEP.FEDERAIS	DEP.ESTADUAIS
CONSTITUCIONALISTA	217.019	215.819
REPUBLICANO PAULISTA	159.245	158.982
COLIGAÇÃO DAS ESQUERDAS	9.732	9.627
AÇÃO INTEGRALISTA	8.794	8.569
COLIGAÇÃO INDEPENDENTE	5.003	518
VOLUNTÁRIOS	3.338	3.275
ALIANÇA SOCIALISTA	2.613	1.951
UNIÃO OPERÁRIA E CAMPONESA	1.965	1.951
LIBERDADE E JUSTIÇA	-	3.862
PELA JUSTIÇA E PELO DIREITO	-	131
LIGA ELEITORAL DOURADENSE	-	-
AVULSOS	5.956	11.974
TOTAL	413.665	416.958

Fonte: Diário de São Paulo, 30 de dezembro de 1.934.

Com a derrota eleitoral o P.C.B. acentua ainda mais a sua intervenção no movimento sindical com as *Oposições Sindicais Revolucionárias (O.S.R.)* que vencem as eleições no Sindicato dos Empregados do Comércio(SP), no Sindicato dos Médicos(SP), no Sindicato Unitivo da Central do Brasil(RJ). A *O.S.R. ao Sindicato dos Profissionais do Volante*, em manifesto, diz-se filiada à Federação Sindical Regional de São Paulo e aderente à CGTB. Em reunião para a organização da Frente Única Popular encontramos a presença da *O.S.R. ao Sindicato dos Bancários*.⁷⁷

A derrota nas eleições de outubro de 1934, faz com que os comunistas passem a concentrar sua ação junto aos Sindicatos, como vimos. No entanto, a radicalização do discurso comunista, o aumento da repressão por parte do Estado e as constantes

⁷⁶ O quociente para deputado estadual foi de 6.949 votos e para deputado federal de 12.166.

⁷⁷ *A Platéia*, 01.10.34 e 12.01.35.

notícias de prisões de líderes sindicais - entre eles, bancários - são acompanhados de uma sensível queda no número de sindicalizados.

Em meio a esse momento da luta político-partidária, os bancários lançam o *carro-chefe* de suas reivindicações para o ano de 1934/35, a Campanha do Salário-Mínimo. Iniciada em agosto de 1934, essa campanha é acentuada com a maior intervenção dos comunistas no Sindicato, com a organização da Federação dos Bancários do Brasil, a Frente Única Sindical e a Confederação Sindical Unitária do Brasil.

O ante-projeto de salário-mínimo apresentado pelos bancários, após pesquisas feitas em 23 sindicatos de todo o Brasil sobre o custo de vida, tem a particularidade de oferecer não somente a garantia de um salário-mínimo, mas também criar um salário profissional, garantindo critérios de ascensão na carreira (antiguidade e merecimento), com os respectivos aumentos salariais.

O ano de 1935 não terminou para as lideranças bancárias. A greve de protesto contra a Lei de Segurança Nacional (Lei no.38, de 04 de abril de 1935) não foi acompanhada pelos bancários e a campanha do salário-mínimo não adquiriu consistência, perdida entre as lutas políticas mais gerais propostas pelos comunistas. A demora na aprovação dos estatutos e a pressão exercida pelo Departamento Estadual do Trabalho (sob as novas exigências do Decreto no. 24.694, de julho de 1934) levam o Sindicato para as mãos de uma Junta Governativa Provisória que procura se enquadrar às exigências do Ministério do Trabalho, processo no qual várias lideranças serão demitidas de seus Bancos.⁷⁸

⁷⁸ Ver Leticia B. Canêdo."op. cit.", p.104.

Capítulo 4.

Os Limites da Proletarização

Ao estudar as particularidades dos trabalhadores de *classe média* (blackcoated workers) em sua ação sindical, Lockwood identificou três aspectos essenciais a serem analisados: a situação de trabalho, a situação de *status* e a situação de mercado.⁷⁹ Cada um desses aspectos poderia ser verificado por meio das seguintes variáveis: *a-) situação de trabalho*: a dimensão do local de trabalho (em termos de funcionários), o grau de dispersão ou concentração física, o grau de especialização e subdivisão das tarefas e a forma como se dá o aprendizado da função a ser exercida, *b-) situação de mercado*: remuneração, conquistas sociais (horário de trabalho, férias, estabilidade, aposentadoria), o grau de segurança e a mobilidade de emprego e, *c-) situação de status*: tipo de remuneração (diária, mensal, etc.), origem social e matrimônios entre classes, *status* derivado da escolaridade, a significativa presença da mão-de-obra feminina.

Segundo Lockwood, ao analisarmos as particularidades do sindicalismo de classe média e a sua semelhança ou não ao sindicalismo operário, deveríamos estar atentos aos seguintes aspectos:

a-) é efetivamente concretizada uma **separação entre os quadros de direção e os de execução**, orientada por uma disciplina impessoal, burocrática, gerando uma distância física entre ambos ?

A resposta a esta pergunta indicaria o grau de desenvolvimento da racionalização administrativa e de mecanização existente nos Bancos. A particularidade do estabelecimento bancário residiria no fato de que seu crescimento acaba por produzir

⁷⁹ David Lockwood. El Trabajador de la Clase Media. Madri, Aguilar, 1962.

uma estrutura hierarquizada de departamentos, seções, etc., sendo que seu crescimento estaria vinculado a sucessivas subdivisões em pequenas unidades administrativas.

Ao mesmo tempo, a racionalização seria incapaz de eliminar certas exigências de responsabilidade e critério no exercício da atividade bancária, impedindo o aparecimento de uma distinção clara (ao menos, aparentemente) entre as funções de direção e execução. Complexas relações de autoridade e lealdade vão sendo construídas nessas pequenas unidades, o que poderia interferir na impessoalidade da disciplina no meio bancário.

... nem todos os empregados estão concentrados em um departamento, antes se encontram dispersos por um certo número de seções distintas, mas compreendidas na hierarquia administrativa... Nas empresas de maior volume, assim como nas pequenas, uma grande parte do trabalho de escritório é específico e singularizado, requerendo um mínimo de capacidade, responsabilidade e critério... Não há uma ruptura radical entre a direção e os empregados que seja correspondente à que existe entre o escritório e a oficina... O contato no trabalho entre o gerente e o encarregado e, entre este e o empregado, introduz constantemente na organização do escritório um elemento pessoal e contínuo que elimina o caráter impessoal e puramente instrumental da ordem...⁸⁰

b-) a preocupação com o **status da função desempenhada** é outro fator que, segundo o autor, influenciaria direta ou indiretamente a formação de associações. Preocupação essa que, segundo Lockwood, estaria ligada à tendência que esses trabalhadores têm de se envolver com os símbolos de ascensão social e com a sua exteriorização. Esses trabalhadores teriam uma forte inclinação para aceitar cargos hierárquicos (encarregado, sub-chefe, chefe) mesmo que isso lhes trouxesse poucas consequências em termos econômicos. Mais curiosos são os casos daqueles que são chefes sem ter exatamente alguém a quem chefiar.⁸¹

⁸⁰*Ibidem* p. 71-74.

⁸¹ Caso muito comum que passou a ocorrer no Brasil com a aprovação da Lei de 6 horas (Decreto no. 23.322 de 03.11.1933), uma vez que dela eram excluídos os cargos de confiança.

c-) finalmente, a natureza de seu trabalho traria *efeitos perversos* sobre a atitude sindical bancária, principalmente no que diz respeito à **não formação de um mercado de trabalho diferenciado** para os funcionários de Bancos. Ou seja, até que ponto o exercício de diversas funções em um banco conferem uma especialização ao bancário, de tal forma que, lançado no mercado de trabalho, ele encontrará um cargo e função idêntica à que exercia anteriormente (tais como, no caso dos operários, a de ajustador, torneiro mecânico, ferramenteiro, etc.).

A falta de homogeneidade quanto ao conteúdo das funções fazia com que os conhecimentos adquiridos dependessem essencialmente dos *anos de casa*:

... era muito difícil estabelecer com exatidão em que consistiam (esses conhecimentos) ou compará-los com os de outros empregados. A experiência que adquirisse seria típica de seu próprio emprego e com frequência, sumamente valiosa para seu patrão, mas de valor discutível fora daquela empresa. As promoções e responsabilidades não dependiam de uma qualificação progressiva, mas da valorização que fizesse o empresário de seu mérito... Quando o empregado caía no mercado de trabalho era convertido em um especialista sem especialidade.⁸²

Isto acentuava constantemente a tentativa (e a frustração) dos bancários de criarem critérios objetivos para fazer a carreira dentro da empresa à qual dedicaram anos de serviço. A falta de *tipificação* de seu trabalho levava muitas vezes ao desespero o empregado, que por um motivo ou outro, era lançado no mercado de trabalho. É em uma citação de *The Bank Officer*, boletim da N.U.B.E. (National Union of Bank Employees), de abril de 1.931, que Lockwood vê a melhor definição da situação desses trabalhadores:

Deveria se concentrar maior interesse em graduar a função do que a pessoa, porque sem isso é muito fácil se criar situações fictícias. Seria preciso estabelecer a categoria que corresponde a cada função, assim como a remuneração a ela equivalente... Todo empregado deveria conhecer a categoria que corresponde ao trabalho que realiza, e igualmente deveria estar em condições de sa-

⁸²"Ibidem" pp.78-79. Esta constatação é indicada, também, por Jean Magniadas, em seu artigo "Les Employés en 1.973" para a revista economie et politique, n° 228, jul./1973.p.72

*ber as funções que por direito correspondem a outras categorias e o grau de preparação que se considera necessário para realizá-las.*⁸³

Essa preocupação com a carreira e os critérios racionais de *tipificação* das funções demonstraria a grande preocupação com a necessidade de se permanecer na empresa. Fora dela, os bancários seriam *especialistas sem especialidade*, ou seja, possuem conhecimentos que os colocariam dentro do quadro dos trabalhadores relativamente especializados mas que são úteis somente à empresa à qual pertencem. O que deles se esperaria, na realidade, seria *uma sólida base de cultura geral, uma mentalidade receptiva e conhecimentos dos mais importantes problemas comerciais*.

Como veremos adiante, a preocupação com a carreira é constante entre os bancários. O critério do mérito associado ao da antiguidade para as promoções procuraria atender as expectativas daqueles que dedicam anos à atividade de uma empresa específica. A ênfase na racionalidade administrativa é a tônica no movimento sindical bancário e nem os líderes sindicais conseguem fugir dela; pelo contrário, são os que mais lutam para que esses critérios burocráticos sejam implementados.

Lockwood observa, porém, que o Banco se configuraria como uma organização *híbrida*, capaz de desenvolver tanto vínculos pessoais de lealdade, paternalistas, quanto mecanismos impessoais, tipicamente burocráticos.

4.1. A Situação de Trabalho.

O objetivo desta parte do estudo é justamente identificar a situação de trabalho dos bancários, no período de 1923 a 1944, e verificar a sua importância para a compreensão das ações e reivindicações sindicais desses trabalhadores.

⁸³*Ibidem" p.83

Embora Lockwood tenha sido usado como referência logo de início, é preciso esclarecer que fizemos uma adaptação na sua formulação original, onde a *situação de trabalho* e a *situação de mercado* fundem-se, passando a ser apresentadas apenas como *situação de trabalho*, aproximando-se do uso a ela conferido por Saes. A *situação de status* deixa de servir como referência por estar geralmente associada a concepções não consensuais a respeito da hierarquia social e legitimidade dos valores adotados na sociedade e seus critérios de estratificação⁸⁴. Isso não impede que reconheçamos um amplo conjunto de representações ideológicas capazes de influenciar direta ou indiretamente a ação, gerando *marcas de distinção*, e vinculadas à *situação de trabalho* vivida cotidianamente pelos bancários.

Por *situação de trabalho*, entendemos todas aquelas condicionantes de ordem econômica, política e ideológica que estão envolvidas na atividade bancária e no processo de seleção dos agentes sociais que a exercerão.

Faz-se necessário um pequeno esclarecimento quanto a essa afirmação.

Para atender a determinadas exigências impostas pela situação de trabalho é preferível que, ao ser selecionado, o bancário já traga consigo a predisposição para assimilá-las, que ele esteja predisposto a aceitar muitas dessas exigências como *naturais* para a profissão que exerce e para a classe à qual pertence. Essas predisposições, os bancários já as trazem consigo no processo de seleção e sentem-nas reforçadas pela situação de trabalho a que estão submetidos.

Através da situação de trabalho poderemos identificar os efeitos de um determinado grau de racionalização e mecanização do trabalho; na forma e valor da remuneração (salário-hora, salário-mensal, comissões, etc.); nas exigências quanto à sua apresentação no trabalho (macacão, camisa social, uniforme, terno, etc.); no grau de

⁸⁴ A esse respeito, ver no capítulo 1, item 1.3., a discussão sobre os critérios utilizados na composição da estratificação social.

escolaridade exigida e sua adequação à função a ser exercida; nos mecanismos de ascensão em uma carreira; no maior ou menor grau de divisão das funções a serem exercidas e a sua segmentação em departamentos, seções, etc.; a idade predominante e a idade de recrutamento.

4.1.1. Racionalização e Burocratização do Trabalho nos Bancos.

Em junho de 1935, encontramos no Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, um artigo de Charles Tadeu Chaves, participante da reforma do Departamento Nacional da Propriedade Industrial, onde faz um balanço do desenvolvimento do processo de racionalização no exterior e em nosso país. Este artigo servirá de base para um mapeamento do tema para uma posterior incursão pelo sistema bancário.

O termo *racionalização* foi incorporado ao vocabulário técnico internacional em 1927, por ocasião da Conferência Econômica Mundial realizada em Genebra. O que se pretendia com a racionalização era atender não apenas às exigências econômicas de produtividade mas, também, encontrar uma forma racional de dar uma resposta à questão social. A Conferência recomendava a criação de Institutos de Racionalização que pudessem expandir esse novo conceito de Administração.

As experiências internacionais no campo da racionalização haviam sido realizadas por Institutos que se dedicavam, anteriormente, ao estudo de padrões de pesos e medidas. Nos E.U.A, as primeiras medidas datam de 1917, com a instalação pelo Estado da *National Bureau of Standards* contando com 62 institutos especializados e 1.200 comissões consultoras. Até 1935, existiam na Alemanha 44 Institutos reconhecidos pelo governo e submetidos ao *Reichskuratorium für Wirtschaftlichkeit* (Curatório da Economia Nacional), que tinha entre suas divisões o D.I.N. (*Deutscher*

Industrie Normenasschuss - Departamento de Normas de Indústrias). Na Itália, contava-se com um Instituto Central de Racionalização e mais 14 grandes Institutos, seguida da França com 10 Institutos oficiais especializados. Na Inglaterra, o destaque ficaria com a *British Engineering Standards Association*, órgão governamental que dispunha de 420 comissões e sub-comissões.⁸⁵

No caso brasileiro é apontada a experiência do I.D.O.R.T. (Instituto de Organização Racional do Trabalho), fundado em 23 de junho de 1931 por Armando de Salles Oliveira, Roberto Simonsen, Roberto Mange, entre outros, com sede em São Paulo.

A racionalização do trabalho atuaria em um amplo conjunto de áreas que se submeteriam à ciência e à técnica, tais como: *a-*) A racionalização do rendimento da produção, *b-*) A psicologia e a fisiotécnica do trabalho, *c-*) O preparo, organização e métodos de trabalho, *d-*) Racionalização dos meios e métodos de remuneração, do funcionamento, da estabilização de mercados e da distribuição, *e-*) Racionalização da higiene do trabalho, dos métodos de prevenção de acidentes, de previdência social e das relações administrativas e industriais. A crença indiscriminada na *revolução* desencadeada pela aplicação de métodos científicos de racionalização molda o espírito tecnocrático que se desenvolveu no período posterior à Primeira Grande Guerra.

No caso brasileiro e, particularmente, no meio bancário, são muitas as evidências de que o improvisado imperava na maioria das operações. Se os métodos de contabilidade, fechamentos de caixa e do movimento do dia adotavam uma forma racional de registro, a sua execução obedecia, em grande parte de suas fases, ao empirismo. Canedo relata que, até os anos 30, a maior parte do serviço era feita manual-

⁸⁵ Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no. 10, de junho de 1935. pp.103-120.

mente.⁸⁶ Somente no início dos anos 40 é que a mecanização amplia-se e estende-se a um conjunto maior de Bancos, geralmente grandes Bancos.

O Banco do Brasil, vários Ministérios e Secretarias de Estado, recorriam aos *Serviços Hollerith S/A de Contabilidade, Controle e Estatística*, oferecidos pelo Instituto Técnico de Organização e Controle (fundado em 1917, com *capital, diretores e pessoal brasileiros*). O Instituto era um dos fornecedores das máquinas Hollerith ao Banco do Brasil.

Entre os sócios coletivos de 1ª. categoria do I.D.O.R.T. encontramos quatro Bancos nacionais: Banco Comercial, o Banco do Comércio e Indústria, o Banco do Estado de São Paulo e o Banco de São Paulo. Entre os sócios coletivos de 2ª. categoria temos o Banco do Brasil e o Banco Germânico.⁸⁷ Em 1939 o I.D.O.R.T. contava com 1.369 sócios distribuídos entre as seguintes profissões e nacionalidade:

TABELA C. Quadro de Sócios por Profissões em 1.939.

PROFISSÕES	%
Engenheiros	23,8
Contadores e Guarda-livros	14,4
Empregados Com., Ind., Bancos e Estr. de Ferro	11,9
Funcionários Públicos	11,8
Estudantes	10,8
Diversos	9,8
Professores	3,6
Advogados	3,5
Médicos	3,2
Industriais	2,6
Firmas	1,8
Capitalistas	1,6
Comerciantes	0,7
Militares	0,3
Meteorologista	0,1
Operários	0,1
NACIONALIDADE	
Sócios Nacionais	93,9
Sócios Estrangeiros	6,1

Fonte: Revista I.D.O.R.T. no. 92, agosto de 1.939 - Relatório da Diretoria.

⁸⁶ Leticia B. Canedo "op.cit" p.32.

⁸⁷ Anexos ao Relatório da Diretoria do I.D.O.R.T. . Revista I.D.O.R.T. no. 92, de agosto de 1939.

Entretanto, a racionalização era pouco difundida, se se contar com a avaliação dos bancários a esse respeito. Na defesa do salário profissional atacado pelos Bancos, encontramos a seguinte declaração:

*Em vez de criar, para o nosso País, uma verdadeira organização bancária, só abrem e mantêm filiais quando os lucros são certos e vultosos não demonstrando conhecimento da técnica de Administração Racional, ficam apegados à rotina e ao empirismo.*⁸⁸

Na própria revista I.D.O.R.T., em sua *Campanha contra o Desperdício*, encontramos um artigo criticando a ausência de critérios para se estabelecer o tamanho das folhas de cheques, o que levava a um desperdício considerável de papel.⁸⁹

Um artigo de Francisco Marcondes Machado (funcionário do Banco Comercial) para a revista do Sindicato dos Bancários de São Paulo, conhecido como SYNDIKE, apresenta um modelo da *moderna organização bancária*:

*As seções de contato com o público devem ser organizadas de modo tal que os papéis, ou documentos sejam encaminhados com presteza, de modo a estar nas mãos do cliente no menor prazo possível. As divisões das carteiras formarão grupos designados por seções, sob a direção de um sub-contador. Cada carteira tem um procurador-revisor, um chefe de serviço, um ou mais sub-chefes ou auxiliares revisores. Da contabilidade geral ou analítica, que constitui as operações das várias carteiras, as fichas de contabilidade são encaminhadas para a revisão, que depois remetem-nas à contabilidade sintética.*⁹⁰

⁸⁸ *Vida Bancária* no. 145, de 29 de junho de 1935.

⁸⁹ *Revista I.D.O.R.T.* no.82-83-84, de out./nov./dezembro de 1938.

⁹⁰ *Revista dos Bancários* no. 13, de maio de 1936.

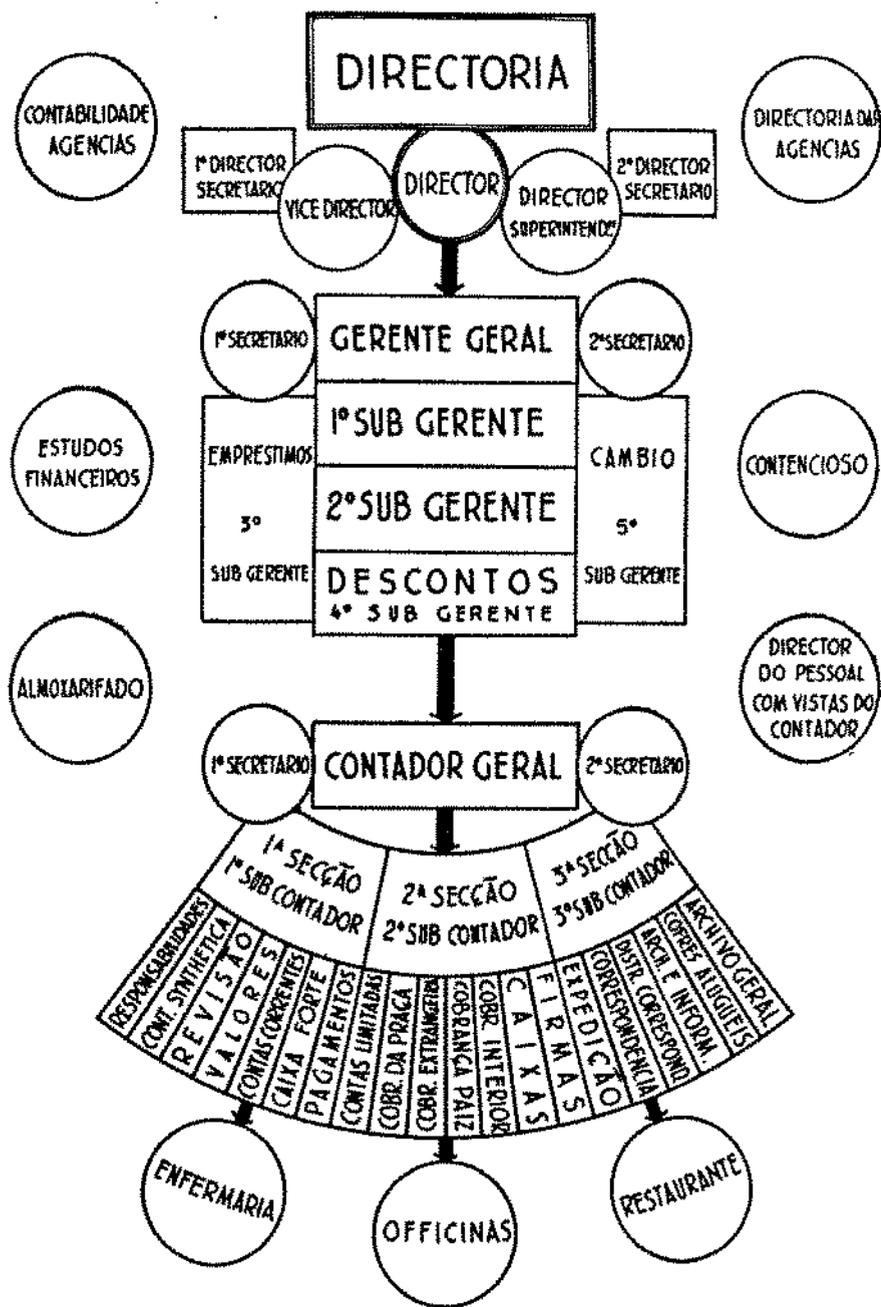


Figura 1: fac-símile do organograma de um Banco moderno.

Essa estrutura era certamente a ideal e só poderia ser adotada por um grande banco. Como observa Lockwood, ela é construída sobre múltiplas sub-divisões, distribuídas hierarquicamente em departamentos e seções que impediriam um efetivo processo de socialização e separação entre quadros administrativos e de escrituração. Entretanto, notamos que o grau de burocratização e racionalização do trabalho é, antes, exigido pelos bancários frente ao total empirismo que imperava no meio bancário.

A heterogeneidade da rede bancária ⁹¹e a sub-divisão em departamentos e seções não impediu a organização da greve nacional da categoria, de 1934, ou a de 1932, no Banco do Estado. Os bancários avaliavam como um grande problema da organização bancária, justamente, a falta de métodos racionais que respeitassem os limites físicos e mentais desses trabalhadores, aumentando a produtividade e reduzindo o cansaço decorrente do excessivo volume de trabalho.

Esses trabalhadores tinham, de um lado, a pressão dos clientes que exigia um controle adequado de suas contas e o rápido atendimento e, de outro lado, os interesses do Banco em controlar o numerário à sua disposição para a devida alocação e prestação de contas às exigências legais baixadas pelo Estado.⁹²

4.1.2. O Mercado da Personalidade.

Se existe um fator que efetivamente desperta a insatisfação dos bancários, esse é o dos baixos salários. Até mesmo a preocupação com a carreira está diretamente ligada aos benefícios de uma progressão salarial, muito mais do que a de um suposto *status* nela contida.

No caso dos bancários, os baixos salários dos funcionários do quadro de escrituração (escriturário, diarista, correntista, etc.) tornavam-se insuportáveis devido a uma particularidade desses trabalhadores: as exigências *morais* e sociais a que deveriam submeter-se no exercício de seu trabalho (e fora dele). É o que foi denominado por Mills de *mercado da personalidade*:

⁹¹ Na rede bancária da cidade de São Paulo, em 1925, encontramos um grande grupo predominante que é o dos Bancos e um menor que era o das Casas Bancárias. Entre os Bancos encontramos os Bancos nacionais (estatais e privados) e os internacionais, sub-divididos entre Bancos grandes e pequenos.

⁹² Um exemplo de exigência legal é aquela estabelecida pelo decreto no. 21.499, de 09 de junho de 1932, que criou a Caixa de Mobilização Bancária, determinando o recolhimento obrigatório no Banco do Brasil dos excessos de disponibilidade e a necessidade de se manter o encaixe mínimo.

*Numa sociedade de empregados, dominada por uma mentalidade comercial, é inevitável que se crie um mercado da personalidade. Pois na grande passagem das habilidades manuais para a arte de manipular pessoas, vender-lhes e servi-las, as características pessoais, ou mesmo íntimas, do empregado passam a integrar a esfera das trocas e tornam-se fatores comerciais, bens de consumo no mercado de trabalho. Toda vez que o controle dos traços pessoais de um indivíduo é transferido para outro em troca de um preço, toda vez que esses traços de caráter importantes para a opinião que os outros fazem dele são vendidos, cria-se um mercado da personalidade.*⁹³

Esta característica era tão marcante no meio bancário que aparece em quase todas as suas críticas e reivindicações. Forçados a externarem um comportamento e uma imagem pouco compatível com o seu nível de renda, não são poucos os bancários que acabam caindo nas mãos de agiotas, tendo títulos protestados e, consequentemente, perdendo o emprego.⁹⁴

Alguns levantamentos do Sindicato feitos para a Campanha do Salário Mínimo (ou Profissional), em 1934, nos mostram um quadro ilustrativo. Cabe ressaltar que a iniciativa dos bancários de fazer um levantamento do perfil e das necessidades da categoria é uma característica típica dessa categoria, ou seja, fundamentar suas reivindicações em levantamentos de dados, estudos e projetos que possam dar sus-

93 C.Wright Mills. *op. cit.*, p.201

94 Vários são os casos de bancários vítimas da agiotagem e, consequentemente, demitidos por justa causa alegando-se desrespeito ao regulamento interno do Banco.

Em um processo de 1936, o Royal Bank of Canada, na cidade de São Paulo, é obrigado a readmitir quatro funcionários, com o pagamento dos salários desde o afastamento. A sentença dada pela Terceira Câmara do Conselho Nacional do Trabalho não via no fato a falta grave prevista em lei. Mas em 11 de novembro de 1939, através do decreto nº. 1.761, em seu art. 1º., passa a cometer falta grave, perdendo a estabilidade, o funcionário que for contumaz na falta de pagamento de suas dívidas, pois, justificava-se: ... *o abuso ou malbaratamento do crédito por parte dos aludidos funcionários, ainda que em relações pessoais e privadas, atinge, moralmente, embora de modo indireto, aos estabelecimentos a que servem...*

Edgard Carone. Movimento Operário no Brasil (1877-1944). São Paulo, DIFEL, 1984. pp.278-296.

tentação às suas reivindicações. Sob a coordenação de Fausto Pacheco de Mello, uma espécie de assessor técnico do Sindicato, os bancários procuraram realizar uma das primeiras tentativas de levantamento de um valor para o salário-mínimo que atendesse às necessidades básicas dos bancários.

Nesse ano, o Sindicato distribuiu aos bancários uma ficha onde deveriam ser preenchidos alguns dados fundamentais para a elaboração de um projeto de Salário Profissional, tais como: salário inicial, salário atual, idade, tempo de serviço, estado civil, número de filhos, função inicial e atual, escolaridade e salário necessário para subsistência.

Entre os que apresentam o maior número de respostas ao inquérito estão os bancários do Banco Francês e Italiano, com 133; do Banco do Comércio e Indústria, com 114; e do Banco Comercial, com 123.⁹⁵ Nesses Bancos, a média de idade era de 32 anos e o tempo de serviço encontrada foi de 9 anos. A porcentagem de bancários casados era de 56% e a dos que possuíam curso secundário era de 69%.

Entre os Bancos menores encontramos uma situação um pouco distinta.

A maioria daqueles que responderam ao questionário tinham em média 27 anos e 4 anos de serviço no Banco, sendo predominante o número de bancários sol-

95 Para se ter uma idéia da relação entre o número de respostas devolvidas ao Sindicato e o número de bancários sindicalizados nos maiores Bancos, apresentamos a tabela abaixo:

<u>NÚMERO DE SINDICALIZADOS/ NÚMERO DE RESPOSTAS OBTIDAS</u>		
<u>BANCOS</u>	<u>No.SINDIC.</u>	<u>No.RESPOSTAS</u>
COMERCIAL	340	123
FRANCÊS E ITALIANO	171	133
DO ESTADO DE S.PAULO	164	37
COMÉRCIO E INDÚSTRIA	128	114
DE SÃO PAULO	126	32
LONDON BANK	106	51

teiros com 65%(dos 32 bancários do Banco de São Paulo que responderam ao questionário, 93,8% eram solteiros e recebiam os menores salários). Cerca de 85% tinham o curso secundário.

A média dos salários é a que menos reflete a situação real vivida pelos bancários que responderam ao questionário, apresentando um desvio padrão muito alto. Dentro das mesmas funções era possível encontrar um número grande de variações que dependiam, particularmente, do tempo de serviço.

Enquanto o Sindicato defendia um salário mínimo de 600\$000 (seiscentos mil réis), os escriturários do Banco do Comércio e Indústria e do Banco Comercial levavam 10 anos para chegar aos 500\$000, sendo que, o salário inicial variava entre 150\$000 e 250\$000. Os Bancos estrangeiros alcançavam uma média um pouco superior à dos Bancos nacionais, embora pagassem salários iniciais tão baixos quanto aqueles. Sendo assim, podemos entender o significado da observação de diretores dos Bancos de que apenas o esforço e a dedicação ao Banco levariam o bancário a alcançar melhores postos e salários.⁹⁶

96 Uma comparação objetiva com a média dos salários pagos aos trabalhadores manuais é limitada. Entre os poucos estudos a respeito da renda e das condições de vida dos operários encontramos um relatório elaborado pela Escola Livre de Sociologia e Política, contando com a colaboração do Instituto de Educação e o Instituto de Higiene da Universidade de São Paulo, onde foram levantadas as rendas de 221 famílias operárias concentradas basicamente nos bairros do Ipiranga, Cambuci e Bela Vista. Boletim do M.T.I.C., n° 10, janeiro de 1935.

O regulamento das Comissões de Salário Mínimo, aprovado pelo Decreto-lei n° 399, de 30 de abril de 1938, estimulou sensivelmente os estudos sobre as condições de vida dos trabalhadores brasileiros e sobre o nível médio de salários encontrados nas várias regiões do país.

Para o caso do Estado de São Paulo, o Departamento Estadual de Estatística e Publicidade, vinculado ao Ministério do Trabalho, realizou entre 1938 e 1939 um estudo sobre a questão. Foram levantados 210.172 salários, sendo 131.287, na capital e 78.885, no interior, distribuídos da seguinte forma:

	Capital	Interior
Comércio(45,35%)	51.483	43.771
Indústria(50,08%)	77.193	28.096
Agricultura(2,78%)	127	5.719
Outras Atividades(1,79%)	2.484	1.299
Total	131.287	78.885

Esse levantamento estabeleceu oito classes de salários que variavam entre 0 e 400\$000 (quatrocentos mil réis), sendo constatado que o valor do salário mínimo

As funções mais bem remuneradas eram as do quadro administrativo (gerente, sub-gerente, procurador, inspetor, contador, chefe, sub-chefe). O caso dos sub-chefes parecia ser o mais complexo, pois alguns chegavam a ganhar o mesmo que um escriturário⁹⁷.

Entre as funções do quadro de escrituração, a mais bem paga era a de caixa, sendo seguida de longe pela de escriturário. Um datilógrafo chegava a receber menos do que um contínuo, que não era considerado um bancário propriamente dito, pertencendo ao quadro de portaria. Devido a isso, a função de datilógrafo era geralmente exercida por mulheres e, em alguns casos, por jovens com menos de 25 anos e solteiros.⁹⁸

pago na Capital encontrava-se entre 150\$000 e 250\$000 e no Interior, entre 100\$000 e 200\$000. *Boletim do M.T.L.C.*, n° 57, maio de 1939.

97 Uma hipótese para explicar essa situação pode ser encontrada na prática que os diretores de Bancos tinham de comissionar indiscriminadamente os bancários. Assim, burlavam a lei das 6 horas, uma vez que todos aqueles que exerciam cargos de confiança estavam fora dela.

98 No *Vida Bancária* no.66-67, de abril/maio de 1934 encontramos o seguinte comentário a esse respeito:

Há Bancos nacionais que pagam 150\$000, 200\$000 por uma datilógrafa, razão por que as funcionárias é que abundam nesses estabelecimentos. Um rapaz não se contenta com um ordenado destes.

O trabalho feminino era apontado como um dos fatores que aviltavam os salários dos bancários. Entretanto, a julgar pelos dados do Censo Comercial referente ao Estado de São Paulo, de 1940, o número de mulheres nos Bancos e Casas Bancárias correspondiam a apenas 7% do total de bancários. *Recenseamento Geral do Brasil - 1940.* série regional, parte XVII.

É preciso ressaltar que os dados referentes a salários são de difícil análise, uma vez que para uma mesma função encontramos diversos níveis salariais. Apenas para dar uma idéia da evolução salarial de alguns bancários do Royal Bank of Canada, montamos o quadro abaixo:

Evolução dos Salários por função (ou seção) encontradas nos registros de 05 funcionários do Royal Bank of Canada.

	Contabilidade (*)	Pagamentos	Caixa	Investigador	Chefe- Informações
1.934	700\$000	600\$000	883\$200	516\$600	1:183\$200
1.936	750\$000	650\$000	966\$600	591\$600	1:250\$000
1.937	-	(**) 716\$600	1:066\$600	691\$600	1:333\$200
1.938	-	800\$000	1:200\$000	800\$000	1:383\$200
1.939	-	850\$000	1:350\$000	900\$000	1:500\$000

TABELA D. MÉDIA DE SALÁRIOS POR FUNÇÕES E POR BANCOS

BANCOS/FUNÇÃO	CONTÍNUO	DATILO- GRAFO	ESCRITU- RÁRIO	CAIXA	CHEFE DE SEÇÃO
GERMÂNICO	110\$000	250\$000	296\$520	-	550\$000
HIPOTECÁRIO	235\$000	270\$830	346\$940	1:000\$000	500\$000
LONDON BANK	250\$000	-	683\$000	952\$670	1:219\$000
COMÉRCIO IND. COMERCIAL	265\$000	291\$430	419\$720	700\$000	1:200\$000
289\$130	-	449\$800	693\$300	540\$000	
LAR BRASILEIRO	300\$000	340\$000	457\$330	-	1:175\$000
DE SÃO PAULO	300\$000	270\$000	348\$700	-	650\$000
DO ESTADO	318\$750	450\$000	568\$000	-	1:300\$000
ROYAL BANK	322\$000	-	608\$530	-	880\$600
FRANCÊS ITAL.	372\$000	295\$000	513\$790	-	757\$140
MEDIA GERAL	276\$180	309\$600	469\$270	836\$500	877\$170

Fonte: Enquete de 1934 utilizada para a Campanha do Salário Mínimo dos Bancários.

Em outro levantamento sobre o salário médio do bancário realizado em 1937, tomando por base os dados fornecidos pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, encontramos os seguintes resultados:

TABELA E: MÉDIA DE SALÁRIOS DOS BANCÁRIOS NO BRASIL, POR REGIÃO, COM BASE NOS DADOS DOS ASSOCIADOS DO I.A.P.B. - 1.937.

REGIÃO	SALÁRIOS(MIL RÉIS)
1a. Amazonas e Território do Acre	260\$000
2a. Pará	358\$000
3a. Maranhão	200\$000
4a. PE, Paraíba, RN e Alagoas	325\$641
5a. Bahia e Sergipe	403\$846
6a. Minas Gerais e Goiás	323\$853
7a. Estado do RJ e Espírito Santo	272\$222
8a. Distrito Federal	359\$100
9a. São Paulo e Mato Grosso	341\$232
10a. Paraná e Santa Catarina	352\$632
11a. Rio Grande do Sul	245\$000

Fonte: SYN-DIKE - Revista dos Bancários no.30, out./1.937.

1.940	-	875\$000	1.500\$000	983\$200	1.583\$200
1.941	-	916\$600	1.600\$000	1:066\$600	1:633\$200
1.942	-	1:000\$000	1:750\$000	1:216\$600	1:683\$200
1.943	-	Cr\$ 1.083,20	Cr\$ 1.875,00	Cr\$ 1.333,20	Cr\$ 1.766,60
1.944	-	Cr\$ 1.183,20	Cr\$ 2.075,00	Cr\$ 1.458,20	Cr\$ 1.850,00

(*) ausência de dados (**) passou a exercer a função de correntista

Fonte: Fichas funcionais do Royal Bank of Canada

A insatisfação com os salários era acentuada quando se descobria que o chofer dos diretores dos Bancos recebia salários superiores ao de muitos escriturários com vários anos de serviço:

*O banqueiro crê demasiado pagar 600\$000 a um funcionário de Banco, mas paga ao seu chauffeur 400\$000, ou 300\$000 a co-peiro, isso com casa e comida, etc.*⁹⁹

Os bancários procuravam cobrar a correspondência que deveria existir entre o que lhes era exigido no *mercado da personalidade* (que não o era ao chofer) e o que lhes era pago. Além do salário adequado para a cobertura de suas necessidades básicas, fazia-se necessária a existência de um *sobre-salário*. É com um tom de lamento ou revolta que reconhecem a particularidade do mundo bancário e suas exigências, sabendo que encontram um campo propício de recepção:

*Algumas amabilidades patronais, o contato social com os empresários do nosso trabalho, a circunstância de sermos obrigados a nos vestir como eles, o fato de às vezes flertarmos as mesmas mulheres que eles, de tomarmos os mesmos aperitivos que constituem o seu deleite, tudo isso, além de nos obrigar a uma miséria econômica, nos faz pensar, erradamente, inconscientemente, que somos como eles, que pertencemos à sua mesma classe.*¹⁰⁰

A mercantilização da personalidade encontra espaço quando se identifica um conjunto de traços pessoais ou padrões sociais capazes de adquirir um valor de mercado e serem mais facilmente controlados, padronizados e desenvolvidos. Acontece, entretanto, que alguns grupos sociais estão mais propensos a interiorizar e a atender as exigências desse tipo de mercado, aceitando-as como legítimas e naturalizando-as.

Efetivamente, o bancário não venderia apenas a sua força de trabalho. A sua personalidade e o seu caráter estão sob constante vigilância e fazem parte de um conjunto de atributos que o patrão se julga no direito de adquirir quando da assinatura

⁹⁹ Vida Bancária no. 147, de 24 de julho de 1935.

É importante notar que na Folha Bancária de 29 de julho de 1936 encontramos um artigo com a seguinte chamada: Tem empregada doméstica ganhando muito mais do que os bancários: e com casa e comida de graça.

¹⁰⁰ Vida Bancária no. 105, de 25 de novembro de 1933.

do contrato de trabalho. Afinal de contas, ter um título protestado e trabalhar na carteira de desconto de títulos, por exemplo, poderia não ser uma posição confortável tanto para o bancário, quanto para o Banco encarregado dessa tarefa.

O que se esperava do bancário, então, era não somente a sua habilidade para o exercício de determinada função, mas a capacidade de integrar a imagem do Banco à sua. Não atender a essas exigências, revela uma falha grave de caráter, pois:

*... não somente o Presidente, Diretores, como também os empregados da instituição devem sempre se conduzir acima da mais leve sombra de suspeita, quer na sua vida privada, coletiva ou qualquer outra forma de atividade que exerçam na comunidade em que vivem.*¹⁰¹

Na prática cotidiana, os bancários resistem a essas imposições, mas são incapazes de romper totalmente com determinadas exigências *naturais* da profissão. O jornal *Vida Bancária* não se cansa de reproduzir, até 1932, artigos que traçam o perfil do bancário ideal. Em um deles, há todo o cuidado de se detalhar *As qualidades necessárias para progredir na carreira bancária*, sendo que as que merecem maior atenção são: 1o.) cortesia e discrição, 2o.) recreação e lealdade e 3o.) boa aparência e apresentação.

O bancário é incapaz de romper diretamente com esse controle e, condicionado por ele, vive as expectativas e pressões sociais do meio no qual se insere. Nem mesmo as lideranças mais radicais são capazes de eliminar totalmente de seus discursos a *naturalização* dessas exigências sociais, aceitas como necessidades inerentes ao exercício da profissão. Reconhecem-nas, vêem-se reconhecidos nesse conjunto de representações e exigem, a partir dele, o correspondente nível salarial.

101 *Vida Bancária*, nº 82, de agosto de 1931.

A base dessa propensão encontra-se no conjunto de representações que envolvem a distinção entre trabalho manual e não manual, particularmente no que ela representa de desqualificação social.

4.3. Um Sindicalismo de Base Meritocrática.

Uma busca nos editoriais e artigos escritos para os jornais do sindicato e, até mesmo, em entrevistas dadas para alguns jornais da *imprensa burguesa*, nos permite identificar as consequências ideológicas da distinção entre trabalho manual e não-manual, principalmente no que diz respeito a interesses corporativos desses trabalhadores. O que é característico, entretanto, é que essas consequências independem necessariamente da orientação ideológica de suas lideranças.

No período que vai de 1923 a 1930, a preocupação principal da Associação dos Funcionários de Bancos era a de convencer os bancários da necessidade de fortalecerem a sua organização mutualista. Em artigos, nos quais se debatiam a necessidade de uma organização de proteção aos bancários, encontramos constantemente uma referência ao movimento operário.

*Sofremos em comum, pois lutemos em comum. Já há tempos que os operários compreenderam tal necessidade e criaram as suas organizações. Por isso se eles já não conquistaram todos os seus direitos, eles já conseguiram em parte a sua emancipação. Confessemos que hoje muitos operários se acham em condições de vida bem mais favoráveis do que muitos empregados.*¹⁰²

Como veremos adiante, o movimento operário aparece sempre como uma referência para os bancários e isto se dá geralmente sob a ótica de um salário relacional, pressionando-os a seguirem os mesmos rumos. No entanto, a seus olhos, sua organização deveria diferenciar-se da dos trabalhadores manuais justamente pela superioridade de sua posição social, como se pode observar nesta transcrição de um

¹⁰² Vida Bancária no. 05 e 06, fevereiro e março de 1925.

artigo publicado originalmente na revista *Moeda e Crédito*. Esta revista elogia a não inclusão no programa, da Associação da *hipótese de manifestações coletivas* já que:

*Nem podia ser outra a conduta dos moços paulistas que compreendem estar num nível superior aos dos operários das fábricas, já pela sua educação, já pela instrução que receberam, já pelo ambiente em que foram criados.*¹⁰³

A Associação procurava valer-se justamente dessa posição para realizar suas conquistas, o que, como vimos no capítulo 2, a deixou nas mãos dos patrões.

A vitória da Aliança Liberal e o seu programa de intervenção estatal na relação entre o capital e o trabalho traz euforia ao meio bancário que, agora, encontraria um interlocutor efetivo. Estando sob a proteção do Estado, o bancário deveria conscientizar-se de sua condição proletária e associar-se, uma vez que se acenava com uma longa série de concessões aos trabalhadores, como a lei de aposentadoria, regulamentação das horas de trabalho, salário mínimo, etc. . As lideranças bancárias não usavam o movimento operário como referência, mas os produtores de café, como podemos ver na citação abaixo:

*Os bancários devem e precisam convencer-se de que não passamos de proletários, isto é, de que, para viver, contamos unicamente, com a remuneração do nosso trabalho. Usando uma expressão popular: não passamos de operários de casaca. E já que essa palavra proletário está tão em moda, lembremo-nos, igualmente, que todo proletário, só, isolado, nada consegue... Ainda agora, o Sr. Interventor Federal em São Paulo aconselhou a todos que se organizem em classes, tais como os produtores de café, de cereais, etc. (grifo nosso).*¹⁰⁴

Convencer. Esta é a palavra chave que se desenvolve com o surgimento da Associação. É preciso convencer o bancário da sua condição proletária, mas os fins a que esse reconhecimento deve atender são diversos.

¹⁰³ *Vida Bancária* no. 13, outubro de 1925.

¹⁰⁴ *Vida Bancária* no. 77, março de 1931. São as palavras do presidente da Associação, Antonio Silveira de Mello.

Entre as lideranças bancárias da 1ª fase conservadora, o convencimento fazia-se necessário para romper o individualismo dos bancários e integrá-los em um órgão *moralmente* superior, capaz de, sob a proteção do Estado, conciliar os interesses das classes. A predominância dessa orientação se estende até 1.933, quando surge o *Partido Sindicalista* e a sua vitória como Chapa de Oposição. Onde se falava em união e conciliação agora se fala em luta de classes e interesses antagônicos entre classes sociais. A união dentro do espírito corporativo é substituída pela busca de uma unidade intersindical, sendo essa a nova ótica pela qual o bancário deveria compreender a sua condição proletária, canalizando a sua energia contra a burguesia e os seus instrumentos de dominação (os *amarelos*, o Estado, os partidos burgueses e a imprensa burguesa).

Os artigos e editoriais que aparecem tratando do tema, nesse período, podem ser agrupados em torno de dois argumentos básicos: a-) os bancários são proletários porque recebem salários como os demais trabalhadores e b-) os bancários, como toda a pequena burguesia, serão lançados no proletariado inevitavelmente. Como exemplo do primeiro argumento temos que:

... qualquer indivíduo que receba um salário permanente em paga de seu trabalho é um proletário... Duas classes se defrontam em permanente luta: o proletariado e a burguesia. Aqui se dá um termo técnico à classe ínfima que explora e à grande classe explorada. É um fenômeno histórico. Nada tem que ver com as qualidades morais ou intelectuais dos componentes de uma ou outra classe.¹⁰⁵

A radicalização nos artigos coincide com a hegemonia dos comunistas e a sua tentativa de organização da Frente Única dos Trabalhadores, que se acentua no final de 1934. O outro tipo de argumentação nos é dado pelo mesmo autor do artigo anterior:

¹⁰⁵ Vida Bancária no. 123 de 31 de agosto de 1934.

E quem se dê ao trabalho de examinar, à luz da ciência social, o destino das classes intermediárias, da minúscula, da pequena burguesia, como querem que sejamos, não pode duvidar, um instante sequer, de que o determinismo econômico que rege a sociedade nos impele, cada vez mais e mais, para os braços do proletariado miserável.

Olhando para o período que se estende de 1933 a 1935, poderíamos dizer que as lideranças bancárias rompem com os limites impostos pela sua inserção na *classe média*. Apoiando ou criando órgãos intersindicais para melhor coordenar a luta dos trabalhadores, os bancários atualizavam-se na história do movimento sindical, na qual tiveram uma participação tardia.

A presença de lideranças bancárias com influências anarco-sindicalistas, trotskystas e comunistas foi responsável pelo encaminhamento de lutas conjuntas, que procuravam aliar o poder reivindicativo dos sindicatos aos seus objetivos político-partidários (exceção feita aos anarco-sindicalistas). No entanto, se no plano intersindical o sindicato dos bancários procurou eliminar qualquer traço distintivo entre os trabalhadores manuais e não-manuais, é no plano da defesa de seus interesses corporativos que essa distinção se faz não só presente como essencial. Este posicionamento os levarão a ser alvo de críticas dos patrões e da grande imprensa, que os acusam de procurarem constituir-se como corpos aristocráticos entre os trabalhadores.

4.2.1. O Individualismo e a Carreira.

A insatisfação quanto à possibilidade de ascensão na carreira foi uma das mais fortes marcas do sindicalismo bancário em todo o período(1923 a 1944). O que se observa é que os bancários procuravam na carreira os critérios de ascensão que retribuíssem os anos de investimento na aquisição de um capital cultural, educacional e profissional oferecidos ao Banco. Tais critérios deveriam obedecer aos princípios da organização racional do trabalho, sendo capazes de fixar a premiação dos mais bem

dotados em termos de dons e méritos individuais. A luta coletiva visava garantir a dignidade da categoria na hierarquia das profissões e a determinação de critérios objetivos de ascensão individual na própria profissão - com os respectivos aumentos salariais.

A crítica principal voltava-se contra o *apadrinhamento* na sua versão nacional ou importada, ou seja, se levarmos em consideração que a maioria dos Bancos instalados na cidade de São Paulo eram estrangeiros, não nos parecerá estranho um artigo do jornal *Ação Sindical*, do Sindicato Brasileiro de Bancos (Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro). Seu autor afirma que não bastava a competência, nem a determinação para ascender na carreira bancária, pois nos Bancos estrangeiros o brasileiro era sempre colocado de lado, preterido pelo *calouro* que *é da origem da terra onde o Banco tem sua sede e de onde vem contratado com todas as vantagens*.¹⁰⁶ Ao tratar dos empresários-imigrantes, Dean constata que essa era uma prática comum no meio comercial, onde a preferência recaía sobre compatriotas, considerados mais aptos a assumirem posteriores cargos de confiança:

*Os imigrantes pareciam às companhias comerciais européias os instrumentos mais dignos de confiança para o progresso de suas firmas(...) Considerações políticas, quando não nacionalistas, aconselhavam o emprego de compatriotas(...)As firmas européias também faziam tudo para não depender dos nativos, porque geralmente os consideravam, como adiante se mostrará, ingenuamente inferiores aos europeus.*¹⁰⁷

Por isso, tão logo os bancários tiveram conhecimento da preocupação do governo com os *ordenados mínimos*, trataram de fazer uma interpretação bem específica dela. Este trecho de um artigo publicado no jornal da Associação nos dá uma idéia do que representava uma garantia legal de ascensão na carreira bancária:

Classificação dos empregados em categorias, com ordenados mínimos a elas proporcionais.

¹⁰⁶ *Vida Bancária* no. 83, setembro de 1931.

¹⁰⁷ Warren Dean."op. cit." pp. 64-65.

Desconhecemos ainda os termos da lei, ora em preparação, dos ordenados mínimos. Entretanto, é de se presumir que em seu espírito, ela cogite da classificação dos empregados ou operários em categorias a, b, c, baseada em tais e tais condições e atribuições ... Deverão ser consideradas para efeito de promoção, as condições de capacidade intelectual, de capacidade produtiva, dedicação ao serviço, assiduidade, comportamento, antiguidade.¹⁰⁸

Seu autor continua, conferindo à Associação um papel de controle na avaliação desses critérios, onde caberia a ela e ao Governo indicar representantes junto aos Bancos para colaborar como *auxiliares do Fisco*. O controle se estenderia de tal forma que seria exigido o registro do bancário na Associação, passando esta a informar *sobre as qualidades de caráter, de dedicação, de honradez, bem como sobre a capacidade dos bancários, em casos de admissão ou readmissão.*

Poderíamos considerar essa linha de argumentação como o reflexo das correntes conservadoras que, com forte apelo meritocrático, controlaram a Associação até 1932. Isto não deixa de ser significativo, principalmente, se percebermos que os quadros administrativos viam a carreira de uma perspectiva de realização profissional.

Entretanto, a luta por um quadro de carreira é retomada em um período de grande radicalização no movimento sindical bancário, justamente aquele que se segue à promulgação da Constituinte, em julho de 1934. Embora não tenham se estabelecido nos mesmos termos das proposições anteriores, as lideranças bancárias apresentaram projetos de salário mínimo que ainda obedeciam à classificação por categorias, com seus critérios de ascensão e compensações financeiras específicas. Nesse caso o que surge como relevante são essas compensações, capazes de premiar o bancário pelos anos de serviços prestados e levando-o a escapar dos baixos salários iniciais.

A *imprensa burguesa* e os banqueiros, sempre que tiveram a oportunidade, valeram-se das contradições do discurso bancário e da sua *imagem social*, para atacar suas reivindicações procurando caracterizá-los como uma *aristocracia* entre os traba-

¹⁰⁸ Vida Bancária no. 83, setembro de 1931.

lhadores. Os bancários já haviam conseguido a jornada de 6 horas (Decreto nº. 23.322 de 03.11.1933); a estabilidade aos 02 anos de serviço (Decreto nº. 54 de 12.09.1934), quando ela se dava aos 10 anos para os demais trabalhadores; a unificação das Caixas de Pensões e Aposentadorias (cuja administração era descentralizada e controlada pelos diversos Bancos) e estavam prestes a organizar mobilizações para a conquista do salário mínimo.

A coluna de Assis Chateaubriand e seus *Diários Associados* já haviam se tornado inimigos aos quais se combateria sem tréguas quando da luta pela unificação das Caixas de Pensões e Aposentadorias. No entanto, a ira dos bancários aumenta quando aquela coluna é utilizada para atacar o salário profissional e o quadro de carreira a ele correspondente, sob o título de *Aristocracia Bancária*:

Não é o bancário um ilota dentro de sua classe. Ao contrário. Não há, em São Paulo pelo menos, outra categoria de empregados em que os altos postos estejam tanto à mercê dos que vêm de baixo, dos que começam nas colocações sub-alternas. O bancário faz progressos surpreendentes dentro de sua carreira... no campo bancário, manifesta-se com intensidade talvez desconhecida em outros setores da vida econômica do país, esse fenômeno da capilaridade social, que tanto estimula aos que iniciam sua vida bancária nos postos mais humildes, conseguindo elevar-se a planos de destaque e de responsabilidade, graças ao seu esforço e aos seus méritos individuais.¹⁰⁹

No mesmo dia da publicação em o *Diário de São Paulo*, o ex-presidente do Sindicato dos Bancários e um dos fundadores do *Partido Sindicalista*, Oswaldo Villalva de Araújo, concede uma entrevista sobre o salário mínimo e a classificação por categorias em *A Platéia*, onde afirma:

Pode-se dizer que, até o presente, as promoções obedecem ao critério...da simpatia pessoal, do filhotismo político. E nós pretendemos que este estado de coisas se acabe. Em primeiro lugar, hon-

¹⁰⁹ *Diário de São Paulo*. 10.05.1934. A conclusão a que seu autor chega é a de que: O que não se concebe nem se justifica é que, nesse sistema democrático de circulação ascensional de valores úteis e construtivos, se formem corpos aristocráticos, desfrutando privilégios e regalias, de que não há exemplo em qualquer outro conjunto de funcionários brasileiros.

*ra ao mérito: sejam promovidos os mais capazes, com total abstração de outros requisitos secundários. Seja tomado, em linha de conta, o tempo de serviço de cada um, pois isto importa, também, acervo de conhecimentos na engrenagem bancária.*¹¹⁰

Não seria apressado afirmar que a radicalização, a procura do sindicato pelos bancários, deve-se em grande parte aos seus baixos salários, às poucas chances de ascensão na carreira (que representava, antes de mais nada, ganhos financeiros) e ao não funcionamento efetivo das regras meritocráticas. As críticas mais contundentes eram dirigidas aos bancos estrangeiros e não é por outro motivo que os bancários defendem fervorosamente a Lei dos 2/3 (Decreto no. 19.482 de 12.12.1930), que obrigava as empresas a terem em seus quadros 2/3 de trabalhadores brasileiros e a adotar a isonomia salarial. A maneira agressiva com que levavam a bandeira dos 2/3 pode ser observada no título deste artigo: *A Lei dos DOIS TERÇOS: Uma Lei para cujo cumprimento cada brasileiro deve ser um combatente agressivo e uma sentinela alerta e vigilante.*¹¹¹

As lideranças conservadoras acreditavam que este decreto lhes abriria um flanco extremamente favorável, uma vez que sempre criavam muitas expectativas com relação às intervenções estatais. No entanto, no meio bancário, muito pouco foi alterado na situação existente antes da entrada em vigor do referido decreto.

Os Bancos procuravam burlar a legislação social de diversas formas e em alguns casos interferiam diretamente no problema da carreira. Do decreto no. 23.322, de 03.11.1933, a chamada Lei das 6 horas, eram excluídos aqueles que exercessem cargos de gerência, fiscalização, chefia e ajudantes de seção ou equivalentes. Para ampliar a jornada de trabalho a um custo mínimo e sem ter problemas com a fiscalização, os Bancos começaram a enquadrar seus funcionários em cargos de confiança.

¹¹⁰ A Platéia, 10.05.1934

¹¹¹ Vida Bancária no. 82, agosto de 1931

Passava-se a encontrar as situações mais estranhas como as de chefes em seções onde o único funcionário sob sua supervisão era ele mesmo.

Essas circunstâncias acentuaram a necessidade de se estabelecer uma forte fiscalização sobre os Bancos, exigindo posicionamentos e pareceres do Departamento Estadual do Trabalho sobre a legislação do trabalho bancário, um salário profissional e a classificação por categorias.

Em junho de 1.935, pouco antes da ação governamental que viria a colocar na ilegalidade a ANL (Aliança Nacional Libertadora) e a SUB (Confederação Sindical Unitária do Brasil), os Bancos apresentam à Comissão de Legislação Social da Câmara dos Deputados o que chamam de *ato de legitima defesa da própria existência da classe*, uma vez que, segundo os banqueiros, a aprovação do ante-projeto dos bancários os levaria à bancarrota. A maior crítica levantada pelos representantes dos Bancos centrava-se na pretendida introdução de uma *verdadeira tabela* de vencimentos, com *toda uma gradação de ordenados para diferentes cargos e diferentes tempos de serviço*.¹¹² O pedido de inconstitucionalidade do ante-projeto dos bancários utilizava os seguintes argumentos: *a-)* o que os bancários propunham não era um salário mínimo, mas salário profissional e *b-)* na Constituição não se estabelecia *distinção entre trabalho manual e o trabalho intelectual ou técnico, nem entre profissionais respectivos*.¹¹³

Dois meses depois, os bancários lançaram um manifesto onde explicam o motivo pelo qual a categoria luta por um salário profissional e não necessariamente por um salário mínimo. Nele, a distinção entre o trabalho manual e não-manual e a posição social da categoria torna-se nítida. Em primeiro lugar inicia pelo reconhecimento de que todos os trabalhadores têm direito a aumentos de ordenados, mas que certas

¹¹² Que já existia nos Bancos estatais e nas repartições públicas.

¹¹³ Edgard Carone. A Segunda República (1930-1937). São Paulo, DIFEL, 1973. P.232

profissões, em virtude de sua situação nesta sociedade, requerem porém outras despesas forçadas.

Essas outras despesas forçadas aparecem numa comparação entre um bancário e um mecânico:

*O bancário tem, incontestavelmente, as mesmas necessidades que o mecânico, acrescida, no entanto, da imposição a que se vê constrangido pelo trabalho que desempenha... Suponhamos que instituísem um ordenado mínimo de 400\$000 para os trabalhadores. Talvez, presentemente, chegasse ao operário. Mas, ao bancário, ao comerciário, ao funcionário público, absolutamente daria, em virtude dessas despesas forçadas que nos sorvem um terço de nossos ordenos e, sem os quais, não poderíamos nos apresentar decentemente em nossos serviços.*¹¹⁴

Neste quadro estão retratados justamente os reflexos da divisão entre trabalho manual e não-manual e as exigências de um *mercado da personalidade* que são naturalizados e aceitos como legítimos.

Se a situação de trabalho dos bancários influencia o recrutamento de indivíduos em determinados grupos sociais que incorporam esses reflexos, criando uma barreira ideológica que os distancia das práticas dos trabalhadores manuais, não é menos correto afirmar que nem por isso eles passam a ser representados por um bloco homogêneo denominado *classe média*.

Um exemplo de fragmentação desse conjunto de trabalhadores de *classe média* pode ser observado quando da proposta de fusão entre o I.A.P.B. (Instituto de Aposentadoria e Pensões do Bancários) e o I.A.P. dos Comerciários, apresentada pelo DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público). O editorial da *Folha Bancária* desenvolve o seguinte argumento:

Por mais respeitável que seja a opinião desse importante órgão administrativo, não podemos concordar com ela.

Só é possível a fusão de quantidades homogêneas.

O Instituto dos Bancários serve a uma grande classe de trabalhadores especializados. A função bancária possui características especiais e constitui não um emprego mas, sim, uma carreira.

Se a análise da situação de trabalho desses trabalhadores é importante para a compreensão de seus interesses e reivindicações, devemos associá-la a uma análise dos temas sociais colocados na ordem do dia pelas circunstâncias conjunturais nas quais estão envolvidos.

Conclusão

Quando iniciamos a pesquisa, queríamos saber se a adesão dos bancários ao sindicato e a uma postura mais radical frente aos patrões e ao Estado, respondia aos mesmos interesses que guiaram os operários nesse sentido. A nossa hipótese inicial era a de que os bancários buscaram o sindicato para controlar a sua situação de trabalho, de forma a manter a categoria devidamente colocada na hierarquia das profissões. Da mesma forma que a carreira deveria premiar o bancário pelos seus dons e méritos individuais, o sindicalismo meritocrático deveria garantir a *dignidade* da categoria, a sua *justa* posição na hierarquia das profissões.

Mas que categorias profissionais ofereciam, no limite, o ponto de apoio para essa hierarquia?

Todas aquelas profissões associadas ao trabalho manual, ou melhor, às imagens de desqualificação social que pesavam sobre aqueles que não acumularam, ao longo dos anos, um capital cultural e escolar.

Assim, haveria uma tendência ideológica entre os grupos médios à crença de que a ascensão social deveria ser alcançada em função de dons e méritos individuais, contrapondo-se à força coletiva dos desqualificados. Acontece que quando esses grupos médios aderem ao sindicalismo, particularmente a partir dos anos 30, eles acabam por mesclar a ideologia meritocrática às vantagens da luta coletiva, vantagens que lhes haviam sido demonstradas pela experiência do movimento operário.

Dai destacamos as bases meritocráticas do radicalismo sindical dos bancários, que chegavam a ser fortes o suficiente para serem incorporadas pelas próprias lideranças de esquerda, atuantes no sindicato entre 1933 a 1935.

Quando o Governo Provisório de Vargas abriu a possibilidade de uma conquista de direitos para os trabalhadores, desde que estes aceitassem estrutura sindical

oficial, a maioria das categorias profissionais e, entre elas a dos bancários, sentiram-se cada vez mais atraídas por uma luta corporativa garantisse os direitos da categoria; não necessariamente os da classe trabalhadora ou os do proletariado, mas os da *classe bancária*.

Uma vez feita essa pequena introdução, vamos as questões principais que serviram como ponto de partida dessa pesquisa e sobre as quais construímos um eixo de análise, tais como: O que podemos entender por *Classe Média*? Devemos tratá-la como um bloco político e ideologicamente homogêneo? É possível dizer que o processo de proletarização, que avança sobre os grupos profissionais representantes dessa classe, poderia levá-los a uma *fusão* - em termos ideológicos e de métodos de ação sindical - ao proletariado tradicional? Que obstáculos impediriam a realização dessa *fusão*? Quais seriam as causas do radicalismo dessa categoria que, desde os anos 30, já usa a greve como instrumento de pressão e resistência à exploração dos banqueiros? Em que sentido esse radicalismo se distinguiria do da classe operária?

Ao contrapor os argumentos neomarxistas de Poulantzas e os neoweberianos de Mills aos de Braverman, o que estávamos ressaltando, era que um estudo sobre a *classe média* não poderia ignorar observações importantes presentes nessas concepções, mesmo que a partir delas não fosse possível a construção de uma Teoria das Classes. Chegamos, então, ao seguinte quadro:

a-) verificamos que o processo de proletarização, entendido aqui como alterações *objetivas* na situação de trabalho de um grupo profissional - geradas pela formação de um considerável exército de reserva, pela conseqüente queda nos níveis salariais, pela efetiva separação entre quadros de direção e execução e pelo avanço da racionalização e burocratização do trabalho - não alcança os efeitos esperados por Braverman, ou seja, não é capaz de estender às *camadas intermediárias* uma *visão de mundo* comum à do proletariado tradicional.

b-) conforme observamos no capítulo 1 - 1.4., a alternativa da *nova pequena burguesia*, apontada por Poulantzas, mostrou-se equivocada e incapaz de configurar em termos ideológicos, políticos e econômicos, a existência de uma classe social. O *estatismo*, a base ideológica sobre a qual se fundaria a unidade entre um grupo heterogêneo de trabalhadores assalariados, não-manuais e não produtivos (a nova pequena burguesia) e pequenos proprietários (a pequena burguesia tradicional) não se sustentaria, pois responderia, na realidade, a interesses distintos quanto ao papel do Estado.

c-) as alternativas neoweberianas, mesmo aquelas utilizadas pela Sociologia Radical norte-americana, desviavam-se de sua fonte teórica original e acabavam por ignorar o conflito de valores presentes na sociedade, abusando da ambígua noção de *status* para a construção de um escala arbitrária de hierarquias sociais(Capítulo 1 - 1.3.).

Percebemos que, das avaliações de Bernstein e, posteriormente, Kautsky, no final do séc. XIX, às construções do catolicismo social, nos anos 30; do pós-II Grande Guerra ao maio de 68, chegando até a um certo ofuscamento, enquanto problema teórico, no final dos anos 70, a história da produção acadêmica sobre o tema poderia ser qualificada como a história dos momentos de *crise social*, onde um conjunto heterogêneo de trabalhadores assalariados, pequenos comerciantes, artesãos foi alvo de estratégias de afiliação simbólica - bem ou mal sucedidas - que procuravam aproximá-los ou distanciá-los dos grupos de esquerda e de sua suposta base de apoio: a classe operária.

Diante de conflitos conjunturais entre o proletariado - demarcando os trabalhadores manuais - e a burguesia, essas estratégias de afiliação capazes de fazer aparecer no campo político uma *terceira força* não encontram um caminho tão seguro quanto possa parecer. Os grupos heterogêneos que fazem parte da chamada *classe*

média são alvos políticos das principais forças sociais em conflito, principalmente quando nela está envolvida a superação de formas capitalistas de organização da sociedade.

Quando falamos das barreiras criadas pela distinção entre trabalho manual e não-manual capaz de conferir aos grupos médios uma identidade onde pudessem ser reconhecidos, não devemos tomá-las como fortes o suficiente para a constituição de um bloco social ideologicamente homogêneo. A heterogeneidade dos grupos médios oferece muitos obstáculos ao sucesso dessa estratégia; que depende, em última instância, dos termos e das relações de força apresentadas em um conflito historicamente delimitado.¹¹⁵

Quando falamos de classe média, estamos falando de uma *categoria prática* que pode se apresentar como uma representação social - usadas pelos agentes sociais diante de uma luta política prática - ou como uma apropriação intelectual que não se integra de maneira satisfatória e coerente aos padrões do conhecimento científico. Assim, vemos incorporado nessa *categoria prática*, um duplo sentido: a-) trata-se de uma categoria envolvida diretamente com a prática política que, em determinadas conjunturas, particularmente nos momentos de crise econômica, serve para orientar

¹¹⁵ Boltanski, "op. cit.", ao estudar o sindicato dos engenheiros nos anos 30, na França, mostra como a tentativa de unificação da classe média por parte do catolicismo social, só obteve sucesso a partir do acirramento da luta entre operários e patrões e da criação de instâncias de representação de seus interesses junto ao Estado, estimuladas pelo governo da Frente Popular. A imagem de portadores de um patrimônio individual que unificava um conjunto significativo de pequenos patrões, comerciantes, artesãos (em contraposição à oligarquia e à sociedade anônima) como classe média passa a ser inadequado para representar um conjunto de assalariados nascidos dessa nova ordem capitalista, dotados de competência técnica e de um título escolar. A luta entre patrões e operários e a abertura de instâncias de negociação reconhecidas pelo Estado, forçaram as tentativas de unificação simbólica desses grupos heterogêneos. A partir das análises de Boltanski podemos identificar como a noção de patrimônio individual pode ser utilizada sob variadas acepções, não se restringindo necessariamente a um tipo específico de capital como o entendemos em seu sentido econômico, mas, também, no seu sentido social e cultural: capitais adquiridos por esforço, dons e méritos individuais.

estratégias de *afiliação simbólica*, e b-) uma categoria de pensamento sobre a qual se busca alcançar conceito de caráter genérico, unívoco e pretensamente científico, quando na realidade representa grupos sociais e conflitos historicamente distintos.

Tanto isso acontece que, se observarmos a produção daqueles autores que buscavam um uso *científico* para o conceito de classe média - fornecendo elementos para a compreensão do comportamento social e sindical de seus agentes - nós encontraremos uma leitura social específica que a conjuntura lhes oferece no momento de sua produção. Nesse sentido é extremamente difícil dissociar o conceito de classe média de uma categoria prática. A sua assimilação para os fins da prática científica procura fornecer dados para se *prever* o comportamento de tal classe e a partir dessa previsão, orientar estratégias de ação.

Essa busca, não se deve ignorar, pode gerar um formalismo que adquire muito mais um valor em si mesmo, como categoria analítica não contraditória, do que um instrumento de compreensão das lutas sociais.

Um corte analítico que costuma separar a análise estrutural das classes - a identificação das *posições* ocupadas nas relações sociais de produção - do processo pelo qual estas inserem-se na luta de classes foi usado por Poulantzas, por exemplo, para a construção de uma teoria das classes sociais muito inclinada ao formalismo. Este formalismo foi muito acentuado por suas divergências com o *economicismo* - um conjunto de teorias de base marxista que, segundo o autor, concebiam a estrutura econômica como a única estrutura relevante para a determinação das classes sociais - e o *historicismo* - outro conjunto de teorias de base marxista que centravam seu interesse sobre o processo histórico em detrimento da análise das estruturas sociais e seus mecanismos de reprodução.

As interpretações economicistas a que Poulantzas se refere, variavam desde a simples aceitação do assalariamento como condição suficiente para o reconhecimento

do proletariado, até aquelas que identificavam na proletarização um processo que atingiria inevitavelmente as camadas médias, criando as condições objetivas - desqualificação, aumento do exército de reserva, etc.) sobre as quais esses agentes reconheceriam a sua condição de proletários.

Na argumentação de Poulantzas, essas condições objetivas comportariam não apenas aspectos econômicos, mas, também, ideológicos e políticos. Consequentemente, a classe social deveria ser definida de acordo com os efeitos produzidos por essas três esferas.

Já no caso do historicismo, a crítica poulantziana voltava-se justamente para a ausência de qualquer reflexão sobre a determinação estrutural das classes. Era como se elas só existissem enquanto processo, como se a elas estivessem abertas a múltiplas opções e projetos viáveis de ação, desembocando em alguns casos no voluntarismo e na ausência de critérios adequados para uma aliança de classes.

Por seu lado, sobre Poulantzas pesaria a crítica de ter desenvolvido uma imagem dos agentes sociais como simples suportes de determinadas estruturas, abandonando o problema do sujeito na história e acabando por emancipar as *estruturas* dos *processos* envolvidos em sua constituição. O corte analítico era aparentemente sedutor e, ao tentar encontrar as variáveis estruturais - ou as *invariantes* - do modo de produção capitalista e o seus reflexos nos interesses e ações políticas de classe dentro de certas conjunturas, seu autor acabou desenvolvendo uma teoria excessivamente formalista.

Apesar dos riscos envolvidos nessa postura, a leitura crítica da teoria das classes poulantziana tem uma contribuição importante ao centrar-se, particularmente, nos efeitos sociais gerados pela distinção entre trabalho manual e intelectual¹¹⁶ e a forma

¹¹⁶ Como já foi visto anteriormente no Capítulo 1, 1.6, utilizamos uma variação desenvolvida por Saes: trabalho manual e não-manual.

pela qual se refletem nas práticas sociais de um conjunto heterogêneo de trabalhadores assalariados aos quais chamamos de *classe média*. Esta reformulação concentrou-se, então, nesses *efeitos* apontados como os responsáveis pelo estabelecimento de *barreiras ideológicas* que impedem uma *fusão* ao proletariado tradicional - nesse caso associado ao conjunto dos trabalhadores manuais assalariados.

Sobre os fragmentos e limitações da teoria neo-marxista das classes de Poulantzas, assimilados por Saes, foi construído o argumento básico de que os grupos médios assalariados estão envolvidos por limites ideológicos fundados na distinção entre trabalho manual e não-manual, ou melhor, na idéia de qualificação e desqualificação social que estão representadas nessas duas formas genéricas de trabalho.¹¹⁷

Que efeitos traria essa distinção?

Entre os *grupos médios* onde predomina o assalariamento, a divisão entre trabalho manual e não manual - envolvida pelo estigma da desqualificação social - estabelece um limite ideológico claro, que pode ser visto na defesa de uma *hierarquia salarial*. A *situação de trabalho* desses grupos médios reforçam essa tendência, pressionando ou inibindo a ação sindical, de tal forma que as lideranças sindicais demonstram-se, geralmente, incapazes de romper com esse tipo específico de corporativismo.

Se, no limite, identificamos um campo onde os grupos médios sentem dificuldade de se reconhecer, o campo operário, isto não significa necessariamente que lhes rejeitem apoio. O fato é que encontramos nos grupos que compõem o que chamamos de classe média uma visão hierarquizada do mundo do trabalho, dificultando a sua identificação completa como classe, deixando-os sem saber exatamente o que são.

¹¹⁷ Um outro critério que procurou servir como aglutinador da classe média, observado por Boltansky, *op. cit.*, para a França dos anos 30, foi a do patrimônio pessoal, seja ele o domínio de uma pequena propriedade, um pequeno comércio ou um título escolar, alcançado através de dons e méritos individuais.

Essa visão hierarquizada das profissões, está na base de um sindicalismo meritocrático, estimulador da luta por um *salário relacional*, pela defesa de uma *hierarquia salarial 'natural'*, tendo como referência o salário dos trabalhadores manuais. Essas particularidades impedem que se realize efetivamente a *fusão* entre a classe média proletarizada e o proletariado tradicional.

Sendo assim, não é tão somente pelos baixos salários que a reivindicação de um quadro de carreira ganha força entre os bancários; os símbolos vinculados à hierarquia salarial e a fidelidade aos seus dons e méritos, muito mais do que seu poder de pressão coletiva, vão interferir direta ou indiretamente nos seus discursos e nas suas exigências. Na realidade, o seu poder de pressão coletiva busca restituir à categoria a dignidade de que se julga merecedora, para que, uma vez restituída, voltem a imperar as regras meritocráticas.¹¹⁸

Os grupos médios assalariados, marcados nos mais variados graus pela ideologia meritocrática, tenderiam a resistir à sindicalização. Na gênese de seu sindicalismo vamos perceber que esses grupos acabam sendo forçados a se organizarem-se para competir com conquistas da classe operária e para tentar controlar a sua situação de trabalho. Os salários dos trabalhadores manuais aparecem constantemente como indicadores na avaliação de sua posição social, avaliação que contrapõe o investimento individual na aquisição de capital cultural e escolar ao esforço coletivo de associação e pressão dos socialmente desqualificados.

Embora encontremos barreiras ideológicas que impedem a fusão entre a chamada classe média e o proletariado tradicional, isto não significa que eles atuem como um bloco ideologicamente homogêneo como pensava Poulantzas. A fragmentação da *classe média*, em termos de posicionamento político e sindical, depende sensivelmente

¹¹⁸ Esta característica foi destacada diversas vezes por Armando Boito, em comunicação pessoal.

da situação de trabalho vivida pelos grupos médios dentro de determinadas conjunturas.

Avançando por um caminho indicado por Lockwood e Saes, apontamos o levantamento da *situação de trabalho* vivida pelos grupos médios como o ponto de referência fundamental para a compreensão de seu sindicalismo de base meritocrática. Nela concentram-se sob as mais variadas formas os efeitos da distinção entre trabalho manual e não-manual. A situação de trabalho condensaria boa parte dos condicionantes sociais de um grupo médio, caracterizando o seu *perfil*, através do processo de seleção social exigida a seus membros e a variação de suas expectativas sociais.

O grau de escolaridade, o ritmo de trabalho, as exigências de um *mercado da personalidade* compõem um quadro onde está envolvida não apenas a venda da força de trabalho, mas um controle estendido ao campo das ações privadas desses trabalhadores. Este quadro marca o perfil de um *grupo médio* que convive diariamente com a *não-correspondência* entre exigências sociais a eles impostas e as condições de trabalho e de vida a que estão submetidos. Uma outra variável da situação de trabalho é o grau de racionalização do trabalho vivido pelos grupos médios.

Se tomarmos a burocratização e a racionalização do trabalho como determinantes da sindicalização dos grupos médios, o caso dos bancários nos mostra que o trabalho nos Bancos era rotineiro e invariável devido às exigências de registro e controles diários para atender tanto às exigências internas dos Bancos, quanto às impostas pelo controle governamental. Mas, no que diz respeito à racionalização do trabalho, era muito forte a crença que as lideranças bancárias depositavam na administração *científica*, conferindo a essa técnica um caráter progressista. Esse é um dado importante a ser ressaltado, pois no período estudado (1923 a 1944) as lideranças bancárias aguardavam esperançosamente a sua chegada, situação distinta da vivida pelo movimento operário.

Outro fator que merece destaque é o da inexistência de um mercado de trabalho típico ao meio bancário, com uma definição objetiva de funções e salários correspondentes. Vamos ver que estes trabalhadores estão sujeitos a um grande volume de trabalho diário que não exige conhecimentos específicos para ser realizado e o que é mais importante, é aprendido no próprio exercício da função. Nada garantia ao bancário demitido que fosse encontrar um trabalho semelhante em outro Banco. Assim, quanto à *tipificação* do trabalho bancário - expressão utilizada por Lockwood -, a crítica tocava na ausência de critérios racionais básicos na definição das funções e dos salários aplicados pelos Bancos e o problema dos salários estava envolvido diretamente com o problema da carreira, uma vez que os anos de dedicação ao Banco não eram compensados com aumentos de salários significativos.

A ideologia meritocrática vinculava-se não somente a uma suposta *necessidade psicológica* de sentir-se em ascensão social, mas radicalizava-se na resistência a uma política injusta de definição de salários que não encontrava correspondência entre o trabalho estafante, os anos de serviço dedicados à empresa e às exigências impostas pelo *mercado da personalidade*, que consumia boa parte de sua renda para atendê-las.

Acentuamos que esse é um traço particular da situação de trabalho dos bancários, uma vez que esses trabalhadores estão sujeitos a submeter a controle algo além da simples força de trabalho. Era preciso que se submetessem a um *estilo de vida* compatível com a profissão ou, mais ainda, a sua imagem social deveria estar associada à imagem do Banco em que trabalhava, estendendo-se o controle social até o interior de sua vida privada.

A falha mais grave, aquela que revelaria uma falha moral séria do ponto de vista do Banco, independentemente das circunstâncias em que acontecia, era a dos bancários que tinham títulos protestados. Os regulamentos internos dos Bancos puni-

am com uma justa causa esse tipo de falta, a que muitos acabavam caindo em virtude dos baixos salários, insuficientes para atender às exigências sociais da profissão - em particular a aparência - e despesas extras com saúde, por exemplo.

Se observarmos as posições sindicais adotadas pelas lideranças bancárias da 1ª. fase conservadora (1923 a 1932) veremos que as proposições de Wright a respeito dos agentes em situações contraditórias de classe revelaram-se de extrema importância na composição de sua situação de trabalho. Não podemos deixar de dar razão às suas observações no que diz respeito à ideologia particular desenvolvida pelos agentes em situações contraditórias de classe, principalmente quando estes ingressam ou dirigem organizações sindicais.

Uma localização contraditória de classe é uma condição objetiva capaz de produzir efeitos particulares sobre alguns agentes, apresentando-os como uma força relativamente autônoma no movimento sindical.

Quando sub-gerentes, procuradores, contadores, entre outros quadros administrativos, resolvem fundar um sindicato ou nele participar ativamente, como foi o caso dos bancários de 1923 a 1932, vemos reproduzir-se no interior da organização sindical a *ordem das coisas* que reconhecem como *naturais* no exercício de suas funções. A *naturalização* de suas situações contraditórias de classe faz com que apresentem seus interesses como o interesse geral da categoria, levando-os a entrar em choque com os quadros inferiores por ignorarem determinadas reivindicações ou determinadas formas de luta.

Não era de se estranhar o fato desses agentes julgarem-se um exemplo a ser seguido pela categoria, uma vez que, eram bem sucedidos em sua carreira. Ignoravam as relações de dominação e subordinação delegadas que exerciam e, desta forma, não colocavam em discussão a sua legitimidade.

Enquanto os quadros administrativos reforçavam as exigências das regras meritocráticas para a ascensão na carreira como uma espécie de satisfação profissional, para a maioria dos bancários dos quadros de escrituração aquelas regras garantiriam o fim do apadrinhamento e o acesso a aumentos salariais correspondentes a anos e anos de empresa. Isto não significa que possamos desvincular os quadros de escrituração de uma perspectiva meritocrática, pois mesmo em períodos de maior radicalismo da ação sindical bancária (1933 a 1935) a ênfase na dignidade da categoria na hierarquia das profissões e a necessidade de regras objetivas de ascensão na carreira são a tônica do movimento.

A situação de trabalho ao mesmo tempo que orienta o processo de seleção desses trabalhadores - devem ser, preferencialmente, brancos, com uma escolaridade de nível técnico - guarda-livros - ou de 2º. grau, capazes de reconhecer na profissão um espaço para a ascensão social capaz de livrá-los do trabalho manual e, em muitos casos, jovens o suficiente para suportar os baixos salários - estimula o aparecimento de tensões devido a uma não-correspondência entre o que lhes é exigido e o que lhes é oferecido em termos de salários, carreira, segurança no trabalho, etc.. Explicando melhor, de que vale uma escolaridade relativamente alta para a época se o serviço que realizam não depende necessariamente de conhecimentos técnicos particulares, isto é, se são rotineiros e aprendidos no próprio exercício da profissão. De que vale o investimento em capital cultural e escolar se a ascensão na carreira está reservada a poucos e não obedecem a critérios objetivos, imperando o apadrinhamento e chocando-se contra as regras meritocráticas que deveriam premiar racionalmente os dons e méritos individuais.

Os efeitos ideológicos reproduzidos pela situação de trabalho, encontram a sua universalização nos discursos das lideranças bancárias e é através deles que bus-

cam ser a referência, quando não a vanguarda, na luta dos trabalhadores que, no limite, reconhecem como *diferentes*.

Para ser um apoio importante para compreensão das particularidades do sindicalismo dos grupos médios, a análise da situação de trabalho deve vir acompanhada de uma mínima análise conjuntural que é, em último caso, a responsável por um quadro social específico. Para isto, devemos levar em conta o contexto no qual as lutas sociais se desenvolvem; particularmente, os instrumentos de que o Estado se vale para intervir nessas lutas e o papel das vanguardas sindicais.

Anarquistas, trotskistas, comunistas e católicos tiveram que lutar pela conquista da hegemonia junto aos trabalhadores e, nessa luta, tiveram que enfrentar as iniciativas do Estado reforçadas por uma considerável legislação social e um forte controle sobre os sindicatos.

Como vimos, as tentativas de implementação do corporativismo sindical tinham como objetivo transformar a *questão social* em problema de Direito Público, retirando-a da esfera dos agentes privados - representados pelas classes sociais - e reconstruindo-a sob novos termos.

Se as relações ideológicas e legais capitalistas - sob a ordem liberal - individualizam as relações entre portadores de determinados lugares nas relações de produção, o corporativismo, por outro lado, é capaz de reintegrá-los sob uma nova identidade coletiva que, apesar de ser coletiva, nem por isso confunde-se com a da *classe social*. A fraca presença dos bancários no movimento sindical até 1931, a sua imediata adesão ao sindicalismo de Estado e as tentativas de ruptura das lideranças radicais de esquerda com a tutela estatal, representaram as múltiplas faces de uma luta que ora os aproximavam dos demais trabalhadores, ora os distanciavam.

A ação governamental no campo da legislação social, sugerida a partir do fim da Primeira Guerra Mundial aos signatários do Tratado de Versailles, vai encontrar no

Governo Provisório de Vargas, onze anos depois, um primeiro projeto de concretização. O Estado reconstruiria os termos do conflito, canalizando-o para o esforço de conciliação e colaboração entre as classes.

As lideranças bancárias da 1ª. fase conservadora tomavam a lei de sindicalização como o *marco zero* do movimento sindical brasileiro, ignorando a experiência dos trabalhadores manuais e das lideranças anarquistas. A intervenção estatal de linha corporativista estimulou a diferença entre os trabalhadores criando um campo propício para o desenvolvimento de um sindicalismo de *classe média*, através do qual os diversos grupos médios acabariam competindo com os trabalhadores manuais para manter o controle sobre sua situação de trabalho e o que era fundamental, respaldados pelo Estado.

É particularmente sobre a *estratégia da diferença* que o governo fragmenta essas lutas, deixando as lideranças sindicais bancárias oscilando entre a luta corporativa tolerada e a luta pela formação da classe reprimida.¹¹⁹

A *legitimação* da diferença, encontra os mais variados graus e os mais variados fundamentos de acordo com a *situação de trabalho* particular de cada grupo médio, sendo que essas diferenças acentuam-se quando os grupos médios sentem que estão perdendo o controle sobre ela. Essa *estratégia* não se apresenta a todo momento no discurso das lideranças sindicais, pois isto as colocaria em situação delicada frente ao sindicalismo como um todo. Entretanto, as hostilidades entre frações do trabalho acabam sendo usadas no momento em que possam ser dirigidas contra os patrões e o Estado.¹²⁰

¹¹⁹ Para Przeworski as lutas de classe são na realidade lutas sobre a formação das classes. Isto significa que o proletariado deve ser organizado politicamente como classe, já que as estruturas ou as condições objetivas não são capazes de levar automaticamente a esse processo. Mais ainda, contra a organização do proletariado em classe voltam-se as estratégias da classe dominante e as políticas do Estado.

¹²⁰ Carter, ao fazer uma análise da ideologia sindical da ASTMS (The Association of Scientific, Technical and Managerial Staffs), filiada ao TUC (Trades Union

Na sua luta contra a exploração cotidiana, representada pela burla à lei das seis horas, o excesso de horas extras e os baixos salários, os bancários procuravam ressaltar as suas diferenças diante dos demais trabalhadores e sobre elas construíram suas grandes bandeiras de luta e conquistas.

Esse potencial reivindicativo acentuou-se a partir dos anos 30, quando o Estado passou a estimular a sindicalização em moldes oficiais, forçando uma politização controlada das lutas sindicais. Nesse contexto, em que os trabalhadores dos mais diversos ramos de atividade estavam buscando as melhores estratégias para garantir a regulamentação de seus direitos sociais, as lideranças bancárias aparecem, ao menos a si próprias, como um dos grandes formadores de quadros de vanguarda na luta dos trabalhadores. Porém, em um momento em que o Estado abre espaço para uma luta fragmentada, onde categorias profissionais devem concentrar-se em suas conquistas sociais particulares, instaura-se a estratégia da diferença entre os grupos médios e sobre ela constroem-se argumentos ambíguos sobre a particularidade da categoria, condicionados, particularmente, pela sua situação de trabalho específica.

O enfoque de seus discursos variavam sensivelmente de acordo com o público a que eram destinados - Ministério do Trabalho, patrões, outros grupos médios, trabalhadores manuais -, sendo que muitas vezes os próprios diretores de Bancos buscavam explorar sua dubiedade. Com relação aos trabalhadores manuais, como vimos, a ênfase centrava-se no salário relacional, legitimado pelas estratégias individuais de acumulação progressiva de valores e conhecimentos adquiridos a partir da escola. Grande número de bancários possuíam diplomas de curso secundário ou de guarda-

Congress), conclui: A disposição da Associação para retratar a si mesma como uma organização que honra e está preparada para lutar pela posição superior da nova classe média vis a vis os trabalhadores manuais tem sido uma das razões de seu sucesso.- quando defendem a - necessidade e justiça dos pagamentos diferenciais por habilidade e responsabilidade."op.cit." p.196.
O estranhamento manifestado por Carter ocorre devido à fama que a Associação tem devido à sua militância e a sua inclinação política para a Esquerda

livros, que pouco representavam em termos salariais, já que o trabalho era geralmente aprendido no decorrer do próprio trabalho com o hábito. Com relação aos outros grupos médios, as diferenças pareciam obedecer a critérios de estratificação centrados na situação de trabalho e na capacidade de organização particular de cada grupo. Quando o DASP (Departamento Administrativo do Serviço Público) procura fundir o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários com o dos Comerciários, isso provocando profunda indignação das lideranças que então apoiavam o Estado Novo. Afinal de contas, o trabalho bancário era apontado não só como superior, mas como muito diferente do dos comerciários.

Acreditamos que os efeitos gerados pela situação de trabalho dos grupos médios é de fundamental importância para se compreender a base de uma ideologia e ação sindical específica. Sobre a sua instrumentalidade nos dias de hoje, Sônia Laranjeira, em artigo já citado, demonstra como pode ser utilizado esse referencial teórico para a compreensão da postura sindical de grupos como o dos engenheiros e médicos.

Para finalizar com uma proposição polêmica, acreditamos que até a *classe operária* deve estar submetida à influência de situações de trabalho diversas, capazes de gerar uma fragmentação nesse pretense bloco. Acreditamos, também, que as bases responsáveis por essa fragmentação são de natureza distinta daquelas encontradas nos grupos médios.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, J.A.Guilhon. *Classe Média: Caráter, Posição e Consciência de Classe*. In: **Classes Médias e Política no Brasil**. coord. J.A.Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977 (publicado originalmente em *Debate e Crítica* no. 4).
- ANTUNES, Ricardo. **Classe Operária, Sindicatos e Partido no Brasil**. 2a. ed., São Paulo, Cortez-Ensaio:Editores Associados, 1988.
- BALIBAR, Étienne. *Sobre os Conceitos Fundamentais do Materialismo Histórico*. In: **Ler o Capital-Vol.II**. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.
- BOITO Jr., Armando. *Classe Média e Sindicalismo: Uma Nota Teórica*. IX Congresso Nacional dos Sociólogos. mimeo.
_____ **O Sindicalismo de Estado no Brasil: uma análise crítica da estrutura sindical**. Campinas/SP, Editora da Unicamp: São Paulo, Hucitec, 1991.
- BOLTANSKY, Luc. *Une Réussite: La Mobilization des cadres*. In: **L'Univers Politique des Classes Moyennes**. org. George Lavau et alli., Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *Condição de Classe e Posição de Classe*. In: **Hierarquia em Classes**. org. Neuma Aguiar. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1974.
- BRAVERMAN, Henry. **Trabalho e Capital Monopolista**. 3a. ed., Rio de Janeiro, 1981.
- BUROWAY, Michael. *Toward a Marxist Theory of the Labor Process: Braverman and Beyond*. **Politics & Society**, vol. 8, nº 3-4, 1978. pp.247- 311
- CANEDO, Leticia B. **O Sindicalismo Bancário em São Paulo**. São Paulo, Símbolo, 1978.
- CARONE, Edgard. **O P.C.B.: 1922-1943/Vol.I**. São Paulo, Difel, 1982.
_____ **Movimento Operário no Brasil(1877-1944)**. São Paulo, Difel, 1984.
_____ **A Segunda República(1930-1937)**. São Paulo, Difel, 1.973.
- CARTER, Bob. **Capitalism, Class Conflict and the New Middle Class**. London, Routledge & Kegan Paul, 1985.
- COSTA, Sérgio Amad. **Estado e Controle Sindical no Brasil**. São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1986.
- DAVIS, Kingsley & MOORE, Wilbert E. *Alguns Principios de Estratificação*. In: **Estrutura de Classes e Estratificação Social**. org. por Otávio Guilherme Velho et alli. 7a. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- DEAN, Warren. **A Industrialização de São Paulo**. 2a. ed., São Paulo, Difel, 1971.
- EDWARDS, Richard C. . *The Social Relations of Production at the Point of Production*. **The Insurgent Sociologist**, vol. VIII, nº 2 e 3, 1.978. pp.109-125
- GLUCKSMANN, André. *Nem Todos Somos Proletários*. **ENSAIOS DE OPINIÃO**. Rio de Janeiro, Inúbia, 1977.
- LACROIX, Bernard. *A la Recherche d'une Définition*. In: **L'Univers Politique des Classes Moyennes**. org. por George Lavau et alli. . Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1983.
- LARANGEIRA, Sonia M.G. . *Classes Médias e Movimento Sindical: o caso dos profissionais de nível superior no Rio Grande do Sul*. **São Paulo em Perspectiva: questões sociais**. jan./mar. 1991, vol. 5, nº 1, SEADE
- LOCKWOOD, David. **El Trabajador de la Clase Media**. Madri, Aguilar, 1962.
- LORWIN, Val R. . *Syndicalism*. **International Encyclopedia of the Social Sciences**, vol. 15, David L. Sills-editor, The Macmillan Company&Free Press.

- MAGNIADAS, Jean. *Les Employés en 1973. economie et politique*, n° 228, jul./1973.
- MEDEIROS, Jarbas. *Introdução ao Estudo do Pensamento Político Autoritário Brasileiro (1914-1945)- II: Oliveira Vianna. Revista de Ciência Política*, vol. 17, n° 2, abr./jun. 1974.
- MILLS, Charles Wright. *A Nova Classe Média*. Rio de Janeiro, Zahar, 1969.
- MONJARDET, Dominique. *La Pensée Utopique et les Couches Moyennes: quelques hypothèses. Sociologie du Travail*, n° 1, 20° année, janvier/fevrier/mars/1984.
- MORAES FILHO, Evaristo de. *O Problema do Sindicato Único no Brasil*. 2a. ed.(rev. e ampl.), São Paulo, alfa-omega, 1978.
- OFFE, Claus. *O Futuro do Mercado de Trabalho*. In: **Capitalismo Desorganizado**. São Paulo, brasiliense, 1989.

Duas Lógicas da Ação Coletiva: Notas Teóricas sobre a Classe Social e a Forma de Organização. In: **Problemas Estruturais do Estado Capitalista**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1984.
- OPPENHEIMER, Martin. *White Collar Politics*. New York, Monthly Review Press, 1985.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Política e Trabalho no Brasil*. 2a. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975

As Classes Sociais. Estudos CEBRAP, no. 03, São Paulo, jan./1973.

Poder Político e Classes Sociais - vol.I. Porto, Portucalense Editora, 1971.
- PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social Democracia*. 1a. reimpressão, São Paulo, Companhia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. 2a. ed., São Paulo, Símbolo, 1979.
- SAES, Décio. *Tema*. In: **Classe Média e Sistema Político no Brasil**. São Paulo, T.A. Queiroz Editor, 1985.

Tendências do Sindicalismo de Classe Média no Brasil (1930-1964). **Trabalhadores, Sindicatos e Política**. São Paulo, CEDEC:global, 1979.

Classe Média e Políticas de Classe: uma nota teórica. **Revista CONTRAPONTO**, no. 02, nov./1977.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Pós-Revolução Brasileira*. In: **Brasil, Sociedade Democrática**. org. por Hélio Jaguaribe *et allli.*, Rio de Janeiro, José Olímpio, 1985.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado*. São Paulo, Dominus, 1966.
- SOUZA, Maria do Carmo C. de. *Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964)*. São Paulo, alfa-omega, 1983.
- SOUZA MARTINS, Heloísa H. de. *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1979.
- STAVENTHAGEN, Rodolfo. *Estratificação Social e Estrutura de Classe*. In: **Estrutura de Classes e Estratificação Social**. 7a. ed., Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- VIANNA, Luiz Werneck. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. 3a. ed., São Paulo, Paz e Terra, 1989.
- VIANNA, Oliveira. **Problemas de Organização e Problemas de Direção**. Rio de Janeiro, José Olímpio Editora, 1952.

- VILLALOBOS, André. **Classes Sociais e Trabalho Produtivo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra: São Paulo, CEDEC, 1978.
- WEBER, Max. *Classe, Estamento, Partido*. In: **Ensaio de Sociologia**. Rio de Janeiro, Zahar, 1971.
- WRIGHT, Erik O.. **Classe, Crise e o Estado**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

Jornais, Revistas e Boletins

Vida Bancária(1924 a 1939)
Folha Bancária(1939 a 1944)
A Platéia (1934 a 1935)
Diário de São Paulo (1934 a 1935)
Revista dos Bancários-Syn-dike(1.935 a 1.939)
Revista I.D.O.R.T.(1.934 a 1.938)
Boletim do M.T.I.C(1.934 a 1.938)

Documentos do Sindicato e de seus Diretores

Manuscritos de F.Silva Pinto, fundador da Associação.
Levantamento de dados sobre a situação de trabalho da categoria, compilados em 1.934.
Estatutos de fundação da Associação.
Memoriais e projetos sobre o salário mínimo.

